

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO  
DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

ELCINÉA SILVA DE CASTRO

Relações Arábia Saudita – EUA: interesses, (inter)dependência e inflexão

São Paulo – SP

2025

ELCINÉA SILVA DE CASTRO

Relações Arábia Saudita – EUA: interesses, (inter)dependência e inflexão

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Estudos sobre os Estados Unidos”.  
Orientador: Doutor Luís Alexandre Fuccille.

São Paulo – SP  
2025

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Castro, Elcinea Silva de.

R175 Relações Arábia Saudita-EUA: interesses, (inter)dependência e  
inflexão / Elcinea Silva de Castro. – São Paulo, 2025.  
131 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Luís Alexandre Fuccille.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –  
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em  
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2025.

1. Arábia Saudita – Relações exteriores – Estados Unidos. 2.  
Arábia Saudita – Relações exteriores – História. I. Título.

CDD 327.538073

## **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

A presente pesquisa caracteriza-se pela interpretação qualitativa de como os fatores causais selecionados influenciaram no aprofundamento das relações entre o Estado saudita com os EUA desde 1940 e a inflexão ao longo do período proposto, no segundo governo Obama. O intento dessa pesquisa é apresentar e avaliar algumas variáveis consideradas fundamentais nesta relação entre os dois países. E com isso, trazer um impacto acadêmico positivo nos estudos feitos no Brasil sobre o papel da energia nas relações internacionais, de forma a incentivar a criação de uma agenda de pesquisa voltada para o Estado da Arábia Saudita especificamente, considerando seu potencial energético e por consequência, sua atuação no sistema internacional.

## **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

This research is characterized by the qualitative interpretation of how the selected causal factors have influenced the deepening of relations between the Saudi state and the United States since 1940 and the inflection during the proposed period, in the second Obama administration. The goal of this research is to present and evaluate some of the variables considered fundamental in this relationship between the two countries. And with this, to have a positive academic impact on the studies carried out in Brazil on the role of energy in international relations, in order to encourage the creation of a research agenda focused on the State of Saudi Arabia specifically, considering its energy potential and, consequently, its role in the international system.

## **IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN**

Esta investigación se caracteriza por la interpretación cualitativa de como los factores causales seleccionados han influido en la profundización de las relaciones entre el Estado saudí y EUA desde 1940 y la inflexión durante el periodo propuesto, en la segunda administración Obama. El objetivo de esta investigación es presentar y evaluar algunas de las variables consideradas fundamentales en esta relación entre ambos países. Y con ello, tener un impacto académico positivo en los estudios realizados en Brasil sobre el papel de la energía en las relaciones Internacionales, con el fin de incentivar la creación de una agenda de investigación centrada específicamente en el Estado de Arabia Saudí, considerando su potencial energético y, consecuentemente, su papel en el sistema internacional.

## ELCINÉA SILVA DE CASTRO

Relações Arábia Saudita – EUA: interesses, (inter)dependência e inflexão

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Estudos sobre os Estados Unidos”.  
Orientador: Prof. Doutor Luís Alexandre Fuccille.

### BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profa. Dr<sup>a</sup>. Suzeley Kalil (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profa. Dr<sup>a</sup>. Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Federal de São Paulo)

Profa. Dr<sup>a</sup>. Clarissa Nascimento Forner (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Matheus de Oliveira Pereira (Universidade Federal de Uberlândia)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente ao meu orientador Professor Luís Alexandre Fuccille. E um agradecimento especial à Professora Suzeley Kalil por toda a ajuda e direcionamento ao longo dos últimos anos! Agradeço aos membros da banca de qualificação e defesa pela leitura atenta. É uma honra receber suas contribuições acadêmicas.

Agradeço aos docentes e funcionários, especialmente a Giovanna e Isabela – do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” pelo apoio e carinho de sempre.

Por fim, minha gratidão aos amigos e familiares que estiveram ao meu lado, em especial à minha mãe e ao Leo, hoje, meu esposo, que sempre me deram força e coragem nesta longa caminhada.

## **RESUMO**

A partir da constatação do adensamento das relações entre EUA e Arábia Saudita desde a década de 1940, e da crescente importância que elas apresentam para ambos, neste texto o objetivo é compreender se a energia (petróleo) ocupa espaço central nas relações bilaterais dos mencionados países. O trabalho busca analisar tal tema desde a formalização das relações entre os países, em 1945. Contudo, concentra esforços de estudo entre 2009 e 2016, período em que houve uma inflexão nas relações entre os países, por conta da valorização do xisto e aproximação com o Irã, inimigo regional do parceiro saudita. Para além da ênfase dada à análise das relações bilaterais sob a perspectiva energética, busca-se lançar luzes também ao âmbito econômico, político e de segurança.

**Palavras-chave:** relações Arábia Saudita-EUA; política externa; energia; petróleo.

## **ABSTRACT**

Based on the strengthening of relations between the United States and Saudi Arabia since the 1940s, and their growing importance to both, this text aims to understand whether energy (oil) occupies a central place in the bilateral relations of the countries. The work seeks to analyze this topic since the formalization of relations between the countries in 1945. However, the study focused on the period between 2009 and 2016, a period in which there was a turning point in relations between the countries due to the appreciation of shale and rapprochement with Iran, a regional enemy of the Saudi partner. In addition to emphasizing the analysis of bilateral relations from an energy perspective, the study also seeks to shed light on the economic, political, and security spheres.

**Keywords:** Saudi Arabia-United States relations; foreign policy; energy; oil.

## RESUMEN

Basándose en el fortalecimiento de las relaciones entre EUA y Arabia Saudita desde la década de 1940 y su creciente importancia para ambos países, este texto busca comprender si la energía (el petróleo) ocupa un lugar central en las relaciones bilaterales entre estos países. El trabajo busca analizar este tema desde la formalización de las relaciones entre ambos países en 1945. Sin embargo, se centra en el período comprendido entre 2009 y 2016, período en el que las relaciones entre ambos países experimentaron un punto de inflexión debido al aumento de los precios del petróleo de esquisto y al acercamiento con Irán, enemigo regional del socio saudí. Además de centrarse en el análisis de las relaciones bilaterales desde una perspectiva energética, el estudio también busca arrojar luz sobre las esferas económica, política y de seguridad.

**Palabras clave:** Relaciones Arabia Saudita-EUA; política exterior; energía; petróleo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Reis da Arábia Saudita (1932-2025) .....	25
Quadro 2	Primeiras Interações Diplomáticas (1922 – 1965) .....	27
Mapa 1	Território atual da Arábia Saudita .....	28
Mapa 2	Principais campos de petróleo na Arábia Saudita .....	50
Mapa 3	Linha Vermelha .....	53
Quadro 3	Crises do Petróleo: 1973 e 1979 .....	63
Quadro 4	Importações de Petróleo dos EUA - Irã x Arábia Saudita (1940-2015)...	66
Gráfico 1	Produção de petróleo nos EUA.....	70

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Dados Estatísticos da Transição (1978-1985) .....	66
Tabela 2 – Consumo e Produção de Energia (EUA) .....	69

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ANP	Autoridade Nacional Palestina
APOC	Anglo-Persian Oil Company
ARAMCO	Saudi Arabian Oil Company
EGS	British Eastern General Syndicate
EI	Estado Islâmico
EIA	Administração de Informação sobre Energia (agência governamental dos EUA)
EUA	Estados Unidos da América
EXXON	Standard Oil of New Jersey
IPC	Iraq Petroleum Company
JASTA	Lei de Justiça Contra Patrocinadores do Terrorismo
JCPOA	Joint Comprehensive Plan of Action
MOBIL	Socony Vacuum
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores do Petróleo
SOCAL	Standard Oil of California
TEXACO	The Texas Company
TNP	Tratado de Não Proliferação Nuclear
EU	União Europeia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>A FORMAÇÃO DA ARÁBIA SAUDITA: DIPLOMACIA, ECONOMIA E GEOPOLÍTICA</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>Formação do Estado saudita.....</b>	<b>19</b>
2.1.1	Consolidação do Estado Saudita e o Papel do Wahhabismo .....	21
2.2	Década de 1930: o início da projeção internacional e regional da Arábia Saudita	25
2.3	Relações com os EUA: da Segunda Guerra Mundial ao Pacto do Quincy.....	29
2.3.1	Os resultados após o primeiro contato entre os chefes de Estado.....	30
2.4	O fim da influência britânica e a abertura para os EUA.....	31
2.5	O Programa Lend-Lease e a assistência dos EUA (1943).....	32
2.6	O encontro no USS Quincy (1945) e aliança estratégica (petróleo & segurança)	33
2.6.1	Os resultados da cooperação monetária norte-americana para a Arábia Saudita	35
2.6.2	O início da parceria militar entre EUA e Arábia Saudita.....	36
2.6.3	Análise das Dinâmicas entre EUA e Grã-Bretanha na Arábia Saudita em 1943: Posicionamentos, Interesses e Concessões a partir de documentos diplomáticos.....	38
2.6.4	O posicionamento dos EUA e os interesses com a cooperação (1943)	39
2.6.5	O posicionamento e as necessidades da Arábia Saudita (1943).....	40
2.6.6	O posicionamento e as ações do Reino Unido sobre a ação econômica e financeira dos EUA na Arábia Saudita (1943).....	41
2.6.7	As interações e dinâmicas entre EUA e Grã-Bretanha na Arábia Saudita durante o ano de 1943.....	42
2.6.8	Algumas impressões sobre os telegramas trocados entre Arábia Saudita e EUA em 1943.....	43
2.7	De 1950 aos anos 2000: a consolidação da aliança entre Arábia Saudita e EUA.....	45
2.8	Considerações finais do capítulo.....	47
<b>3</b>	<b>ARAMCO: O MARCO DA NOVA FASE DAS RELAÇÕES ARÁBIA SAUDITA-EUA.....</b>	<b>50</b>
<b>3.1</b>	<b>As origens da Aramco: a concessão estadunidense (1933-1950).....</b>	<b>50</b>

3.2	Análise das concessões de petróleo realizadas pela monarquia da Arábia Saudita, de acordo com o relatório emitido pelo ministro do Petróleo e Recursos Minerais.....	52
3.3	Processo Gradual de Nacionalização (1973-1980).....	57
3.4	A criação da Saudi Aramco (1988) e sua consolidação.....	57
3.5	A formação da OPEP: história, estrutura e o papel central da Arábia Saudita...	58
3.5.1	A revolta dos países produtores de petróleo.....	58
3.5.2	Expansão e Adesão de Novos Membros.....	58
3.5.3	Estrutura e funcionamento da OPEP.....	60
3.5.4	VIENA (Áustria), a sede da OPEP, por quê?.....	60
3.5.5	Impacto e legado da OPEP sob a perspectiva da Arábia Saudita.....	62
3.6	As crises do petróleo de 1973 e 1979: A atuação da Opep e o papel central da Arábia Saudita.....	62
3.6.1	A crise do petróleo de 1973: o embargo árabe e a ascensão da OPEP.....	63
3.7	As relações EUA-Irã: da aliança estratégica à hostilidade pós-revolução islâmica.....	65
3.8	A transição das relações petrolíferas EUA-Irã e a ascensão da Arábia Saudita como principal fornecedor (1980-1990).....	66
3.8.1	O consumo e a produção energética dos EUA.....	68
3.9.	Considerações finais do capítulo.....	71
<b>4</b>	<b>A INFLEXÃO NA ALIANÇA ENTRE ARÁBIA SAUDITA E EUA, DURANTE O GOVERNO OBAMA.....</b>	<b>74</b>
<b>4.1</b>	<b>A política externa de Barack Obama para o Oriente Médio (2009-2016).....</b>	<b>74</b>
4.2	A relação estratégica entre EUA e Arábia Saudita sob a presidência de Barack Obama (2009-2016): entre a continuidade e as tensões emergentes.....	76
4.3	A visita de Barack Obama à Arábia Saudita em 2014 sob a lente saudita.....	77
4.4	Análise da troca de mensagens entre o presidente Obama e o rei Salman (setembro de 2015).....	80
4.5	A ascensão do xisto, como possível alternativa ao petróleo dos países do Golfo Pérsico : a maior variável explicativa para a inflexão na aliança EUA e Arábia Saudita.....	84

4.6	A aproximação do governo dos EUA (Barack Obama) com o Irã por intermédio do Acordo nuclear.....	85
4.6.1	O acordo nuclear com o Irã ( <i>Joint Comprehensive Plan of Action - JCPOA</i> ).....	86
4.7	Outra evidência do afastamento diplomático entre Arábia Saudita e EUA: os processos das vítimas do 11 de setembro de 2001 contra o Estado saudita.....	89
4.8	Considerações finais do capítulo.....	93
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>99</b>
	<b>ANEXO A - ÍNTEGRA DO PRIMEIRO TELEGRAMA ENVIADO PELO REI DA ARÁBIA SAUDITA – ABDUL AZIZ ES SAUD PARA O PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS NO ANO DE 1938.....</b>	<b>102</b>
	<b>ANEXO B - TRANSCRIÇÃO DO DIÁLOGO ENTRE O PRESIDENTE DOS EUA FRANKLIN D. ROOSEVELT E O REI DA ARÁBIA SAUDITA ABDULAZIZ AL SAUD DURANTE O PRIMEIRO ENCONTRO PRESENCIAL EM 1945.....</b>	<b>106</b>
	<b>ANEXO C – TELEGRAMA .....</b>	<b>111</b>
	<b>ANEXO D – TELEGRAMA .....</b>	<b>112</b>
	<b>ANEXO E – TELEGRAMA.....</b>	<b>113</b>
	<b>ANEXO F – TELEGRAMA.....</b>	<b>116</b>
	<b>ANEXO G – TELEGRAMA.....</b>	<b>117</b>
	<b>ANEXO H – TELEGRAMA.....</b>	<b>118</b>
	<b>ANEXO I – TELEGRAMA.....</b>	<b>119</b>
	<b>ANEXO J – TELEGRAMA.....</b>	<b>122</b>
	<b>ANEXO K – TELEGRAMA.....</b>	<b>126</b>
	<b>ANEXO L – TROCA DE MENSAGENS ENTRE O PRESIDENTE OBAMA E O REI SAUDITA SALMAN BIN ABDULAZIZ AL SAUD (04-09-2014).....</b>	<b>127</b>
	<b>ANEXO M - DISCURSO PRINCIPE MOHAMMED BIN SALMAN BIN ABDULAZIZ AL SAUD.....</b>	<b>129</b>
	<b>ANEXO N – S.2040 - LEI DE JUSTIÇA CONTRA PATROCINADORES DO TERRORISMO.....</b>	<b>126</b>
	<b>ANEXO O – MENSAGEM DE VETO DO PRESIDENTE OBAMA AO SENADO SOBRE A S.2040.....</b>	<b>127</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre a Arábia Saudita e os EUA consolidou-se, desde meados do século XX, como um pilar fundamental da geopolítica do Oriente Médio e do mercado global de energia. Essa aliança estratégica foi historicamente construída sobre um entendimento tácito de "segurança em troca de petróleo". No entanto, a trajetória dessa parceria, embora marcada por décadas de continuidade em seus fundamentos, experimentou uma significativa inflexão durante a presidência de Barack Obama (2009-2016).

A importação de petróleo dos EUA está diminuindo paulatinamente e na busca pela autonomia petrolífera, isto é, depender menos do petróleo estrangeiro, a partir do ano de 2009 os EUA aumentaram a produção do óleo e gás do xisto em seu território de forma exponencial.

Durante seu governo, o presidente Barack Obama criou uma comissão com o objetivo de mapear os aspectos ambientais e econômicos da exploração do gás de xisto, igual ao processo de extração do óleo de xisto. Neste período de 2009 e 2016, a produção mundial do óleo de xisto causou uma queda no preço do barril de petróleo. Segundo Daniel Yergin (2020), economista e consultor de energia do governo norte-americano, a explicação para essa queda repousa na lei da oferta e da procura. Isso porque os EUA aumentaram consideravelmente a produção do óleo e gás do xisto em 2013, mas com a desaceleração da China e outras economias de grande porte, a demanda diminuiu. Paralelamente, houve a tentativa do presidente Obama de reaproximar-se do Irã, maior rival da Arábia Saudita, esteve concentrada na capacidade e influência que o governo iraniano exerce sobre vários países árabes, neste caso em especial o Iraque, que precisava ser reorganizado.

Como se pretende apontar nesta pesquisa, a era Obama introduziu uma reconfiguração dessa dinâmica, sendo a busca pela independência energética dos EUA, traduzida na busca pela substituição do petróleo dos países do Golfo Pérsico por xisto, uma forte variável explicativa para tal mudança. Além disso, a aproximação do governo norte-americano com o Irã, historicamente o principal inimigo regional do parceiro saudita, também desempenhou um papel crucial no estremecimento das relações diplomáticas.

Diante deste cenário, esta tese se propõe a analisar a relação entre EUA e Arábia Saudita durante o governo de Barack Obama (2009-2016). Essa avaliação visa compreender as dinâmicas de interação entre os governos estadunidense e saudita, por meio do estudo das relações com a petrolífera estatal Aramco. Para tanto, buscará identificar os marcos da relação entre a Arábia Saudita e os EUA no período de 2009-2016, bem como estudar o conteúdo das parcerias e eventuais afastamentos. A pesquisa também se dedicará a investigar programas de

financiamento e treinamento norte-americanos a agências militares sauditas. A análise se estenderá a compreender como a aliança entre os dois países era interpretada pelo governo norte-americano e pela monarquia saudita. Por fim, a tese almeja mostrar que a relação de amizade especial firmada entre os EUA e Arábia Saudita desde 1940, sofreu uma inflexão durante o Governo Obama.

O termo inflexão, formulado originalmente na matemática como “ponto de inflexão”, uma “mudança na concavidade de uma curva”, mas amplamente utilizado nos estudos de relações internacionais (MEISEL, 2024) para análises sobre as relações entre países e atores não-estatais. Nesta pesquisa, consideramos que a relação entre os Estados Unidos e Arábia Saudita sempre esteve baseada na continuidade, como buscamos demonstrar nos capítulos seguintes sobre a formação da Arábia Saudita e depois, sobre a Aramco e a relação petrolífera entre os dois países no sistema internacional e somente no período proposto, entre 2009-2016, durante o governo Obama, é que observamos o chamado “ponto de inflexão” ou simplesmente, inflexão, que analisaremos no último capítulo sobre o Governo Obama (2009-2016), que analisamos as possíveis variáveis, que acreditamos explicar o breve período de inflexão na relação de continuidade entre os dois países.

Nesta tese o nosso objetivo é compreender a relação especial da Arábia Saudita com os EUA, através da abordagem histórica, com ênfase especial aos primeiros contatos e desenho da amizade entre os dois países. Embora seja feita uma análise de diversos eventos, contextos regionais e internacionais anteriores ao período proposto, o governo Obama, como forma de contextualizar as relações do período mais recente. A presente pesquisa caracteriza-se pela interpretação qualitativa de como os fatores causais por nós selecionados influenciaram no aprofundamento das relações entre o Estado saudita com os EUA desde 1940 e a inflexão no período proposto. Não é intento dessa pesquisa fazer uma avaliação de todos os fatores que poderiam influenciar nosso objeto de estudo, mas sim elencar algumas variáveis consideradas fundamentais de forma a iniciar uma agenda de pesquisa nessa área.

A presente análise compreenderá as relações bilaterais e multilaterais, envolvendo Arábia Saudita e EUA, relacionadas às questões de caráter econômico e (geo)político, buscando-se compreender os movimentos da relação especial entre a Arábia Saudita e os EUA, que perpassa os governos norte-americano e a sucessão monárquica saudita. O período para análise, de 2009 a 2017, deu-se essencialmente por ser o período recente em que constatamos um ponto de inflexão na relação especial entre Arábia Saudita e EUA. Isso porque, durante a segunda gestão do Governo Obama, dois eventos, que ocorreram no ano de 2013 marcam o estremecimento de tais relações: a) o início do diálogo entre o Governo norte-americano e o

Irã, Estado inimigo da Arábia Saudita – que analisaremos posteriormente no capítulo 3; b) lançamento do plano de Barack Obama para enfrentar as mudanças climáticas – substituição do uso de carvão e petróleo pelo uso de combustíveis fósseis, em especial o gás de xisto.

O ano de 2016 foi escolhido como limite para o exercício analítico desta tese, sendo o ano que marca o fim do Governo Obama, e ao mesmo tempo, a continuidade na relação especial entre Arábia Saudita e EUA. Além disso, a escolha deu-se por questões práticas, em especial, a bibliografia já consolidada na academia de relações internacionais.

Levando em consideração as problematizações expostas nesta seção, elaboramos uma hipótese para responder o seguinte problema de pesquisa: como se deu o ponto de inflexão na relação especial entre Arábia Saudita e EUA durante o governo Obama? A hipótese exposta abaixo, pode ser complementar, excluir-se ou provar-se válida ao fim deste trabalho.

Nossa hipótese central defendida nesta tese é de que aliança bilateral foi marcada pela continuidade em seus pilares fundamentais ao longo de décadas, mas que a era Obama introduziu uma reconfiguração dessa dinâmica, sendo a busca dos EUA pela independência energética, estimulada com a ascensão do xisto, como uma alternativa ao petróleo, especialmente o originário do Golfo Pérsico, essa seria uma forte variável explicativa para tal mudança. Durante o governo Obama, principalmente, acreditou-se que a independência energética ocorreria naquele período mesmo, mas isso não ocorreu, já que os EUA ainda não são autossuficientes e que o consumo energético norte-americano excede a capacidade de produção nacional, de modo que continuam dependendo da importação estrangeira, como veremos adiante. Outra questão bastante relevante que iremos investigar, e que causou bastante desgaste diplomático nas relações dos EUA com a Arábia Saudita durante o Governo Obama, foi a aproximação do governo norte-americano do Irã, na tentativa de liderar a campanha para o desarmamento nuclear iraniano de forma unilateral.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, será utilizado o método qualitativo como abordagem central. A análise se concentrará no processo decisório e na tomada de decisões no âmbito das parcerias e entendimentos entre a Arábia Saudita e os EUA. A pesquisa fará uso de uma gama de fontes primárias e secundárias, incluindo a análise de um conjunto de documentos oficiais, abrangendo: 3 telegramas com mensagens trocadas entre o governo norte-americano e saudita (1938; 1943); a transcrição do primeiro diálogo presencial entre o presidente norte-americano Roosevelt e o rei Saud; 4 telegramas trocados entre os Estados Unidos e a Inglaterra (1943); 4 memorandos dos Estados Unidos para Inglaterra e Arábia Saudita (1943); 1 discurso vice príncipe Mohamed Bin Salman (2016); a troca de mensagens entre o presidente Obama e

o rei Salman (2014); 1 relatório visita de Obama à Arábia Saudita; o veto do presidente Obama ao Senado (2016) e a Lei de justiça contra patrocinadores do terrorismo (2016). Os documentos oficiais citados, acessados nas plataformas oficiais do governo dos EUA e Arábia Saudita, serão analisados e irão contribuir de forma complementar à pesquisa, com o objetivo de somar à literatura específica sobre o tema, utilizada ao longo de cada capítulo. Desta forma, não será feita a análise de conteúdo ou de discurso, pois não há interesse em aprofundar o sentido da mensagem, apenas o conteúdo em si, de forma complementar aos argumentos que buscamos apresentar nesta pesquisa.

A tese está organizada em três capítulos principais, além desta introdução e da conclusão, para desdobrar a análise proposta.

No capítulo A Formação da Arábia Saudita: diplomacia, economia e geopolítica (2), busca-se compreender a formação do Estado saudita desde suas origens tribais e religiosas, influenciadas pelo wahhabismo, até sua consolidação como ator reconhecido internacionalmente. Será examinada a influência das potências europeias, especialmente a Grã-Bretanha, na remodelação do Oriente Médio após a Primeira Guerra Mundial, os movimentos iniciais da política externa saudita e suas primeiras parcerias internacionais, notadamente com o Reino Unido. Para essa análise, utilizaremos as contribuições dos especialistas em Oriente Médio David Fronkim (2011) e Gregory Gause II (2010). A análise culminará na emergência dos EUA como uma alternativa à hegemonia britânica, explorando os primeiros contatos formais, cooperação econômica e financeira, além do encontro histórico no navio USS Quincy em 1945, que selou a aliança de segurança e acesso ao petróleo. Este capítulo é crucial para compreender a base da aliança bilateral marcada pela continuidade ao longo das décadas seguintes.

O capítulo seguinte, Aramco: o marco da nova fase das relações Arábia Saudita – EUA (3), apresenta a relação entre os países a partir do histórico da empresa Aramco, que emerge como o marco da nova fase das relações entre Arábia Saudita- EUA, de modo que será demonstrado o aprofundamento da aliança, sob a perspectiva do petróleo. Neste capítulo, trata-se da concessão original da Standard Oil of California (SoCal) em 1933 e a subsequente formação da Arabian American Oil Company (Aramco), detalhando sua evolução até 1944 e a descoberta do campo de Ghawar. Será abordado o processo de nacionalização da Aramco, de uma empresa controlada por um consórcio norte-americano para a estatal Saudi Aramco em 1988, destacando como essa transição gradual e negociada permitiu a manutenção da eficiência operacional e expertise técnica.

A segunda parte do capítulo trata da formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960, e o papel da Arábia Saudita como líder dentro da organização. As crises do petróleo de 1973 e 1979, são analisadas para mostrar a crescente influência da OPEP e o papel estabilizador da Arábia Saudita no mercado global. Em seguida, é feita uma análise da drástica transição nas relações petrolíferas EUA-Irã após a revolução iraniana de 1979 e como a Arábia Saudita assumiu o papel de principal fornecedor de petróleo para os EUA. Por fim, é apresentada uma análise dos dados de consumo e produção de energia dos EUA para contextualizar a dependência americana e o cenário que antecede a inflexão. Para essa etapa da pesquisa, utilizamos as contribuições do especialista em petróleo e energia, Daniel Yergin (2015), consulta aos relatórios da Agência de Informações sobre Energia dos EUA (EIA) e documentos históricos do governo norte-americano e saudita, com a narrativa saudita sobre a história das concessões de exploração de petróleo em seu território.

O capítulo A inflexão na aliança entre Arábia Saudita e EUA, durante o governo Obama (4), apresenta a inflexão na aliança entre Arábia Saudita e EUA durante o Governo Obama, explorando a reconfiguração da aliança bilateral. Nosso argumento concentra-se na ascensão do xisto nos EUA como alternativa ao petróleo importado dos países do Golfo Pérsico como a principal variável explicativa, que levou a uma dependência menor do petróleo importado, concedendo aos EUA "maior margem de manobra geopolítica", somada à análise da aproximação do governo Obama com o Irã e a assinatura do acordo nuclear (JCPOA) em 2015, vista pela Arábia Saudita como uma ameaça aos seus interesses regionais. E por fim, é feita a correlação entre a Lei de Justiça Contra Patrocinadores do Terrorismo (JASTA) e o veto de Obama, que, ao ser derrubado pelo Congresso, também contribuiu para a inflexão.

## 2 A FORMAÇÃO DA ARÁBIA SAUDITA: DIPLOMACIA, ECONOMIA E GEOPOLÍTICA

### 2.1 Formação do Estado saudita

A proposta deste capítulo é compreender a formação do Estado da Arábia Saudita, pontuando os principais movimentos que irão orientar a política externa saudita e as suas relações internacionais até o início dos anos 2000.

Durante o século XIX, a região do Golfo Pérsico ainda não despertava o interesse diplomático e político das potências europeias. Esta região era uma das poucas no mundo que não havia sido social, cultural e politicamente formada a partir da referência europeia (FROMKIN, 2011, p. 32). Neste ínterim de tempo, a região era majoritariamente dominada pelos Impérios Otomano e Persa<sup>1</sup>.

O Oriente médio se tornou o que é hoje tanto porque as potências europeias o remodelaram quanto porque a Grã-Bretanha e a França não conseguiram assegurar que as dinastias, os Estados e os sistemas políticos que estabeleceram, durassem. Depois da Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha e seus aliados destruíram de forma irrevogável, a velha ordem na região; esmagaram para sempre o governo turco do Oriente Médio falante de árabe. Para substituí-lo, criaram países, nomearam governantes, delinearão fronteiras e introduziram um sistema de Estados (...)  
(FROMKIN, 2011)

Por essa razão, o surgimento da região que conhecemos como Golfo Pérsico, seguindo David Fromkin, não pode ser dissociado da política de Winston Churchill, atuando em nome da Grã-Bretanha, para a região. Em meados do século XIX, Grã-Bretanha, França e Rússia (czarista) disputavam interesses pontuais naquele espaço geográfico; porém, um corpo político britânico bem específico exerceu papel decisivo na criação do Golfo Pérsico moderno. Este corpo político era formado pelo Conselho de Ministros: Winston Churchill; Herbert Asquith; Sir. Edward Grey (secretário de Relações Exteriores); David Lloyd George (ministro da Fazenda), e Lorde Kitchener (ministro da Guerra) (FROMKIN, 2011).

Vale destacar que a política britânica não tinha interesse em controlar toda a região do Oriente Médio, no entanto, queria impedir que qualquer outra potência vizinha no continente europeu ocupasse tal posição. Essa estratégia, de impedir o avanço e domínio das outras potências europeias na região, foi levada a cabo durante todo o século XIX. E o Império Russo

---

<sup>1</sup> O Império Assírio se instalou no sul do Irã, sob o comando de Ciro, o Grande e Cambises, seu filho e sucessor, conquistaram as terras entre os rios Nilo, no Egito e Indo, na Índia, dando origem ao chamado Oriente Próximo. O império Persa estava dividido em vinte províncias, cada qual administrada por um governador, submisso ao imperador/rei. Os reis persas concediam uma parcela de autonomia às províncias, respeitando as tradições locais e de cunho religioso, contanto que, os súditos efetuassem os pagamentos dos tributos, se apresentassem e servissem ao exército real e por fim, não se rebelassem contra a ordem (PERRY, 2002, p. 22)

que avançava na Ásia, converteu-se em concorrente e inimigo do Governo britânico na luta pela supremacia na região da África Subsaariana e parte do continente asiático (FROMKIN, 2011, p. 36). Um exemplo desta política britânica pode ser observado na Conferência do Cairo, promovida pelo governo britânico. No encontro, foram criadas duas comissões, uma política e outra militar, para tratar das questões de território.

O grande temor dos britânicos não era dos originários e sim dos franceses, que ocupavam parte da Síria e da Palestina. O primeiro-ministro Churchill tomou várias ações junto aos líderes locais, como garantia para que os britânicos permanecessem na região, concedeu muitos benefícios financeiros, inclusive. Ao fim das negociações, Churchill ofereceu mais benefícios e honras à Casa de Hashem (território da atual Jordânia) e, ao saber disso, a Casa Saud, rival dos Hashem, tornou pública sua insatisfação durante o evento. Diante desta reação, Churchill propôs aumentar os subsídios concedidos à Casa Saud para 100 mil libras por ano (GILBERT, M., 1921, p.404). Esta relação entre a Arábia Saudita e a Grã-Bretanha neste período de formação do Estado saudita é fundamental para a compreensão das relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita.

Ao observarmos a estratégia da antiga hegemonia britânica na região, de impedir que outras potências europeias, ou mesmo o império russo, pudessem dominar o Oriente Médio, percebe-se que ela está muito alinhada com a hipótese defendida nesta tese, de que a relação especial dos EUA com a Arábia Saudita está baseada na estratégia de impedir que outras nações europeias e asiáticas tenham mais influência política e estratégica no país. A principal base explicativa para tal comportamento está na grande quantidade de petróleo, das maiores no mundo, controlada pelos Sauditas.

É neste contexto que o Estado da Arábia Saudita, objeto de análise desta pesquisa, será formado, razão pela qual apresentaremos brevemente os primórdios da origem tribal do Estado saudita, a partir do regime tribal da Casa Al-Saud e a parceria internacional com a Grã-Bretanha, pois a compreensão deste período inicial é de suma importância para avaliar a hipótese aqui apresentada de que a aliança bilateral foi marcada pela continuidade em seus pilares fundamentais ao longo de décadas, mas que a era Obama introduziu uma reconfiguração dessa dinâmica, sendo a busca pela autonomia energética, a fim de diminuir a dependência do petróleo, principalmente dos países do Oriente Médio, que na visão do governo norte-americano resultaria da ascensão do xisto como alternativa ao petróleo importado, uma forte variável explicativa para tal mudança (VITALIS, 2008).

Em 1932, Ibn Saud muda o nome de seu reino para Arábia Saudita, com o reconhecimento internacional das seguintes potências internacionais ocidentais: Grã-Bretanha,

EUA, Itália, Alemanha e Rússia, que ao longo das décadas seguintes, farão parte do projeto de inserção internacional do novíssimo país. Nosso foco de pesquisa repousa sobre as relações entre a Arábia Saudita e EUA, no entanto, será necessário voltar brevemente aos primeiros movimentos da família Al-Saud na região e suas parcerias internacionais para compreender os antecedentes da relação com os EUA, que acontecem a partir de 1940.

Ainda no século XVIII, no ano de 1744, a família Al-Saud ocupava parte do atual território saudita, sob a liderança do patriarca Muhammad ibn Saud, que governava a cidade de Al-Diriyah (atualmente faz parte do território saudita) e uniu-se ao líder religioso islâmico Muhammad ibn Abdul-Wahhab, fundador do movimento wahhabismo no Islã. Juntos, fundaram o emirado de Diriyah, conhecido como o primeiro Estado Saudita. O reformador religioso, Abdul-Wahhab foi expulso de sua cidade, Uyyaynah, por conta de suas convicções religiosas. Com isso, grande parte de seus seguidores também mudou para a cidade Al-Diiyah. Enquanto, o clérigo Wahhab era responsável pela disseminação do wahhabismo, Muhammad e seu filho Abdulaziz lideravam o exército militar durante as batalhas para conquista de terra. Neste ínterim do primeiro Estado saudita, conquistaram as cidades sagradas para o Islã: Meca e Medina. Contudo, o primeiro império foi encerrado, diante dos ataques militares da tribo de Ibrahim Pasha localizada no Egito (SILVERFARB, 1982).

### 2.1.1 Consolidação do Estado Saudita e o Papel do Wahhabismo

A formação da Arábia Saudita moderna não pode ser compreendida sem considerar os fundamentos ideológicos e políticos estabelecidos pelo movimento wahhabita desde meados do século XVIII (VITALIS, 2008). A aliança entre a família Saud e o clérigo Muhammad ibn Abd al-Wahhab deu origem a uma entidade política que combinava governança tribal com uma visão religiosa rigorosa, influenciando profundamente a identidade nacional saudita. Ao longo do século XX, especialmente após a consolidação territorial liderada por Abdulaziz Al Saud (Ibn Saud), o wahhabismo tornou-se não apenas um elemento central na legitimação do novo Estado, mas também um instrumento de controle interno e expansão ideológica.

Aqui se busca analisar como o wahhabismo serviu como pilar ideológico para a construção do Estado saudita, bem como examinar o papel dos Ikhwan — movimento militar-religioso leal a Ibn Saud — na consolidação territorial e na eliminação de oposições internas.

O wahhabismo surgiu no século XVIII como uma corrente reformista no interior do slã sunita, pregando o retorno aos textos originais do Corão e da Sunna, rejeitando práticas

consideradas inovações (bid'ah) e combatendo formas de culto popular vistas como politeístas. Muhammad ibn Abd al-Wahhab, seu fundador, estabeleceu aliança com Muhammad ibn Saud, líder da cidade de Diriyah, que lhe ofereceu proteção em troca de legitimidade religiosa para sua liderança política. (GAUSE III, 2003)

Essa parceria criou a seguinte dinâmica: enquanto os Saud garantiam expansão territorial e poder militar, os wahhabistas asseguravam a autoridade moral e religiosa. Essa combinação permitiu que o primeiro Estado saudita expandisse sua influência na Península Arábica até ser derrotado pelas forças otomanas. Como analisaremos adiante, o movimento ressurgiu no início do século XX, sob a liderança de Abdulaziz Al Saud.

Ibn Saud iniciou uma campanha de unificação do território que combinava conquistas militares, negociações tribais e mobilização religiosa. O wahhabismo foi utilizado tanto como ferramenta de coesão social quanto como justificativa ideológica para a guerra santa (jihad) contra rivais e grupos considerados hereges ou corruptos. Esse modelo político-religioso se consolidaria ao longo das décadas seguintes, tornando-se o núcleo doutrinário do Estado saudita (VITALIS, 2008).

Já o segundo Estado saudita foi constituído pelo neto de Muhammad ibn Saud, Turki bin Abdullah Al Saud (VITALIS, 2008) que recuperou o território perdido e conquistou mais terras. No entanto, após a sucessão para seu filho, Faisal ibn Turki I, houve uma guerra civil no território saudita e o herdeiro fugiu para o exílio no território do Kuwait, em 1891. Estando acéfala, a região então dominada pelos Al-Saud, é tomada pela tribo de Ibn Rashid.

De acordo com Vitalis (2008), o terceiro Estado saudita, que vai dar origem ao atual reino da Arábia Saudita, iniciou-se em 1901, quando Abdulaziz II, conhecido como ibn Saud, saiu do Kuwait com uma força-militar de 40 seguidores, tomou a cidade de Riad e assassinou o então governador, Al-Rashid (VITALIS, 2008). Os anos seguintes foram marcados por mais lutas pela reintegração de territórios, como Najd. A fim de facilitar a implementação de seu governo na região, ibn Saud organizou uma irmandade religiosa e militar chamada Ikhwan. Vale destacar que o Governo britânico sempre apoiou a casa Al-Saud (FROMKIN, 2011).

No ano de 1921, acontece a Conferência do Cairo, que marcou essa disputa de interesses na região. Sob comando do secretário colonial britânico, Winston Churchill, a conferência reuniu especialistas e administradores britânicos no Hotel Semíramis, no Cairo, entre 12 e 30 de março de 1921 (VITALIS, 2008). Seu objetivo era resolver conflitos decorrentes de promessas contraditórias feitas durante a Primeira Guerra Mundial, como os acordos Sykes-Picot (1916) e a Declaração Balfour (1917), além de consolidar o controle britânico na região

(FROMKIN, 2011). Para tanto, organizou a distribuição territorial de forma a garantir os interesses coloniais sob o manto da paz.

As principais decisões tomadas na Conferência foram a criação do Iraque e Transjordânia. Sendo que, os filhos do xarife de Meca, Hussein bin Ali, foram colocados no poder: Faisal como rei do Iraque, e Abdullah como emir da Transjordânia, sob supervisão britânica. Para Gause II (2003), a família Saud foi excluída do evento, não foi convidada para participar. Contudo, embora não presentes, os Saud (liderados por Abdul Aziz ibn Saud) foram reconhecidos como controladores do Nejd, no coração da Península Arábica, em oposição ao reino do Hejaz (governado por Hussein).

A consolidação territorial e a derrota dos Ikhwan foram acompanhadas por esforços diplomáticos para obter reconhecimento internacional. Um dos primeiros passos nessa direção foi a assinatura do Tratado de Muhammarah em 1922, com a Grã-Bretanha, que reconhecia Ibn Saud como governante legítimo da maior parte da Península Arábica.

O tratado foi resultado de negociações conduzidas após o colapso do Império Otomano, após a primeira guerra mundial e o estabelecimento de mandatos britânicos e franceses na região. Para os britânicos, era estratégico reconhecer o novo Estado saudita como forma de conter outras ameaças regionais, especialmente o expansionismo iraquiano e o fortalecimento do Reino Hachemita da Hejaz, rival histórico dos Saud. O Tratado de Muhammarah incluía cláusulas de não-agressão, cooperação comercial e proibição de ataques a territórios sob proteção britânica (VITALIS, 2008). Embora Ibn Saud tenha aceitado o acordo, ele manteve certa autonomia em suas ações, aproveitando as divisões entre as potências europeias. O tratado, portanto, representou uma importante vitória diplomática, selando o reconhecimento formal de seu novo reino (FROMKIN, 2011).

Em 1924, Abdul Aziz ibn Saud reassume o controle da cidade de Meca; no ano seguinte as cidades de Medina e Jeddah se rendem e, em 1926, foi proclamado Rrei do Hejaz (GAUSE III, 2003). Porém, no ano seguinte, 1927, a irmandade Ikhwan, criada por ibn Saud rebelou-se, tornando o território saudita palco da chamada Revolta dos Ikhwan<sup>2</sup>, que durou até 1930. No mesmo ano, o conflito com os Ikhwans criou uma crise nas relações com o Iraque, pois os rebeldes invadiam parte do território desértico iraquiano, estabelecido em dois documentos entre os anos de 1922 e 1923: Protocolo de Uqair e Tratado de Nuhammarah<sup>3</sup>.

---

2 Os membros das tribos de Otaibah, Mutayr e Ajman, composta por membros da irmandade Ikhwan, se rebelaram contra ibn Saud e iniciou os ataques ao território saudita (VITALIS, 2008).

3 Os textos do Protocolo de Uqir e o Tratado de Muhammarah estão disponíveis na versão digital do Escritório Oficial da Grã-Bretanha: Relatório sobre a Administração do Iraque: April 1922 – março 1923 (Londres, 1924), pp.183-6. Acesso em 20/05/2022: <https://archive.org/details/report-admin-iraq-1920-27>

Contudo, ao longo da revolta dos Ikhwan (1927-1930), o governo britânico ofereceu suporte econômico e militar para Ibn Saud, a fim de prevenir um possível avanço de outra potência europeia em um território tão estratégico, com rotas marítimas e aéreas mais curtas para a Índia. Em 1928, o governo britânico começa a vender armas, bombas e aeronaves para Ibn Saud. Além disso, o governo britânico enviou pilotos para ensinar os sauditas a utilizarem as aeronaves. No ano seguinte, a Grã-Bretanha vendeu mais aeronaves militares e mil bombas para usar contra os rebeldes. E, no início de 1930, a Grã-Bretanha forneceu gasolina para ser usada nos caminhões e carros durante o conflito, considerando que as reservas petrolíferas sauditas seriam descobertas somente a partir de 1932 (VITALIS, 2008). Os Ikhwan foram vencidos pelo reinado de Ibn Saud no ano de 1930 (SILVERFARB, D., 2010, p.243).

No entanto, foi a partir de 1930, que Ibn Saud começou a manifestar o que o analista Silverfarb (2010) classifica como descontentamento do líder com a Grã-Bretanha, que começou em 1928 com uma certa desconfiança sobre a interpretação do Protocolo de Uqair (1922) e do Tratado de Muhammarah (1923), que versavam sobre os limites fronteiriços com o Iraque e demais vizinhos ao norte. Para Saud, o governo britânico estaria tentando avançar e tomar parte do território que lhe pertencia (FROMKIN, 2011). Ainda em 1928, durante a revolta dos Ikhwan, Ibn Saud começou suspeitar que o governo britânico estaria ajudando secretamente o líder da tribo mutayr, Faysal al Dawish, a fim de facilitar o enfraquecimento e destruição do reino de Saud em toda região de Najd (atual Arábia Saudita). O líder Dawish uniu-se com os outros líderes das outras tribos para tentar tirar Saud da posição de governante da região de Najd, mas sem sucesso. Outro elemento de desgaste na relação entre Grã-Bretanha e Arábia Saudita foi a recusa de Ibn Saud para que a Imperial Airways<sup>4</sup>, companhia aérea comercial britânica, estabelecesse um posto de reabastecimento em seu território (GAUSE III, 2010).

(...) in spite of this assistance, Ibn Saud emerged from the civil war in Najd in 1930 with a sense of grievance against Great Britain. He apparently believed that the Iraq Government's construction of forts along the border and the British bombing raids inside Najd had provoked the Ikhwan to rise against his authority and also deprived him of much needed domestic support at a crucial moment (SILVERFARB, 2010).<sup>5</sup>

---

4 Companhia aérea comercial britânica que operou entre 1924 e 1939, fruto da fusão de quatro companhias independentes para atender ao pedido do governo para servir as rotas do império britânico para as regiões da África do Sul, Austrália, Extremo Oriente e Índia.

5 “(...)apesar dessa assistência, Ibn Saud emergiu da guerra civil em Najd, em 1930, com um sentimento de ressentimento contra a Grã-Bretanha. Aparentemente, ele acreditava que a construção de fortes ao longo da fronteira pelo governo iraquiano e os bombardeios britânicos dentro de Najd haviam provocado a revolta dos Ikhwan contra sua autoridade e também o privado de apoio doméstico tão necessário em um momento crucial” (SILVERFARB, 2010, tradução nossa).

Os anos seguintes só confirmam o esfriamento das relações da Grã-Bretanha com Ibn Saud, pois em 1933, já como Reino da Arábia Saudita, o Estado fez as primeiras concessões petrolíferas a empresas norte-americanas (VITALIS, 2008), rejeitando a oferta da Iraq Petroleum Company, que representava os interesses britânicos na região; o mesmo se repete em 1939, quando o Estado saudita, mais uma vez, realiza concessão petrolífera a outra empresa norte-americana. Em 1934, o Estado saudita voltou a reivindicar áreas que o governo britânico alegava pertencer ao seu protetorado. Este debate acerca dos territórios fronteiriços sobre partes da Transjordânia até a Síria, estendeu-se até 1937. Em 1935, os dois filhos de Ibn Saud, Amir Saud e Feisal, visitaram a Grã-Bretanha, atendendo ao convite feito pelo governo britânico. De acordo com Watt (1963), a maior parte das questões pendentes concernentes às relações anglo-sauditas foram resolvidas em conversas privadas, mas o desinteresse saudita só aumentava, especialmente após as incursões britânicas na Palestina, ainda que os dois territórios não sejam fronteiriços. Mesmo que tenha ocorrido com certa demora em relação aos outros países que tem o islã como religião oficial, a Arábia Saudita juntou-se aos demais países da região, tais como Egito, Iraque, Transjordânia e Síria na defesa do povo árabe-palestino, o que tornou oficial seu afastamento da Grã-Bretanha (WATT, 1963).

Em resumo, o plano da Grã-Bretanha para a região do Golfo Pérsico entre 1806 até meados da década de 1930, foi tentar manter o controle sobre os Estados e os recursos petrolíferos descobertos até aquele momento, caso do Iraque. Em paralelo, buscava manter boas relações com a casa Al-Saud, pois o território deles estava cada vez maior e os britânicos temiam o avanço de outras potências europeias na região. Durante o Primeiro e Segundo Estado saudita, o principal objetivo foi conquistar território, formar a população e criar os espaços agrícolas de forma independente.

Entre outras medidas, a Grã-Bretanha pretendia manter a influência e controle sobre a região do Golfo Pérsico e seus recursos naturais. A Arábia Saudita de Ibn Saud, por outro lado, almejava estabelecer o domínio territorial na região, perante os vizinhos e obter reconhecimento internacional do território saudita. Como nosso foco não é analisar a relação da Arábia Saudita com a Grã-Bretanha, apresentou-se a discussão de forma prospectiva, a fim de compreender o início formação histórica e política da Arábia Saudita, bem como as primeiras ações de projeção internacional no entorno regional e internacional (VITALIS, 2003). A questão das reservas de petróleo e as concessões feitas pelo governo saudita serão analisadas no próximo capítulo. Como veremos, o período de 1930 até 1945 é considerado de suma importância na história da política externa saudita. É nesse período entreguerras que, seguindo o contexto regional dos

países árabes muçulmanos no Golfo Pérsico, que os primeiros passos para a amizade entre o governo norte-americano e a monarquia saudita são dados.

## 2.2 Década de 1930: o início da projeção internacional e regional da Arábia Saudita

A década de 1930 é marcada pela atenção da Grã-Bretanha para Arábia Saudita. No âmbito regional, a política externa saudita será formulada a partir de três princípios ou considerações, como explica WATT (1963): 1) obter o reconhecimento dos Estados vizinhos como Estado árabe e detentor das cidades sagradas para o islã; 2) buscar uma solução para superar o prejuízo financeiro causado pela brusca diminuição de peregrinos às cidades sagradas, que realizavam a visita anualmente e por conta da crise de 1929, iniciada no EUA, mas que tomou proporções globais; 3) impedir o envolvimento da Itália, gerida por Mussolini, na região do Mar Vermelho e Chifre da África.

Em 1932, Ibn Saud proclamou oficialmente o Reino da Arábia Saudita, unificando o Najd, o Hejaz e outras regiões sob um único Estado sob o regime político monárquico absolutista, conforme quadro abaixo sobre os reis e períodos. A formação da Arábia Saudita foi um processo interno, mas ocorreu em um momento de transformação global, marcado pelo colapso dos impérios tradicionais e pela ascensão de novos Estados nacionais (GAUSE III, 2020).

**Quadro 1 - Reis da Arábia Saudita (1932-2025)**

<b>Nome do rei</b>	<b>Período do Reinado</b>
Abdulaziz Ibn Saud	1932-1953
Saud bin Abdulaziz	1953-1964
Faisal bin Abdulaziz	1964-1975
Khalid bin Abdulaziz	1975-1982
Fahd bin Abdulaziz	1982-2005
Abdullah bin Abdulaziz	2005-2015
Salman bin Abdulaziz	2015-presente

Elaborado pela autora (GAUSE III, 2020)

Em 1936, a Arábia Saudita organizou o Tratado da Fraternidade e Aliança Árabe, assinado primeiramente pelo Iraque, posteriormente pelo Iêmen e, depois pelo Egito, país que

rompera relações com Ibn Saud em 1926, mas agora retoma a amizade. Diante deste feito, a assinatura do Tratado de Aliança, o objetivo saudita de obter reconhecimento dos vizinhos como Estado Árabe começa a ser cumprido (GAUSE III, 2020). Entretanto, a Transjordânia recusou-se a assinar o Tratado, por conta de dois conflitos fronteiriços, nas regiões de Aqaba e Ma'an.

And wishing to fix the frontiers between their countries and to establish relations of good neighbourship and ties of Islamic friendship between them and to strengthen the foundations of peace and tranquillity between their peoples and countries; And being desirous that there should be a united front against sudden mishaps and a solid structure to preserve the safety of the Arabian península. (The Treaty of Taif, 1934)<sup>6</sup>

A consolidação do Estado saudita moderno, portanto, foi impulsionada por uma combinação de fatores ideológicos, militares e diplomáticos. O wahhabismo forneceu a base teórica e moral para a legitimação do governo saudita, enquanto os Ikhwan funcionaram como uma milícia religiosa fundamental na expansão territorial. Contudo, a própria natureza revolucionária e radical do movimento ikhwaniano exigiu sua contenção, o que foi feito por Ibn Saud com muita rigidez (GAUSE III, 2020; VITALIS, 2008).

Ao mesmo tempo, por meio do Tratado de Muhammarah, a habilidade diplomática de Ibn Saud em negociar com potências estrangeiras, garantindo reconhecimento internacional e segurança territorial, foi bem-sucedida. Esses eventos prepararam o terreno para a próxima fase da história saudita: a definição de suas fronteiras com os vizinhos. Tal feito não foi um processo único e definitivo, mas sim contínuo, refletindo tanto as mudanças geopolíticas quanto os interesses econômicos, especialmente no que diz respeito à exploração de petróleo. A Zona Neutra com o Kuwait só foi formalizada em 1961 e revisada em 1965.

Uma das questões mais delicadas da fronteira saudita-kwaitiana foi a existência de uma Zona Neutra — uma área de aproximadamente 5.700 km<sup>2</sup> situada entre os dois países, na qual nenhum dos governos exercia soberania exclusiva. A Zona Neutra foi criada oficialmente pelo Processo Verbal Aprovado em 1961, que complementou o Acordo de Al-Uqair e reconheceu a necessidade de uma solução temporária para evitar disputas. (GAUSE III, 2003)

A razão principal para a criação da Zona Neutra foi a presença de recursos naturais, especialmente petróleo, em áreas cuja posse era contestada. Esse arranjo permitiu que a produção petrolífera se desenvolvesse sem conflitos armados ou jurídicos imediatos (GAUSE III, 2003).

---

<sup>6</sup> “E desejando fixar as fronteiras entre seus países e estabelecer relações de boa vizinhança e laços de amizade islâmica entre eles, e fortalecer as bases da paz e da tranquilidade entre seus povos e países; e desejando que haja uma frente unida contra infortúnios repentinos e uma estrutura sólida para preservar a segurança da Península Árábica.” (Tratado de Taif, 1934, tradução nossa).

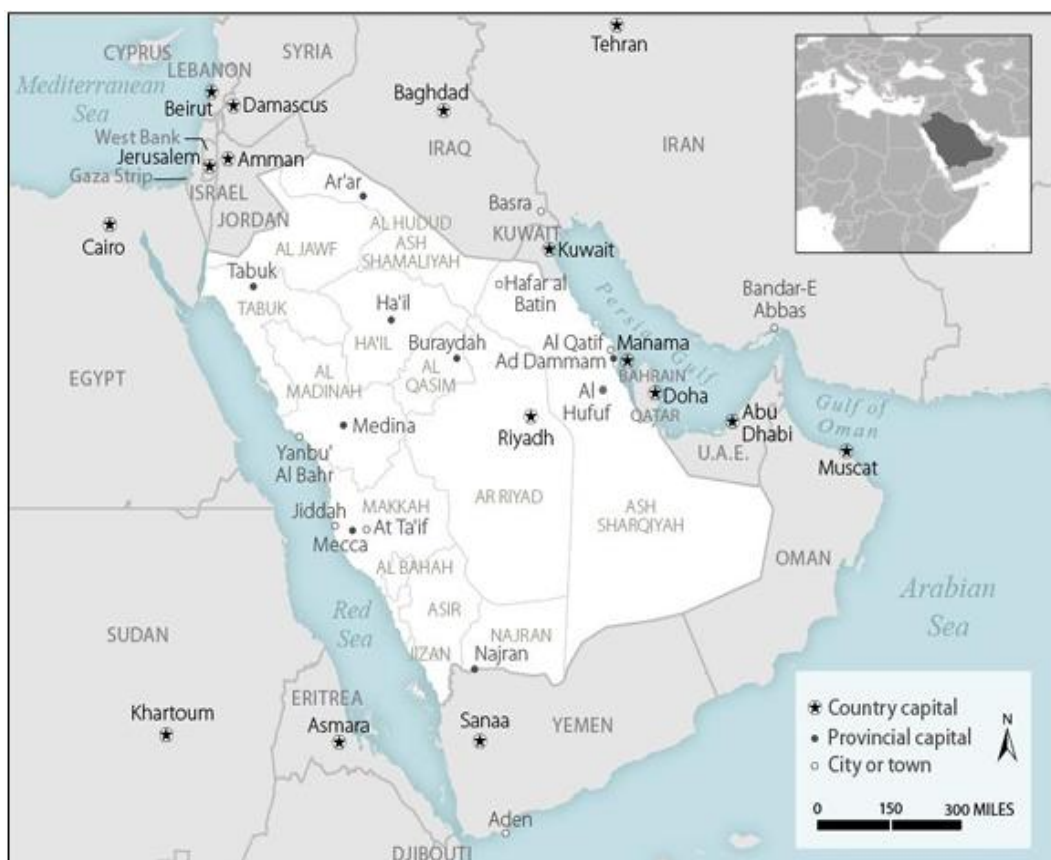
Em 1965, o Acordo de Partição determinou a divisão da Zona Neutra entre os dois países. O artigo 1º do acordo previa que uma Comissão Técnica Conjunta realizaria os trabalhos de delimitação no terreno, com supervisão da empresa Pacific Aero Survey Co. Ltd. A linha final foi oficialmente reconhecida em 1969 pelo Acordo Complementar, que confirmou os novos limites. Houve cooperação técnica, a partir da colaboração entre especialistas sauditas, kwaitianos e estrangeiros (VITALIS, 2008). A partilha dos recursos petrolíferos contribuiu para o fortalecimento econômico de ambos os países e estabelecimento das fronteiras, conforme quadro 2 e mapa 1 apresentados na sequência.

**Quadro 2 – Primeiras interações diplomáticas estabelecimento de fronteira**

<b>Número do Registro</b>	<b>Acordo Envolvendo Arábia Saudita</b>	<b>Ano da Assinatura</b>	<b>Resumo do Acordo</b>
<b>Nº 1083</b>	Fronteira entre Najd e Kuwait	1922	Estabeleceu a fronteira terrestre entre o Sultanato de Najd e o Kuwait, iniciando a oeste da junção de Wadi al-Awjah e Wadi al-Batin e seguindo até a costa.
<b>Nº 30548</b>	Zona Neutra com Kuwait	1961, 1963	Processo Verbal sobre pesquisa/delimitação (1961) e Trocas de Notas (1963) criando comissão, estabelecendo postos de controle e acordando o princípio da partição da zona neutra, mantendo recursos naturais comuns.
<b>Nº 30549</b>	Partição da Zona Neutra	1965, 1969	Acordo formal de partição da zona neutra (1965) e Acordo Complementar (1969) confirmando a linha fronteira definitiva baseada em levantamento técnico e mapa.

Elaborado pela autora. Acordos: <<https://treaties.un.org/pages/showDetails.aspx?objid=08000002800b3b06>>  
Acesso em 20-02-2025.

**Mapa 1 - Território atual da Arábia Saudita**



Fonte: Saudi Arabia: Background and U.S. Relations. Serviço de Pesquisa do Congresso dos EUA. Link de Acesso: <https://sgp.fas.org/crs/mideast/RL33533.pdf>. Acesso em 15-03-2024.

### 2.3 Relações com os EUA: da Segunda Guerra Mundial ao Pacto do Quincy (1945)

O primeiro contato entre o rei Abdulaziz Ibn Saud (fundador da Arábia Saudita moderna) e o governo dos EUA ocorreu durante a década de 1930, em um contexto de crescente tensão no Oriente Médio, especialmente em relação à questão da Palestina<sup>7</sup> e ao aumento da imigração judaica para a região. Esse contato iniciou-se por meio de um telegrama enviado por

<sup>7</sup> A Palestina emergiu de acordos coloniais e rivalidades entre potências europeias e líderes árabes. Os Acordo Sykes-Picot firmados em 1916, em que britânicos e franceses dividiram o Oriente Médio, com a Palestina inicialmente destinada a um "condomínio internacional", que depois foi cedida ao controle britânico. Com a Declaração Balfour (1917) e o apoio britânico a um "lar nacional judeu" na Palestina, gerou-se certa tensão entre a população árabe-muçulmana, que via a região como parte de um futuro Estado árabe unificado. A Liga das Nações formalizou o controle britânico, contribuindo para que o conflito entre imigrantes sionistas e árabes palestinos se acirrasse cada vez mais. A Palestina era uma região com identidades múltiplas (árabes muçulmanos, cristãos e judeus) sob domínio otomano e depois britânico. Fromkin (2011) chama de falha colonial, o fato de a Grã-Bretanha subestimar o nacionalismo árabe e o sionismo, que criou um cenário de conflito inevitável.

Ibn Saud ao presidente dos EUA, no qual o líder saudita expressou suas preocupações sobre o conflito na Palestina e o impacto da imigração judaica na região (GAUSE III, 2009).

Vitalis (2008) observa que Ibn Saud via a questão da Palestina como ameaça à estabilidade regional e aos interesses árabes e muçulmanos. Ele estava preocupado com o impacto da imigração judaica e com a possibilidade de criação de um Estado judeu na Palestina. Assim, em 1938, Ibn Saud enviou o mencionado telegrama (ANEXO A) ao presidente Franklin D. Roosevelt, intercedendo sobre a questão da Palestina e expressando suas preocupações sobre o aumento da imigração judaica e a violência que estava ocorrendo na região. O telegrama foi uma tentativa de Ibn Saud de chamar a atenção dos EUA para o conflito e de buscar apoio para a causa árabe.

Ibn Saud argumentou que a imigração judaica em massa, assim como a compra de terras por judeus, estava deslocando a população árabe-palestina e criando tensões que poderiam levar a um conflito maior. Apelava para que os EUA intervissem para garantir que os direitos e interesses da população árabe fossem protegidos (VITALIS, 2008).

A resposta dos EUA a Ibn Saud foi cautelosa. O governo norte-americano reconhecia a importância estratégica da Arábia Saudita, especialmente devido ao petróleo, mas também estava ciente das complexidades do conflito na Palestina, assim como das pressões internas e externas relacionadas à questão judaica. Franklin D. Roosevelt e seu governo mantiveram uma posição de neutralidade relativa, buscando equilibrar os interesses árabes e judeus (FROMKIN, 2011).

### 2.3.1 Os resultados após o primeiro contato entre os chefes de Estado

O telegrama de Ibn Saud marcou o início de um diálogo mais formal entre a Arábia Saudita e os EUA, que se aprofundaria nas décadas seguintes. Apesar das divergências sobre a questão da Palestina, os dois países desenvolveram uma relação estratégica baseada em interesses mútuos, especialmente no que diz respeito ao petróleo e à segurança regional. (GAUSE III, 2009)

A questão da Palestina continuou a ser um ponto de tensão nas relações entre os dois países, mas a parceria estratégica entre ambos prevaleceu, especialmente após a descoberta de vastas reservas de petróleo na Arábia Saudita e o estabelecimento de laços econômicos e militares mais fortes durante e após a Segunda Guerra Mundial (VITALIS, 2008).

Foi durante a Segunda Guerra Mundial que essa relação tomou um caráter mais formal e amplo. Enquanto o Reino Unido ainda mantinha uma influência predominante sobre o Golfo

Pérsico, os EUA passaram a oferecer assistência militar e financeira através do programa Lend-Lease, especialmente após o envolvimento direto dos sauditas em questões relacionadas à segurança regional, e ao apoio logístico fornecido aos aliados dos EUA no Oriente Médio (AL-RASHED, 2009).

Por essa razão, em 1943 o governo dos EUA iniciou a comunicação com a monarquia saudita para estabelecer um Consulado estadunidense na Arábia Saudita. Foram diversos telegramas<sup>8</sup> trocados até chegar à última mensagem, conforme abaixo, em que o secretário de Estado dos EUA envia uma mensagem para o representante diplomático do país na Arábia Saudita, que reproduzimos:

Washington, November 30, 1943 - 10 p.m.

Please endeavor to obtain the consent of the Saudi Arabian Government to the sending of an officer from the Legation to Dhahran to perform consular functions there in accordance with the suggestions contained in your 169, October 30, 11 a.m. and despatch 53, October 25, 1943. If this permission is obtained, the Department will assign an additional officer to Jidda. (EUA, 1943)<sup>9</sup>

O ápice dessa aproximação ocorreu com o famoso encontro entre o Presidente Franklin D. Roosevelt e o Rei Abdulaziz Al Saud no navio USS Quincy, em fevereiro de 1945, no Golfo de Aqaba. Esse encontro simbolizou o início de uma aliança duradoura entre os dois países, baseada em interesses mútuos: segurança regional, acesso ao petróleo e estabilidade geopolítica no Oriente Médio.

## 2.4 O fim da influência britânica e a abertura para os EUA

Desde o século XIX, a Grã-Bretanha mantinha uma posição dominante na região do Oriente Médio, apoiando governos locais e exercendo controle indireto sobre economias regionais. No entanto, após a Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido enfrentou dificuldades crescentes para manter seu império global, mas continuou exercendo muita influência no entorno. Além disso, o surgimento dos EUA como potência emergente, combinado com a descoberta de petróleo na Península Arábica, abriu espaço para uma nova dinâmica

---

<sup>8</sup> Link de Acesso aos telegramas trocados entre o governo norte-americano, a monarquia saudita e o representante dos interesses dos EUA nas Arábia Saudita, Sr. Moose para tratar do estabelecimento do consulado dos EUA no território saudita: < <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1943v04/ch52>>.

<sup>9</sup> Washington, 30 de novembro de 1943 - 22h: Por favor, procurem obter o consentimento do Governo da Arábia Saudita para o envio de um funcionário da Legação a Dhahran para desempenhar funções consulares, de acordo com as sugestões contidas em seu despacho 169, de 30 de outubro, às 11h, e no despacho 53, de 25 de outubro de 1943. Se essa permissão for obtida, o Departamento designará um funcionário adicional para Jidda. (EUA, 1943, tradução livre).

internacional e o enfraquecimento do império britânico na região após a II Guerra Mundial, em 1945 (GAUSE, 2003; VITALIS, 2008).

De acordo com Fromkin (2011, p.584), a monarquia da Arábia Saudita, por sua vez, estava consciente dos riscos de depender excessivamente de Londres, especialmente diante de casos como o Kuwait, o Bahrein e o Iraque, onde a presença britânica era vista pelos sauditas como uma forma de dominação imperial. Ibn Saud temia que, caso aceitasse uma aliança exclusiva com os britânicos, seu país pudesse perder autonomia política e econômica.

Diante desse contexto, os EUA surgiram como uma alternativa atrativa. Ao contrário da Grã-Bretanha, os EUA não possuíam um histórico colonial na região, logo, eram vistos como uma potência menos intervencionista. Essa percepção, mesmo que nem sempre correspondesse à realidade, facilitou a aceitação de acordos comerciais e diplomáticos com Washington.

As relações entre os EUA e a Arábia Saudita tiveram início principalmente por meio de acordos ligados ao petróleo, firmados com empresas petrolíferas norte-americanas. Em 1933, a *Standard Oil of California* (SOCAL) obteve concessão para explorar petróleo no leste da Arábia Saudita. Este acordo marcou o primeiro grande investimento privado norte-americano no país e lançou as bases para uma cooperação bilateral que iria além da esfera comercial (VITALIS, 2008).

Em 1938, a descoberta de petróleo em Dammam confirmou o potencial energético da região e tornou a Arábia Saudita um parceiro estratégico fundamental para os EUA. A exploração petrolífera exigiu infraestrutura, tecnologia e capital, áreas nas quais os EUA tinham vantagem comparativa (YERGIN, 2020). Além disso, a necessidade de financiar projetos de desenvolvimento e estabilizar a economia local levou o governo saudita a buscar ajuda financeira também fora da órbita britânica.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a demanda por combustíveis estratégicos aumentou drasticamente. Os EUA, que já importavam petróleo do Oriente Médio, viram na Arábia Saudita uma fonte essencial para sustentar o esforço de guerra aliado. Isso incentivou Washington a expandir sua presença diplomática no país, culminando com a nomeação de Hugh H. Moore como Ministro Residente dos EUA na Arábia Saudita em 1943 (GAUSE III, 2009).

## **2.5 O Programa Lend-Lease e a assistência dos EUA (1943)**

O Programa Lend-Lease, criado pelos EUA em 1941, tinha como objetivo fornecer suporte militar e financeiro a países aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Embora a Arábia Saudita não tenha sido formalmente considerada uma “nação beligerante”, Washington

reconheceu seu papel estratégico na região e decidiu incluí-la nos benefícios do programa (VITALIS, 2004).

A assistência via Lend-Lease envolveu: suprimentos militares, tais como, rifles, carros blindados, equipamentos de comunicação e munição; ajuda financeira e técnica, incluindo o fornecimento de prata para cunhagem de moedas e consultoria para estabelecer um sistema monetário estável; missões técnicas e militares: envio ao país de especialistas estadunidenses para treinar forças locais e supervisionar a utilização de equipamentos fornecidos (GAUSE III, 2003).

Um dos aspectos mais significativos da cooperação foi o fornecimento de prata para a produção do riyal saudita. Em 1943, o Tesouro dos EUA concordou em cunhar 15 milhões de riyais para suprir a escassez de moeda local (VITALIS, 2004). Esta iniciativa causou impacto profundo na economia saudita, contribuindo para a criação de um sistema monetário interligado ao dólar norte-americano.

Além disso, os EUA também assumiram um papel importante na mediação entre a Arábia Saudita e outras potências, especialmente a Grã-Bretanha. Telegramas e memorandos (ANEXO C) diplomáticos revelam que Washington atuou como intermediário em discussões sobre financiamento externo, armamentos e segurança regional, reforçando sua posição como parceiro confiável.

## **2.6 O encontro no USS Quincy (1945) e a aliança estratégica (petróleo & segurança)**

O ponto mais simbólico da aproximação entre os EUA e a Arábia Saudita ocorreu em fevereiro de 1945, quando o Presidente Franklin D. Roosevelt e o Rei Abdulaziz Al Saud se encontraram a bordo do USS Quincy, no Golfo de Aqaba. Este encontro, realizado poucas semanas antes do fim da guerra na Europa, foi historicamente significativo por vários motivos (VITALIS, 2008). Foi o primeiro encontro oficial entre um presidente estadunidense e um líder saudita. Neste encontro, houve reconhecimento mútuo de importância estratégica: os EUA viam na Arábia Saudita uma fonte vital de petróleo e um contrapeso às influências soviética e britânica. Enquanto os sauditas, enxergavam nos EUA um parceiro não colonialista e comprometido com o crescimento do país. Foi uma declaração de princípios de cooperação, embora nenhum tratado formal tenha sido assinado, os dois líderes firmaram um entendimento tácito de que trabalhariam juntos para garantir estabilidade no Oriente Médio (GAUSE III, 2009).

Durante o encontro, o Rei Abdulaziz expressou preocupações sobre a questão palestina, pedindo ao Presidente Roosevelt que garantisse que os judeus não tomassem o controle da Palestina contra a vontade dos árabes (VITLAIS, 2008). Embora Roosevelt tenha prometido mediar a situação, o tema continuaria sendo uma fonte de tensão nas relações bilaterais nas décadas seguintes.

Mesmo assim, o encontro no USS Quincy consolidou uma aliança que persistiria por décadas, atravessando guerras frias, conflitos regionais e mudanças políticas profundas tanto em Washington quanto em Riad, simbolizando uma nova era nas relações internacionais do Oriente Médio. A partir daquele momento, os EUA passariam a desempenhar um papel central na segurança, economia e política externa da Arábia Saudita, moldando o destino do país por décadas (GAUSE III, 2009).

Esse fortalecimento da parceria preparou o terreno para os próximos capítulos da história saudita, incluindo a consolidação do sistema monetário nacional, a expansão da cooperação militar e a definição do papel da Arábia Saudita no cenário global ao longo da Guerra Fria.

A cooperação econômica entre os EUA e a Arábia Saudita durante a Segunda Guerra Mundial foi um dos pilares fundamentais para a consolidação da parceria estratégica entre os dois países, como observa Vitalis (2008). Embora inicialmente motivada por interesses petrolíferos, essa cooperação expandiu-se rapidamente para incluir assistência financeira e técnica, especialmente no que diz respeito à estabilização da economia saudita e ao fortalecimento de sua infraestrutura monetária.

No início dos anos 1940, a economia saudita enfrentava sérias dificuldades estruturais (GAUSE, 2003). Apesar da descoberta de petróleo em 1938, os recursos ainda não geravam receitas estáveis suficientes para financiar o funcionamento do Estado. Além disso, o país dependia fortemente de subsídios britânicos e sofria com a falta de uma moeda local amplamente aceita.

Até aquele momento, o riyal saudita era uma moeda instável, frequentemente suplantada por outras divisas regionais, como a rupia indiana e o dinar iraquiano. A escassez de prata, necessária para a cunhagem de moedas, tornava ainda mais difícil manter uma circulação monetária adequada, afetando transações comerciais e o próprio controle fiscal do governo (VITALIS, 2008).

Essas condições levaram as autoridades sauditas a buscarem soluções externas para estabilizar sua economia. Com a entrada dos EUA como parceiro estratégico após o encontro

no USS Quincy (1945), o caminho natural passou a ser a cooperação técnica e financeira com Washington, especialmente no contexto do Lend-Lease, utilizado concomitantemente por outros países aliados (VITALIS, 2008).

Embora a Arábia Saudita não fosse formalmente parte do conflito armado, o Departamento de Estado estadunidense reconheceu seu valor estratégico na região e decidiu incluí-la no escopo do Lend-Lease. A assistência econômica oferecida aos sauditas foi negociada, tendo como foco principal a estabilização monetária e o fortalecimento das instituições financeiras locais (VITALIS, 2008).

Em 1943, o governo saudita solicitou oficialmente ao Tesouro dos EUA a cunhagem de 15 milhões de riyals, usando prata disponibilizada via Lend-Lease (ANEXO D). O objetivo era substituir o uso difundido da rupia indiana, especialmente nas áreas orientais nas quais a presença britânica era forte, a fim de criar uma moeda nacional mais sólida e controlada pelo Estado (GAUSE III, 2009).

Para Vitalis (2008) e Gause (2003), o processo foi complexo e envolveu várias etapas. Primeiramente, a negociação técnica, em que especialistas estadunidenses trabalharam com autoridades sauditas para determinar o padrão de peso, pureza e desenho das novas moedas. Em seguida, o processo de cunhagem nos EUA, onde as moedas foram produzidas nas casas da moeda, seguindo especificações acordadas previamente. A primeira especificação referia-se ao transporte e entrega, em que os lotes de riyals foram enviados sob proteção militar ou diplomática, geralmente acompanhados por oficiais estadunidenses encarregados de supervisionar a distribuição. E a outra especificação, refere-se à implementação local, após a chegada das moedas em território saudita, seriam colocadas em circulação com o apoio de campanhas de divulgação e medidas de incentivo à aceitação por comerciantes e população.

#### 2.6.1 Os resultados da cooperação monetária norte-americana para a Arábia Saudita (1943)

A introdução do novo riyal teve impactos profundos tanto no curto quanto no longo prazo. No curto prazo, a disponibilidade de moedas resolveu temporariamente a crise de liquidez e permitiu que o governo saudita realizasse pagamentos regulares a funcionários públicos, soldados e fornecedores. Além disso, a nova moeda ajudou a reduzir a influência de divisas estrangeiras no mercado interno. Enquanto no médio prazo, a padronização da moeda facilitou o planejamento orçamentário e aumentou a eficiência do sistema tributário, permitindo maior arrecadação e controle governamental (GAUSE III, 2003). Considerando que, ter um sistema financeiro consolidado é condição fundamental à constituição de um Estado. Já no longo prazo,

a vinculação entre o riyal e o dólar americano, resultante do acordo, que estabeleceu uma relação monetária duradoura entre os dois países. Essa integração financeira reforçou a dependência saudita em relação ao sistema bancário e comercial dos EUA, moldando futuras relações econômicas e políticas.

Além disso, a experiência técnica adquirida pelas autoridades sauditas durante esse processo contribuiu para a criação, anos depois, de instituições monetárias próprias, como o Banco Monetário da Arábia Saudita (atual Banco Central Saudita), fundado em 1952 (GAUSE III, 2009).

A cooperação monetária entre os EUA e a Arábia Saudita na década de 1940 marcou uma virada decisiva na história da monarquia saudita. Por meio do Programa Lend-Lease, os EUA não apenas forneceram assistência emergencial, mas também ajudaram a estabelecer os fundamentos de um sistema monetário nacional estável, simbolizado pela cunhagem do riyal saudita. Essa iniciativa teve consequências profundas: consolidou a posição dos EUA como parceiro econômico-chave da Arábia Saudita, promoveu a integração financeira entre os dois países e preparou o terreno para uma cooperação econômica mais ampla, que logo se estenderia ao campo militar (VITALIS, 2008).

Por meio dessa parceria, Gause (2003) entende que a Arábia Saudita deu início à transição de um Estado tribal em desenvolvimento para uma potência regional, com uma economia cada vez mais integrada ao sistema global liderado pelos EUA, processo que continuará e se intensificará nas décadas seguintes.

## 2.6.2 O início da parceria militar entre EUA e Arábia Saudita

A partir de 1943, os EUA começaram a fornecer equipamentos militares, munições e suporte técnico à Arábia Saudita, visando fortalecer sua infraestrutura de segurança e garantir acesso contínuo aos recursos energéticos (petróleo) da região. Essa assistência incluiu desde rifles e veículos blindados até missões técnicas especializadas encarregadas de treinar as forças locais no uso desses materiais (GAUSE III, 2009).

Desde o início da década de 1940, o governo saudita manifestou interesse em modernizar suas forças armadas. Em meados de 1943, autoridades sauditas solicitaram oficialmente ao Reino Unido uma série de equipamentos militares, conforme descrito nos telegramas trocados entre a monarquia saudita, através do ministro das Relações Exteriores e Defesa e o governo norte-americano, por intermédio do Departamento de Estado dos EUA, além da mediação do embaixador dos EUA na Arábia Saudita, incluindo: 40.000 rifles; 100

carros blindados; cerca de 100 peças de artilharia de campanha; cerca de 100 metralhadoras, e munições diversas ( ANEXO D).

Embora os britânicos tenham prometido entregar parte desse material, especialmente cerca de 50 canhões, o processo foi lento e insuficiente para as necessidades sauditas. Além disso, Ibn Saud temia que aceitar ajuda exclusivamente britânica pudesse comprometer sua autonomia política (VITALIS, 2008).

Diante dessa situação, o governo saudita passou a buscar alternativas junto aos EUA, solicitando formalmente que Washington também fornecesse equipamentos via Lend-Lease. A lista de pedidos incluía itens como: equipamentos para fabricação ou reparo de armas; rifles e munição; carros blindados; artilharia leve; armas antiaéreas e aeronaves (VITALIS, 2008).

Essas solicitações foram encaminhadas diretamente ao representante dos EUA na Arábia Saudita, Hugh H. Moose, que prontamente informou o Departamento de Estado de seu país sobre as necessidades sauditas, que foram atendidas na sequência, mas com parcimônia, como analisaremos no item seguinte (LONG, 2010).

Os EUA responderam com cautela às solicitações sauditas, pois o Departamento de Guerra iniciou avaliações técnicas para determinar quais equipamentos poderiam ser disponibilizados sem comprometer outras operações aliadas. No entanto, havia preocupações quanto ao impacto da assistência militar estadunidense na relação já delicada com Londres (LONG, 2010).

Em telegramas trocados entre Washington, Londres e Cairo, diplomatas norte-americanos buscaram manter os britânicos informados sobre as intenções dos EUA (ANEXO E, F, G). Uma das principais preocupações era evitar que a assistência americana fosse vista como concorrente ou substituta à britânica. Para isso, propôs-se uma abordagem conjunta, segundo a qual ambos os países contribuiriam com suprimentos de maneira coordenada (FROMKIN, 2009).

O Secretário de Estado Interino Edward Stettinius solicitou informações detalhadas ao Ministro Residente Moose sobre o plano britânico de fornecer equipamentos à Arábia Saudita, perguntando especificamente, conforme telegramas em anexo (ANEXO E, F,G,H,I,J): se Ibn Saud ou outros oficiais sauditas tinham abordado os britânicos sobre esses suprimentos. Em caso afirmativo, quais eram as circunstâncias. E ainda, se algum equipamento já havia sido entregue pelos britânicos.

Com o avanço das negociações, os EUA começaram a enviar missões técnicas e militares para a Arábia Saudita. Essas missões tinham múltiplos objetivos (LONG, 2010), tais como:

- Treinamento: capacitar soldados e oficiais sauditas no uso de equipamentos fornecidos;
- Assessoria técnica: auxiliar na montagem de oficinas de reparo e manutenção de veículos e armas;
- Estratégia de defesa: colaborar com autoridades sauditas na elaboração de planos de defesa regional, especialmente contra possíveis ameaças vindas do Iraque ou países vizinhos.

Um dos aspectos mais importantes dessas missões foi a presença de especialistas em comunicação e transporte, cujo papel era integrar as forças sauditas ao sistema logístico estadunidense e seus aliados. Apesar do caráter técnico dessas missões, elas também tiveram um forte componente simbólico: representavam o reconhecimento dos EUA de que a Arábia Saudita era um parceiro estratégico no longo prazo, não apenas um beneficiário temporário do programa de assistência (LONG, 2010).

A assistência militar promovida pelos EUA via Lend-Lease, teve vários impactos significativos para o Estado saudita, como modernização das forças armadas, os equipamentos fornecidos pelos EUA e os treinamentos deram início à profissionalização e modernização das tropas sauditas. A cooperação militar consolidou a parceria entre os dois países, criando canais diretos de comunicação entre os altos escalões dos governos.

É evidente que a cooperação militar entre os EUA e a Arábia Saudita marcou uma etapa fundamental na construção da aliança bilateral. Embora inicialmente motivada pela necessidade de proteger interesses estratégicos dos EUA e aliados durante a Segunda Guerra Mundial, essa colaboração rapidamente se expandiu para incluir treinamento técnico, assessoria militar e integração logística (GAUSE, 2009).

### 2.6.3 Análise das Dinâmicas entre EUA e Grã-Bretanha na Arábia Saudita em 1943: Posicionamentos, Interesses e Concessões a partir de documentos diplomáticos

Os documentos consistem em telegramas e memorandos diplomáticos que lançam luz sobre as complexas interações entre os EUA, o Reino Unido e a Arábia Saudita durante a Segunda Guerra Mundial. Neste período, a Arábia Saudita emergia como uma área de crescente importância estratégica e econômica, especialmente devido às suas vastas reservas de petróleo. A análise desses documentos, os telegramas e memorandos (ANEXOS C, D, E, F, G, H, I, J, K) permite identificar os posicionamentos, os interesses e as concessões de cada um dos atores principais, revelando uma dinâmica trilateral marcada tanto pela cooperação quanto pela competição por influência na região (LONG, 2010).

### 2.6.3 O Posicionamento e interesses dos EUA e os interesses com a cooperação (1943)

O interesse dos EUA na Arábia Saudita era multifacetado, englobando dimensões estratégicas, econômicas e políticas. O Presidente Roosevelt determinou que a defesa da Arábia Saudita era vital para a defesa dos EUA, tornando o país elegível para assistência ao abrigo da Lei Lend-Lease, apontada anteriormente (ANEXO A). A posse de recursos petrolíferos na Arábia Saudita era vista como de grande importância política e estratégica, sendo essencial manter um sistema econômico sólido no país para garantir a disponibilidade contínua desses recursos (GAUSE, 2009). Os problemas financeiros identificados, incluíam uma necessidade imediata de prata para cunhagem e a questão do longo prazo para estabelecer um sistema fiscal e monetário sólido e funcional também era um complicador. A garantia do Rei Ibn Saud para a devolução da prata era considerada suficiente, especialmente em vista das prováveis e futuras receitas do petróleo. Houve também consideração em fornecer ouro via Lend-Lease, embora conscientes do risco de fuga de capitais para países vizinhos, nos quais o ouro valia mais em relação à libra esterlina (ANEXO C, ANEXO D).

No que diz respeito à reforma monetária de longo prazo, os EUA pretendiam ajudar o governo saudita a estabelecer um banco ou instituição financeira adequada para o país. Argumentava-se que isso deveria ser feito com aconselhamento e assistência estadunidense, em vez de britânicos, dada a magnitude dos interesses econômicos dos EUA decorrentes da concessão petrolífera. Sugeriram discussões informais sobre os aspectos técnicos dos problemas fiscais e monetários sauditas com autoridades britânicas em Washington. A importância da importação de bens (arroz, trigo, etc.) foi reconhecida como um meio material de ajudar nas dificuldades financeiras e facilitar o uso de papel-moeda (LONG, 2010). A potencial criação de um banco seria auxiliada pelo aumento previsto de pessoal das companhias petrolíferas (ANEXO E, ANEXO F).

Em relação à assistência militar, os EUA decidiram torná-la elegível para Lend-Lease e consideraram essencial fornecer suprimentos para a preservação da segurança interna, da lei e da ordem. No entanto, estes deveriam ser limitados às quantidades mínimas necessárias para esse fim. Uma missão militar americana liderada pelo General Royce foi planejada para ir à Arábia Saudita determinar as necessidades do Rei e o papel dos EUA no seu fornecimento (GAUSE III, 2009).

A relação dos EUA com o Reino Unido relativamente à Arábia Saudita era uma mistura de coordenação e competição. Os EUA pretendiam que a sua contribuição para as necessidades militares do Rei igualasse pelo menos a britânica, dada a importância dos interesses ligados à

guerra. Propuseram que os EUA fornecessem metade de algumas categorias de equipamento militar, dividindo os suprimentos de forma aproximadamente igual. Sugeriram que a aprovação do plano britânico para fornecer armamento fosse retida (ANEXO F).

Os EUA recomendaram que os suprimentos militares fossem fornecidos em medida substancialmente igual por ambos os governos. Em discussões com os britânicos sobre a divisão da responsabilidade, os EUA definiram o princípio "50/50" como escalas de ofertas aproximadamente iguais através de uma divisão mutuamente aceitável da responsabilidade por uma lista acordada (LONG, 2010). Concordaram com uma moratória em entregas, atribuições ou ofertas de armas para a Arábia Saudita enquanto se aguardava a avaliação da missão e o acordo sobre uma lista conjunta (ANEXO G, ANEXO H). Os EUA estavam cientes de que os britânicos recebiam a maior parte do crédito pelo equipamento fornecido sob Lend-Lease e sentiram que canalizar a assistência através dos britânicos resultaria na perda de considerável prestígio aos olhos dos sauditas, defendendo uma política de cooperação direta e paralela com os britânicos com base na equidade.

#### 2.6.4 O posicionamento e as necessidades da Arábia Saudita (1943)

As principais preocupações da Arábia Saudita durante o ano de 1943, conforme refletido nos documentos, eram a necessidade urgente de moeda e a obtenção de equipamento militar para segurança interna (ANEXO C). Havia uma necessidade aguda de riyals de prata, especialmente para o pagamento de salários e para gerir o fluxo monetário associado à peregrinação anual<sup>10</sup>. Foi solicitado um mínimo de 15.000.000 riyals com urgência (ANEXO I). O governo saudita enfrentava déficits financeiros e precisava de fundos para as suas despesas internas. A apreciação do riyal em relação à libra esterlina se tornou muito cara para muitas transações diárias, o que tornava o ouro necessário, mas difícil de gerir no mercado interno (GAUSE III, 2009).

No plano financeiro, o governo saudita solicitou assistência diretamente aos EUA. Embora tivessem aprovado em princípio, um plano para emissão de moeda em papel, pediram uma cobertura total em ouro e prata durante o primeiro ano para incutir confiança nas notas. O Ministro das Finanças saudita, Shaikh Abdullah Suleiman, estava ativamente envolvido nas negociações financeiras. O Rei Ibn Saud estava compromissado com o uso de moeda em papel

---

<sup>10</sup> Trata-se da visita à Meca, cidade sagrada para os muçulmanos, seguidores do Islã, localizada na Arábia Saudita e organizada pelo próprio governo saudita.

e a criação de uma junta monetária ou instituição similar, mas não tinha se comprometido em definitivo (ANEXO C,D,E e F).

Outros interesses incluíam o desejo do Rei de transitar de uma economia beduína para uma economia agrícola<sup>11</sup>, o que gerou interesse em maquinaria de irrigação, e mostrou a importância da receita gerada pelo tráfego de peregrinos (visita às cidades sagradas de Meca e Medina, localizadas no território saudita) (VITALIS, 2008).

Nos documentos, as concessões sauditas não são tão explicitamente detalhadas como as das potências estrangeiras (ANEXOS A,B,C,D e E). No entanto, o seu posicionamento indica uma disposição para considerar planos de reforma monetária (papel-moeda e banco). A abordagem de solicitar assistência tanto aos EUA quanto ao Reino Unido, indica uma estratégia de obter o máximo de apoio possível, possivelmente utilizando a competição entre as potências em seu benefício (LONG, 2010). A disposição do Rei em receber a missão militar americana foi uma concessão no sentido de permitir a avaliação das necessidades por parte dos EUA.

#### 2.6.5 O posicionamento e as ações do Reino Unido sobre a ação econômica e financeira dos EUA na Arábia Saudita (1943)

O Reino Unido desempenhava um papel de longa data na região e já fornecia assistência financeira e militar à Arábia Saudita. O interesse britânico centrava-se em manter a estabilidade interna e em ter um papel proeminente na reforma financeira do país.

Em termos de assistência financeira, os britânicos forneciam subsídios e ouro, que eram essenciais para o governo saudita. Em 1943, foram entregues 400.000 libras em ouro e 5.000.000 riyals, conforme telegramas trocados (ANEXO C, D, E, G). Apesar da assistência Lend-Lease norte-americana em prata, os britânicos continuaram a fornecer subsídios em 1943.

No que diz respeito à reforma monetária, os britânicos propuseram um sistema de moeda em papel supervisionado por uma junta monetária (*Currency Control Board*) sediada em Londres. Esta junta seria composta por representantes sauditas e britânicos (Governo e banco da Inglaterra). O Governo britânico forneceria o equivalente em libras esterlinas para cobrir as necessidades internas sauditas, estimadas em 25 milhões de riyals (ANEXO J). Este plano não previa inicialmente a participação de bancos. Os britânicos tinham preocupações sobre a aceitação do papel-moeda por algumas populações árabes e sobre o risco de fuga de ouro, caso

---

<sup>11</sup> A economia beduína, de acordo com J. Kostiner (1993), refere-se a um estilo de vida tribal e nômade. Enquanto a transição para economia agrícola é caracterizada por ser sedentária, já que toda produção acontece a partir da fixação do indivíduo no mesmo território, saudita, neste contexto.

inicialmente fosse exigida uma cobertura total em metais preciosos, especialmente para países vizinhos como o Iraque e a Turquia, nos quais o ouro era mais valorizado em relação à libra esterlina. Um banco britânico, o *Eastern Bank*, solicitou permissão para abrir uma filial na Arábia Saudita, o que foi visto pelos EUA como um potencial aumento do controle financeiro britânico (GAUSE, 2009).

Na área de assistência militar, os britânicos já haviam fornecido equipamento a Ibn Saud, conforme consta nos telegramas (ANEXO A, C, D). Neste quesito, os EUA tinham uma visão sobre a quantidade ideal de armas necessárias – suficiente para a manutenção da ordem interna, mas não mais do que isso. Ainda nos telegramas trocados, expressaram preocupações sobre quantidades excessivas de armas, citando riscos como o uso após a morte de Ibn Saud, o alarme de países vizinhos e o contrabando para a Palestina em caso de conflitos entre civis. Concordaram em fornecer 2.500 rifles e 125 metralhadoras Bren (ANEXO E, F, G).

A relação com os EUA na Arábia Saudita era gerida através de canais como as *Munitions Assignments Boards* em Londres e Washington. Os britânicos informaram aos EUA sobre suas percepções acerca das necessidades de armamento para os sauditas e propuseram que os EUA fornecessem metade de certos itens para dividir com o fornecimento britânico (GAUSE III, 2009). Sugeriram que os pedidos sauditas de armas dos EUA fossem feitos através da delegação saudita em Londres ou da delegação britânica na capital saudita. Propuseram uma abordagem "50/50" para o fornecimento de armas e concordaram em discutir as modificações vindas dos EUA a esta definição e aos termos da moratória, conforme telegrama e memorandos trocados entre o governo norte-americano e britânico (ANEXO H, I, J).

Conforme descrito nos telegramas em anexo (ANEXO I e J), as concessões britânicas incluíram concordar em suspender as transferências de equipamento militar pendentes de instruções estadunidenses e aceitar a moratória em entregas e ofertas. Concordaram com as modificações nos pontos acordados sobre a coordenação da assistência militar, incluindo a definição de "50/50" e o alcance da moratória. Os britânicos estavam dispostos a envolver os seus quartéis-generais para consultar a missão militar norte-americana. No plano financeiro, embora tivessem o seu próprio plano, estavam dispostos a discutir a questão monetária com os EUA.

#### 2.6.7 As interações e dinâmicas entre EUA e Grã-Bretanha na Arábia Saudita durante o ano de 1943

A análise dos documentos revela uma dinâmica complexa entre os três atores (ANEXO J e K). Havia uma clara competição por influência na Arábia Saudita, impulsionada pelos

interesses estratégicos (petróleo, estabilidade regional) e econômicos (acesso a recursos, oportunidades financeiras). Tanto os EUA quanto o Reino Unido forneciam assistência financeira e militar, por vezes com planos sobrepostos ou concorrentes (plano britânico de junta monetária em Londres vs. interesse estadunidense num banco local com participação dos EUA). Os EUA estavam particularmente preocupados em garantir que a sua assistência fosse reconhecida diretamente e que não perdessem prestígio em relação aos britânicos, conforme evidenciado nos telegramas (ANEXO J, K).

Ao mesmo tempo, havia esforços de coordenação, especialmente na esfera militar, através das discussões sobre a avaliação das necessidades e a divisão de responsabilidades, conforme telegramas trocados entre os dois governos, norte-americano e britânico (ANEXO F, G, H,I,J). Gause III (2009) e Long (2003), observam que enquanto essa divisão entre a Grã-Bretanha e Estados Unidos está em processo, a Arábia Saudita procurava assistência de ambas as potências, aproveitando as ofertas para abordar as suas necessidades prementes (moeda, equipamento militar) e promover os seus objetivos em um espaço de tempo menor (estabilidade, desenvolvimento agrícola).

#### 2.6.8 Algumas impressões sobre os telegramas trocados entre Arábia Saudita e EUA em 1943

Os documentos de 1943 revelam que a Arábia Saudita emergiu como um ponto focal para os interesses estadunidenses e britânicos, principalmente devido à sua importância estratégica e aos seus recursos petrolíferos (ANEXO A,C,D,E,F,G,H,I,J,K). Os EUA, recém-designados como parceiros Lend-Lease para a Arábia Saudita, procuraram estabelecer um papel direto e significativo na assistência financeira e militar, visando proteger os seus interesses e equilibrar a influência britânica. A Arábia Saudita, por sua vez, circulou entre as ofertas de ambas as potências para atender às suas necessidades urgentes de moeda e segurança. O Reino Unido, com a sua presença histórica na região, procurou manter a sua influência, mas reconheceu a necessidade de coordenar com os EUA, embora persistissem diferenças de abordagem (por exemplo, nos planos de reforma monetária) (LONG, 2010). Os interesses primários dos EUA incluíam: assegurar a boa vontade da Arábia Saudita para obter privilégios adicionais, como facilidades aéreas, que poderiam ser difíceis de conseguir sem assistência direta; abordar a crise financeira saudita, exacerbada pela redução do tráfego de peregrinos,

uma fonte vital de câmbio. Isso envolvia encontrar meios para financiar a compra e cunhagem de prata para moedas; estabelecer um sistema monetário saudita sólido e independente, preferencialmente com participação conjunta EUA-Reino Unido, e prevenir que a Arábia Saudita se envolvesse em arranjos financeiros de longo prazo com outros países antes que um plano fosse formulado; garantir que a ajuda dos EUA fosse visível e contribuísse para o prestígio americano, especialmente considerando a extensão da ajuda britânica prévia (VITALIS, 2008). A entrega de riyais por um navio americano, idealmente de guerra, foi sugerida para maximizar o benefício; fornecer suprimentos militares diretamente ao governo saudita. Buscava-se obter informações detalhadas para programas estadunidenses de segurança e cooperação econômica; facilitar a aquisição de riyais para a legação e empresas americanas, vendo isso como um passo preliminar para um sistema monetário onde a moeda saudita pudesse ser adquirida diretamente por dólares.

No entanto, as concessões dos EUA, conforme os telegramas (ANEXOS C; D; E; F), envolveram: tornar a Arábia Saudita elegível para assistência Lend-Lease; considerar como um empréstimo de prata do Tesouro dos EUA para fins de cunhagem. Isso incluiu a cunhagem de riyais nos EUA; disponibilizar um especialista do Tesouro para obter informações financeiras e discutir arranjos; autorizar uma missão militar para fazer um levantamento das necessidades militares da Arábia Saudita; considerar a possibilidade de fornecer uma quantidade maior de armas se a assistência total EUA-Reino Unido fosse igualitária em todas as categorias de ajuda e oferecer a conversão de dólares em ouro à taxa de \$35 por onça, com opções de custódia em Nova Iorque ou embarque para a Arábia Saudita (GAUSE III, 2003).

Enquanto os interesses da Arábia Saudita, repousavam sobre as seguintes questões: aliviar a tensão financeira imediata e obter fundos para serviços relacionados à peregrinação, que se aproximava e para a qual o governo não tinha fundos; receber o empréstimo de prata necessário para cunhagem de sua moeda e mitigar o atraso na entrega dos riyais cunhados na Índia e Londres; adquirir suprimentos militares sob Lend-Lease, incluindo rifles, carros blindados, canhões de campanha, metralhadoras e munição (ANEXO G). Havia um interesse específico em equipamento de rádio e transporte motorizado; manter o controle sobre a venda de riyais cunhados, objetando à sugestão britânica de usar uma empresa privada; definir o procedimento de assinatura de contratos, buscando a forma mais segura, que refletisse a aprovação real (autorização assinada pelo Rei ou confirmação por Decreto Real); receber a ajuda estadunidense de forma visível, idealmente, chegando em um navio sob sua bandeira ou navio de guerra (ANEXO I).

E por fim, as concessões da Arábia Saudita, conforme os telegramas (ANEXO F, G, H e I), incluíam: apresentar as representações exigidas pelas Seções 4 e 7 do Lend-Lease Act, concordando em não transferir artigos de defesa sem consentimento dos EUA e em proteger direitos de patente estadunidenses; fazer um pedido formal de prata ao governo dos EUA; garantir a devolução da prata emprestada, onça por onça, em um período especificado (5 anos após o fim da emergência nacional nos EUA, com possível extensão); permitir discussões financeiras e assinar contratos através de ministros autorizados pelo Rei; aceitar uma missão militar americana para fazer levantamento das necessidades; considerar a sugestão dos EUA de vender riais à legação americana e a empresas comerciais.

A partir desta cooperação financeira e militar entre AS e EUA, as décadas seguintes, cujo processo sintetizaremos abaixo, mostrarão o aprofundamento da aliança entre os dois países.

## **2.8 De 1950 aos anos 2000: a consolidação da aliança entre Arábia Saudita e EUA**

Com o início da Guerra Fria, a Arábia Saudita passou a ser vista pelos EUA como um aliado crucial contra a expansão do comunismo no Oriente Médio. Durante a década de 1950, os EUA ampliaram sua presença militar no país, incluindo a construção da base aérea de Dhahran, utilizada tanto para fins logísticos quanto estratégicos (GAUSE III, 2003). Além disso, os EUA iniciaram programas de ajuda técnica e militar mais robustos, incluindo o financiamento de infraestrutura e o treinamento de oficiais sauditas. A Arabian American Oil Company, ARAMCO continuou expandindo suas operações, consolidando a dependência mútua entre os dois países: petróleo em troca de segurança e desenvolvimento tecnológico (POLLACK, 2002).

Os anos 1960 foram marcados por tensões ocasionais, apesar da forte aliança entre ambos. A entrada dos EUA no conflito no Vietnã e seu apoio a Israel geraram críticas da opinião pública árabe, incluindo setores conservadores da elite saudita. No entanto, o rei Saud e depois o rei Faisal mantiveram uma política pragmática, reconhecendo a importância dos EUA para a estabilidade regional (POLLACK, 2002).

Um ponto crítico ocorreu durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando a Arábia Saudita rompeu brevemente relações diplomáticas com Washington, em protesto contra o apoio norte-americano a Israel (POLLACK, 2002). Mesmo assim, o rompimento foi efêmero, e logo os laços foram restabelecidos, evidenciando a resiliência da parceria estratégica.

A década de 1970 trouxe profundas transformações. O choque do petróleo de 1973, liderado pela OPEP, incluindo a Arábia Saudita, colocou os EUA frente a uma nova realidade: o poder crescente dos produtores de petróleo. Apesar do embargo petrolífero inicialmente dirigido aos EUA, os sauditas buscaram rapidamente normalizar as relações, posicionando-se como mediadores no conflito árabe-israelense (POLLACK, 2002). Voltaremos à década de 1970 e às crises do petróleo no capítulo seguinte, ao tratar especificamente da Aramco.

Paralelamente, os EUA aumentaram significativamente suas vendas de armamentos ao país, especialmente após a revolução iraniana de 1979. Diante da ameaça representada pelo novo regime xiita no Irã, os EUA viram na Arábia Saudita um contrapeso fundamental ao expansionismo islâmico iraniano. Assim, a cooperação militar se intensificou, com acordos bilaterais envolvendo venda de aviões caça, mísseis e sistemas de defesa (POLLACK, 2002).

Na década de 1980, a Arábia Saudita e os EUA uniram esforços contra a influência soviética, especialmente durante a guerra no Afeganistão. Os sauditas financiaram generosamente os *mujahidin* afegãos, enquanto os EUA forneceram armas e suporte logístico. Essa colaboração fortaleceu ainda mais os laços militares entre os dois países. Internamente, a Arábia Saudita enfrentava pressões religiosas e políticas, com a tomada da Mesquita Sagrada em Meca em 1979 e o crescimento do islamismo radical. Os EUA apoiaram discretamente o governo saudita nesses momentos, reafirmando seu compromisso com a segurança do reino (GAUSE III, 2009).

A invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, marcou um momento decisivo na história das relações entre Arábia Saudita e EUA. O rei Fahd permitiu a instalação de tropas norte-americanas em território saudita para a realização da Operação *Tempestade no Deserto* em 1991, com o objetivo de expulsar as forças iraquianas do Kuwait (POLLACK, 2002).

Essa decisão provocou críticas internas e externas, especialmente de grupos radicais islâmicos, que viam a presença militar estrangeira em terras sagradas como uma violação. Apesar disso, o sucesso da coalizão internacional solidificou a parceria militar entre os dois países, com a Arábia Saudita tornando-se um dos maiores compradores de armas<sup>12</sup> dos EUA.

---

<sup>12</sup> De acordo com o relatório do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI) sobre a venda de armas no âmbito global, no período de 2014-2018, a Ásia e Oceania (Índia, China, Coreia do Sul e Vietnã) receberam 40% do total de exportações de armas. O Oriente Médio representou 35% do total global. E o Estado da Arábia Saudita foi o maior comprador global de armas, comprou 12% do total de armas vendidas neste período, considerando que, os Estados Unidos é o principal fornecedor de armas para Arábia Saudita. Pesquisa disponível em: <<https://www.sipri.org/commentary/topical-background/2018/saudi-arabia-armaments-and-conflict-middle-east>>. Acesso em 05-05-2024.

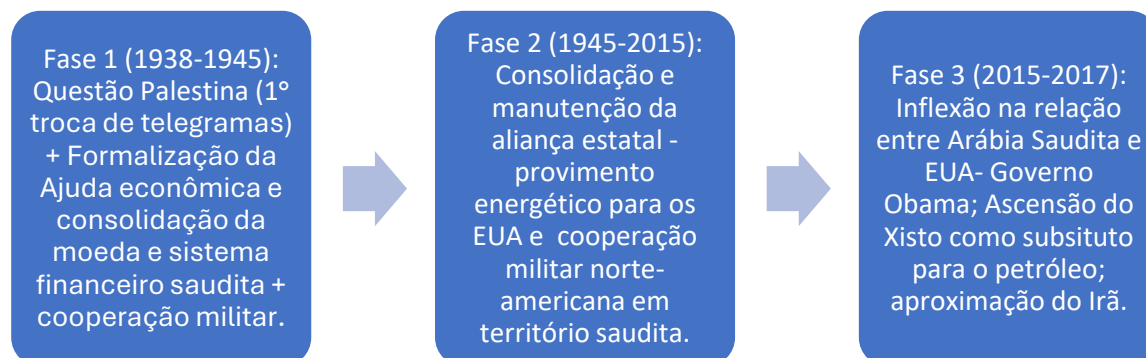
Ao iniciar o novo milênio, a relação entre os dois países enfrentou um teste severo com os ataques de 11 de setembro de 2001, dado que 15 dos 19 terroristas eram cidadãos sauditas. Isso levou a uma onda de desconfiança nos EUA, com questionamentos sobre o papel da Arábia Saudita no financiamento de grupos extremistas (POLLACK, 2002).

Mesmo assim, a cooperação estratégica persistiu, especialmente no combate ao terrorismo global. Os EUA continuaram a fornecer equipamentos militares avançados, enquanto a Arábia Saudita mantinha sua posição central na exportação de petróleo e na estabilização do Oriente Médio, ao longo do Governo George W. Bush (2001-2009) (POLLACK, 2002).

Ao longo de oito décadas, a relação entre Arábia Saudita e EUA esteve fundamentada em uma base simples, mas eficaz: segurança em troca de petróleo. Desde o encontro histórico no USS Quincy em 1945, até os desafios pós-11 de setembro de 2001, a parceria resistiu a crises regionais, mudanças geopolíticas e pressões ideológicas. Essa aliança provou ser resiliente e adaptável, moldando a dinâmica do Oriente Médio e a política externa dos EUA no século XX (GAUSE III, 2003).

O objetivo deste capítulo foi mostrar como a formação econômica, financeira e de Defesa da Arábia Saudita está intrinsecamente ligada à aliança estabelecida com o Estado norte-americano, para além da simples relação de exploração e compra do petróleo saudita. Sendo assim, podemos enxergar a fotografia desta amizade em 3 grandes fases, após breve análise histórica e documental expressa neste, conforme abaixo.

### **Esquema 1: Fases e principais características da relação EUA e Arábia Saudita (âmbito estatal)**



## 2.8 Considerações finais do capítulo

Nesse capítulo, buscamos explorar a trajetória de formação do Estado da Arábia Saudita, desde suas origens tribais e religiosas sob a Casa Al-Saud e o movimento wahhabita, até sua consolidação como um ator reconhecido no cenário internacional no início do século XXI. Estudamos como a região do Golfo Pérsico, inicialmente fora do escopo direto das potências europeias, foi remoldada após a Primeira Guerra Mundial, como a Grã-Bretanha desempenhou um papel central na definição de fronteiras e na criação de novos Estados, incluindo o apoio inicial à unificação territorial de Abdulaziz Ibn Saud.

A relação inicial entre a Arábia Saudita e a Grã-Bretanha, marcada por tratados, apoio militar e financeiro (notavelmente durante a Revolta dos Ikhwan e na assistência para a cunhagem de moeda), começou a esfriar a partir da década de 1930. Fatores como disputas fronteiriças, descontentamento saudita com a influência britânica percebida e a crescente atenção de Ibn Saud à questão palestina, na qual a política britânica gerava incômodo ao monarca, contribuiu para esse distanciamento. Em paralelo, a monarquia saudita procurou ativamente projetar-se regional e internacionalmente, buscando reconhecimento de seus vizinhos árabes e defendendo sua autonomia e independência do império britânico.

Nesse contexto de transição e busca por novos parceiros que pudessem contrabalançar a hegemonia britânica, emergiu a aproximação com os EUA. O contato inicial, notavelmente através de telegramas entre o Rei Abdulaziz e o Presidente Franklin D. Roosevelt sobre a Palestina, evoluiu rapidamente com o reconhecimento estadunidense da importância estratégica da Arábia Saudita. A formalização dessa relação ganhou impulso decisivo durante a Segunda Guerra Mundial, com a inclusão do Reino no programa de cooperação econômica e militar norte-americano, o Lend-Lease; o estabelecimento de uma presença diplomática dos EUA em Jeddah no ano de 1943 e, de forma simbólica e concreta, o histórico encontro no USS Quincy entre o presidente Roosevelt e o Rei saudita.

O encontro no USS Quincy cimentou as bases de uma aliança duradoura, fundamentada no interesse mútuo: a segurança do Reino Saudita em troca do acesso futuro aos seus vastos recursos energéticos e à estabilidade regional. Os documentos diplomáticos da época revelam a complexa dinâmica triangular. Em princípio, entre EUA, Grã-Bretanha e Arábia Saudita, com os primeiros procurando estabelecer sua influência direta, notavelmente através da assistência militar e financeira (como a cunhagem do riyal saudita) e competindo com a preeminência britânica, ao mesmo tempo em que colaboravam em certos aspectos. Em síntese, neste capítulo, buscou-se mostrar que a formação do Estado saudita e o estabelecimento de sua política externa,

marcada inicialmente por uma relação de dependência e posterior afastamento da Grã-Bretanha, criaram as condições para a emergência de uma parceria estratégica com os EUA. Esta parceria, embora multifacetada (segurança, economia, diplomacia) e marcada por contextos distintos ao longo das décadas seguintes, teve no potencial energético da Arábia Saudita um de seus pilares centrais desde os primórdios da relação bilateral.

No próximo capítulo, dedicar-nos-emos a aprofundar a compreensão dessa dimensão fundamental, que são as relações entre os países em foco mediadas pelo petróleo, explorando a história da exploração petrolífera na Arábia Saudita através da lente da Aramco; a emergência da OPEP como força coletiva dos países produtores e o impacto das crises do petróleo de 1973 e 1979. Compreender a evolução dessa relação energética, incluindo a forma como a revolução iraniana reconfigurou as importações americanas de petróleo e a notável recuperação da produção doméstica dos EUA a partir dos anos 2000, é crucial para entender a complexa interdependência entre os dois países e preparar o terreno para a análise da inflexão nas relações bilaterais durante o Governo Obama, conforme proposto como hipótese desta tese.

### 3 ARAMCO: O MARCO DA NOVA FASE DAS RELAÇÕES ARÁBIA SAUDITA-EUA

After 1945, integrating the vast oil reserves of Saudi Arabia and other Gulf producers into a US-led liberal oil regime became a central tenet of American Cold War strategy. To protect Western access to this oil, Washington forged political alliances with key oil-producing countries in the Gulf – with the House of Saud in Saudi Arabia in the 1940s and later also with the Shah of Iran. (HEBSTREUTH, S., 2014, p. 35)<sup>13</sup>

#### 3.1 As origens da Aramco: a concessão estadunidense (1933-1950)

A história da Aramco remonta à década de 1930, quando o governo saudita concedeu à *Standard Oil of California* (SoCal) direitos de exploração petrolífera em seu território. Como relata Yergin (1991, p. 287), "a concessão de 1933 marcou a entrada dos EUA na Arábia Saudita, uma decisão que teria consequências de longo alcance tanto para a indústria do petróleo quanto para a dinâmica geopolítica da região". A descoberta do campo de Dammam No. 7 em 1938 confirmou o potencial petrolífero do reino, levando à formação da *Arabian American Oil Company* (Aramco) em 1944. Durante este período inicial, a Aramco era totalmente controlada por um consórcio de quatro empresas americanas: a *Standard Oil of California* (SoCal), a *The Texas Company* (Texaco), a *Standard Oil of New Jersey* (Exxon), cada uma delas com 30%, e a *Socony Vacuum* (Mobil), com 10% ((YERGIN, 2020).

As empresas norte-americanas citadas acima, batizaram a região de Ghawar na Arábia Saudita de 'o campo dos sonhos', referindo-se à descoberta em 1948 do que se tornaria o maior campo petrolífero terrestre do mundo. Esta descoberta solidificou a posição da Aramco como peça central no abastecimento global de petróleo (YERGIN, 1991, p. 413).

---

<sup>13</sup> Após 1945, a integração das vastas reservas de petróleo da Arábia Saudita e de outros produtores do Golfo a um regime petrolífero liberal liderado pelos EUA tornou-se um princípio central da estratégia americana da Guerra Fria. Para proteger o acesso ocidental a esse petróleo, Washington forjou alianças políticas com os principais países produtores de petróleo do Golfo – com a Casa de Saud na Arábia Saudita na década de 1940 e, posteriormente, também com o Xá do Irã (HEBSTREUTH, S., 2014, p. 35, tradução nossa).

**Mapa 2 - Mapa dos principais campos de petróleo na Arábia Saudita**



Fonte: U.S. Energy Information Administration - EIA<sup>14</sup>

O primeiro grande ponto de virada nas relações entre a Aramco e o governo saudita ocorreu em 1950, quando o Rei Abdulaziz ameaçou nacionalizar as instalações petrolíferas. Como resultado, a Aramco concordou em dividir os lucros em 50% com o governo saudita, um acordo semelhante ao que havia sido alcançado na Venezuela alguns anos antes (GAUSE III, 2003). Para Yergin (2020), este momento é o início do fim do domínio absoluto das 'Sete Irmãs' sobre o petróleo do Oriente Médio".

Nas décadas seguintes, enquanto a Aramco continuava a expandir suas operações - incluindo a descoberta do campo offshore de Safaniya (1951) e a confirmação da extensão total de Ghawar (1957) - cresciam as pressões por maior controle saudita sobre seus recursos naturais (GAUSE III, 2003). Yergin (2020) observa que este período coincidiu com o surgimento do

<sup>14</sup> Link de Acesso: < <https://www.eia.gov/international/analysis/country/SAU>>. Acesso em 03-02-2025.

nacionalismo árabe e a formação da OPEP em 1960, que gradualmente alterou o equilíbrio de poder na indústria petrolífera.

Antes de passarmos adiante para abordar a criação da Saudi Aramco, importa analisar o documento *King 'Abd al-'Aziz' Negotiations with Concessionaire Oil Companies in Saudi Arabia*<sup>15</sup>, elaborado pelo ministro do Petróleo e Recursos Minerais do Reino da Arábia Saudita. Tal documento oferece mais detalhes sobre o processo de concessão de exploração do petróleo saudita, que ocorreu primeiramente para empresas britânicas e, depois, foi concedido às empresas norte-americanas.

### **3.2 Análise das concessões de petróleo realizadas pela monarquia da Arábia Saudita, de acordo com o relatório emitido pelo ministro do Petróleo e Recursos Minerais**

O processo de concessão de exploração de petróleo na Arábia Saudita durante o reinado do Rei Abd al-Aziz bin Abd al-Rahman Al Saud, fundador do Reino, revela uma intrincada negociação, moldada por contextos geopolíticos e a busca por fortalecer a soberania e a economia do jovem Estado. Inicialmente, conforme descrito no documento disponibilizado em formato digital e que iremos referenciar ao longo do texto como SALMAN, 2002<sup>16</sup>. O documento foi elaborado no Ministério do Petróleo e Recursos Minerais do Reino da Arábia Saudita, no ano de 2002 e pode ser acessado na íntegra, de acordo com o link disponibilizado na nota de rodapé desta página (51).

A primeira concessão para exploração petrolífera foi outorgada ao *British Eastern General Syndicate* (EGS). Essa decisão ocorreu em meio às negociações de fronteira em 'Uqair, onde o Major Frank Holmes, representando a EGS, buscou a concessão na Província Oriental e na Zona Neutra Saudita-Kuwaitiana. A tentativa do delegado britânico, Sir Percy Cox, de persuadir o Rei a recusar a proposta, visando favorecer a *Anglo-Persian Oil Company* (APOC), foi interpretada por King Abd al-Aziz como uma "interferência inaceitável" em seus assuntos soberanos (SALMAN, 2002, p.9). O Rei estava consciente do controle britânico sobre concessões no Irã e Iraque, mas entendia que seu Estado tinha o direito de fazer concessões a quem desejasse, sem restrições a cidadãos de uma única nação. A concessão à EGS foi feita com condições que incluíam uma área de 36.000 milhas quadradas, com duração de 75 anos, obrigações de exploração, emprego de trabalhadores sauditas, assistência estatal e pagamentos

---

<sup>15</sup> O Instituto Oriente Médio, localizado em Washington (EUA), disponibiliza o arquivo digitalmente, através do link: < [https://www.mei.edu/sites/default/files/mei\\_librarynha/pdf/15267.pdf](https://www.mei.edu/sites/default/files/mei_librarynha/pdf/15267.pdf)>. Acesso em 10-02-2025

<sup>16</sup> Idem.

anuais de aluguel em ouro (SALMAN, 2002, p. 6, 10, 11). Contudo, a EGS falhou em encontrar depósitos de petróleo e esgotou seus fundos, sem sucesso em atrair grandes companhias como a *Standard Oil*, empresa norte-americana de New Jersey. Diante da violação dos termos, incluindo a falta de pagamento de aluguel, Abd al-Aziz retirou a concessão em 1928, encerrando este primeiro capítulo.

Com o fracasso da primeira concessão, o Rei voltou-se para as grandes companhias petrolíferas norte-americanas, buscando as que possuíam "amplios mercados internacionais". Esta escolha visava "alcançar um equilíbrio estratégico para a hegemonia britânica na região do Golfo, e criou a base para futuras relações com os EUA" (SALMAN, 2002, p. 4). O contexto regional era dominado por intensas rivalidades e acordos como a Linha Vermelha, que restringia a atividade individual de empresas (incluindo as grandes europeias e algumas norte-americanas como *Standard Oil of New Jersey and Gulf*) dentro de uma área específica, que incluía a Península Arábica (com exceção do Kuwait e Bahrain). A *Standard Oil of California* (Socal), no entanto, não estava sujeita a essas restrições por não ser parceira na *Iraq Petroleum Company* (IPC).

Antes de continuarmos a análise é importante compreender o que foi o Acordo da Linha Vermelha, também conhecido como o "Acordo de Grupo de 1928", firmado entre empresas petrolíferas norte-americanas, britânicas e francesas sobre as reservas de petróleo no Oriente Médio, conforme descrito pelo especialista em petróleo, Igor Fuser (2005):

Na mesma reunião que formou a IPC, as empresas participantes decidiram formar um cartel que garantisse a elas o controle sobre toda a produção petrolífera do Oriente Médio. Com a descoberta de novas jazidas no Texas, o excesso de oferta ameaçava os lucros do setor. E, diante das abundantes reservas disponíveis para a exploração em todo o Golfo Pérsico, era evidente o risco de que a competição entre as *majors* provocasse a queda dos preços. A solução seria um compromisso de que os integrantes do cartel renunciassem a agir isoladamente na região, de modo a impedir a concorrência entre eles. Nessa altura do debate, Gulbenkian pegou um lápis vermelho e traçou sobre um mapa uma linha ao longo das fronteiras do extinto Império Otomano (a Turquia, o Iraque, a Palestina, a Síria, o Líbano e a Península Arábica, incluindo os sultanatos sob domínio britânico, com exceção do Kuwait). Dentro dessa área todas as decisões sobre investimentos, produção, concessões e preços teriam de ser tomadas em conjunto. O Acordo da Linha Vermelha, como ficou conhecido, completou-se com os acordos assinados em agosto de 1928 no castelo de Achnacarry, na Escócia, em que os integrantes do cartel dividiram o mercado internacional por meio de um sistema de cotas, com base no seu percentual sobre a venda total naquele ano (FUSER, 2005 p.92).

**Mapa 3: Linha vermelha**

Disponível em:< <https://geoexpro.com/once-upon-a-red-line-the-iraq-petroleum-company-story/>> Acesso em 30-07-2025.

Após a reunificação do Reino e a garantia de estabilidade política, Abd al-Aziz convidou Charles Crane, cidadão norte-americano, para uma visita ao país. Tal visita levou a um estudo geológico conduzido por Karl Twitchell, cujo resultado do trabalho apontou a alta probabilidade de petróleo na Província Oriental, especialmente após a descoberta de reservas no Bahrain, feita por uma companhia americana (Socal). Diante disso, o Rei encarregou Twitchell de buscar empresas norte-americanas interessadas, a Socal mostrou grande interesse (YERGIN, 2020).

As negociações para a segunda concessão foram conduzidas por representantes da Socal, incluindo Lloyd Hamilton e Karl Twitchell, em Jiddah, no início de 1933. A oferta inicial da Socal previa 60 anos de concessão, início rápido de trabalho geológico e exploração, uma royalties de quatro xelins de ouro ingleses por tonelada e um pagamento inicial de \$50.000 libras de ouro (SALMAN, 2002). 'Abd al-'Aziz, embora favorável a laços econômicos fortes com os EUA para contrabalançar a influência britânica, considerou as condições iniciais injustas, especialmente os pagamentos. A presença simultânea de representantes da IPC (britânica) e do Major Holmes fortaleceu a posição negociadora do Rei, que estava convencido da vasta quantidade de petróleo existente.

A contraoferta saudita à Socal incluiu a exigência de \$ 100.000 libras de ouro como pagamento de assinatura, um aluguel anual de \$ 30.000 libras de ouro e um piso anual para royalties para garantir altos volumes de produção, além da contratação de empregados sauditas (SALAMAN, 2002). As negociações se arrastaram devido à Grande Depressão, mas o Rei manteve-se firme em suas condições, excluindo a IPC (por já possuir petróleo no Iraque) e Holmes. O acordo com a Socal foi finalmente assinado em 7 de julho de 1933. Uma condição notável inserida, devido à firme posição do Rei, foi a exigência de pagamento de \$100.000 libras de ouro ao Estado após a descoberta de petróleo em quantidades comerciais. Além disso, a empresa pagaria um aluguel anual de \$ 5.000 libras de ouro até a descoberta comercial de quatro xelins de ouro por tonelada produzida (SALMAN, 2002, p.13, 14).

A descoberta de petróleo em quantidades comerciais ocorreu cinco anos depois, em 16 de outubro de 1938, no campo de Dammam, poço número 7. Esta descoberta seguiu recomendações geológicas para perfurar formações mais profundas. A produção atingiu mais de 2.000 toneladas por dia. Este evento crucial levou à assinatura de um Acordo Suplementar em 31 de maio de 1939, que refletiu a melhoria na posição negociadora do Reino. A empresa pagou \$ 140.000 libras de ouro como bônus de assinatura (mais do que o acordado inicialmente) e a área da concessão foi expandida para incluir a Zona Neutra Saudita-Kuwaitiana (YERGIN, 2020). O aluguel anual também aumentou. A produção cresceu significativamente nos anos seguintes (SALMAN, 2002, p.17).

Posteriormente, outros acordos foram negociados. O Acordo Offshore<sup>17</sup> (1948) adicionou a área marítima à concessão da empresa (já então conhecida como Aramco, formada pela Socal e outras companhias norte-americanas, como detalhado abaixo) com novos termos, incluindo o pagamento de royalties mais altos sobre a produção offshore. Em 1949, Abd al-Aziz concedeu à *Getty Oil*, uma empresa norte-americana independente, a concessão para a metade saudita da Zona Neutra (YERGIN, 2020). Notavelmente, Abd al-Aziz exigiu da Getty, royalties consideravelmente mais altos (55 centavos de dólar por barril), "o royalty mais alto é pago por qualquer companhia a qualquer Estado na região" (SALMAN, 2002, p.25), com a qual a empresa concordou. O acordo com a Getty, assinado em 20 de fevereiro de 1949, incluiu um bônus de assinatura de US\$ 9,5 milhões e uma participação de 25% nos lucros líquidos após a recuperação dos custos.

---

<sup>17</sup> Os acordos offshore de petróleo estão vinculados aos contratos que regulamentam a exploração e produção de petróleo em áreas marítimas, em águas profundas. Tais acordos estabelecem as regras para a concessão de direitos de exploração, a cobrança de royalties, gestão de riscos e segurança operacional (YERGIN, 2020).

A participação de outras companhias norte-americanas na concessão original da Socal ocorreu em etapas. Em dezembro de 1936, a Socal trouxe a *Texas Oil Corporation* (Texaco) como parceira (50%). A Texaco também não era signatária do acordo da Linha Vermelha. Após cerca de dez anos, a *Standard Oil of New Jersey* e a *Socony Vacuum* (futura Mobil) manifestaram interesse em adquirir participação. Estas empresas eram parceiras na IPC e estavam sujeitas à Linha Vermelha. Quando as outras partes da IPC (França e Gulbenkian) se opuseram, Abd al-Aziz "anunciou sua recusa absoluta em permitir que qualquer outra companhia não-americana participasse da concessão, e insistiu que a concessão deveria ser restrita apenas a companhias americanas" (SALMAN, 2002, p. 19). Yergin (2020) afirma que isso levou ao colapso do acordo da Linha Vermelha e as empresas americanas interessadas compensaram as outras partes da IPC para obterem a liberação. Em dezembro de 1946, a Socony (Mobil) adquiriu 10%, e as outras três companhias (Socal, Texaco, Standard NJ) ficaram com 30% cada, formando a nova companhia nomeada Aramco.

A formação da Aramco com grandes companhias estadunidenses e com extensas redes de marketing, impulsionou o desenvolvimento e a exportação. Os parceiros da Aramco buscaram a permissão para construir um oleoduto trans arábico (Tapline), que se iniciava no leste da Arábia Saudita e corria até o Mediterrâneo. Um acordo para a construção do Tapline foi assinado em 11 de julho de 1947, exigindo que a empresa transportasse grandes volumes de petróleo saudita, construísse infraestrutura (estradas, escolas, hospitais, poços de água) e pagasse taxas de trânsito (YERGIN, 2020).

Finalmente, em 1950, o Rei, ciente da importância crescente do petróleo saudita, dos baixos custos de produção, bem como da disparidade entre os lucros da companhia e a receita do Estado – a Aramco obteve lucros que excederam as receitas do governo em três a quatro vezes em 1949 (SALMAN, 2002, p. 21), exigiu mudanças no acordo de concessão. Inspirado em acordos regionais e internacionais, como o da Venezuela que estabeleceu uma partilha de lucros igualitária, o Rei argumentou que era justo o Estado receber uma parcela maior dos lucros, pois a rentabilidade derivava mais da abundância e baixo custo do petróleo do que das habilidades e tecnologia da empresa. Em dezembro de 1950, Abd al-Aziz emitiu decretos reais aprovando a imposição de um imposto de renda adicional de 50% sobre os lucros líquidos de operação das companhias petrolíferas. A Aramco aceitou a modificação, assinando um acordo em 30 de dezembro de 1950, retroativo ao início daquele ano. Este acordo de partilha de lucros de 50% para cada uma das partes, tornou-se um modelo emulado por outros países produtores na região (SALAMAN, 2020).

Em suma, o processo de concessão de petróleo na Arábia Saudita, liderado pelo Rei Abd al-Aziz, evoluiu de uma primeira tentativa fracassada com uma empresa britânica para a escolha estratégica e negociação com companhias estadunidenses, buscando equilibrar influências estrangeiras, atrair capital e tecnologia, de forma a garantir termos cada vez mais favoráveis ao Reino. E ao mesmo tempo, que a vasta riqueza petrolífera era descoberta, sua importância global reconhecida. A entrada e o domínio das companhias dos EUA, culminando na formação da Aramco, nos acordos subsequentes e na partilha equitativa de lucros, formaram uma base econômica e uma relação estratégica duradoura com os EUA, a partir da interação entre as empresas petroquímicas no país.

### **3.3 Processo Gradual de Nacionalização (1973-1980)**

O processo de nacionalização da Aramco acelerou-se dramaticamente após a Guerra do Yom Kippur (1973) e o subsequente embargo petrolífero árabe. Como detalha Yergin (1991, p. 607), "o mundo havia mudado, e os sauditas sentiram que haviam aprendido o suficiente sobre o negócio de energia para seguir sozinhos". Neste contexto, em 1973, o governo saudita adquiriu uma participação de 25% nos ativos da Aramco, aumentando sua participação para 60% no ano seguinte e, dois anos depois, em 1976, adquiriu os 40% restantes.

Yergin (1991, p. 612) ressalta que, diferentemente de outros países que nacionalizaram suas indústrias petrolíferas de forma abrupta (como o Irã em 1951), "na Arábia Saudita, o processo foi diferente. Em vez da nacionalização, o Reino discutiu 'participação' com os proprietários norte-americanos da Aramco". O presidente da Exxon, uma das empresas proprietárias, esperava que os acordos de participação levassem a "relações futuras mais estáveis", (Yergin 1991, p. 613).

### **3.4 A criação da Saudi Aramco (1988) e sua consolidação**

O processo de nacionalização culminou em 1988 com um decreto real que criou a *Saudi Arabian Oil Company* (Saudi Aramco), que assumiu formalmente o controle total dos antigos ativos da Aramco. Yergin (2020) destaca que esta transição foi facilitada pelo fato de que, mesmo durante o período de participação gradual, a Aramco já operava essencialmente como uma empresa saudita, com sua sede transferida para Dhahran e a maioria das decisões estratégicas alinhadas com os interesses do governo.

Um aspecto crucial desta transição, conforme analisado por Yergin (1991, p. 715), foi a capacidade da Aramco de manter sua eficiência operacional e expertise técnica após a nacionalização, diferentemente de outras empresas estatais da região que sofreram com a politização e perda de competência técnica.

A transformação da Aramco de uma empresa controlada por norte-americanos para uma empresa nacional é um caso muito emblemático, como apontam os escritos de Yergin (2020), esse processo foi marcado por uma transição gradual e negociada, em contraste com nacionalizações abruptas em outros países; pela manutenção de relações comerciais com as antigas proprietárias estadunidenses; pela preservação da excelência operacional e capacidade técnica da empresa e pelo alinhamento estratégico com os objetivos de desenvolvimento do Reino.

A Saudi Aramco emergiu deste processo não apenas como a guardiã das vastas reservas petrolíferas sauditas, mas como um ator central na economia global de energia.

### **3.5 A formação da OPEP: história, estrutura e o papel central da Arábia Saudita**

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) emergiu como uma força transformadora no cenário energético global, redefinindo as relações entre nações produtoras e empresas multinacionais no setor petrolífero.

Antes da criação da OPEP, o mercado petrolífero internacional era dominado por um cartel de empresas multinacionais conhecido como "Sete Irmãs" - Exxon, Mobil, Chevron, Gulf Oil, Texaco, BP e Shell. Estas corporações controlavam a exploração, produção, refino e distribuição do petróleo, deixando aos países produtores apenas uma fração dos lucros gerados por seus próprios recursos naturais. Yergin (2010, p. 450) descreve este período como "a era do colonialismo petrolífero", no qual "as nações produtoras eram meras espectadoras na gestão de suas próprias riquezas subterrâneas".

#### **3.5.1 A revolta dos países produtores de petróleo**

A gota d'água para a criação da OPEP foi a decisão unilateral das companhias petrolíferas em reduzir os preços publicados do petróleo em agosto de 1960, o que diminuiu drasticamente as receitas dos países exportadores. Como explica Yergin (2010, p. 45), "os países produtores perceberam que, enquanto permanecessem divididos, seriam sempre vulneráveis às flutuações de preços impostas pelas grandes empresas".

Neste contexto, em 14 de setembro de 1960, representantes de cinco países – Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela – reuniram-se em Bagdá para fundar a OPEP. O local da reunião foi escolhido estrategicamente no Iraque, um dos principais produtores da região, simbolizando a união dos países árabes com a Venezuela, que trouxe a experiência de ter sido o primeiro país a implementar o princípio "*fifty-fifty*" de divisão de lucros com as petrolíferas.

### 3.5.2 Expansão e Adesão de Novos Membros

Os países membros fundadores no ano de 1960 estão listados na sequência e inserimos um brevíssimo resumo do contexto petrolífero de cada membro, com o objetivo de facilitar a compreensão (YERGIN, 2020):

Primeiramente, a Venezuela foi o principal articulador da criação da OPEP. O ministro venezuelano, Juan Pablo Pérez Alfonzo, conhecido como o "pai da OPEP", trouxe a experiência do modelo paritário de divisão de lucros implementado em seu país em 1948. A Venezuela via na OPEP uma forma de estabilizar os preços do petróleo e garantir receitas justas para os produtores (YERGIN, 2020). Em seguida, a Arábia Saudita, detentora das maiores reservas comprovadas e que entrou na OPEP para aumentar seu controle sobre a produção e preços no mercado global de petróleo. O país já tinha experiência com a Aramco (controlada por americanos) e buscava maior soberania sobre seus recursos (YERGIN, 2020). Depois, o Irã, que foi impulsionado pela experiência traumática da nacionalização de sua indústria petrolífera em 1951, e subsequente golpe apoiado pelo Ocidente em 1953. O Irã viu na OPEP um instrumento para fortalecer sua posição contra as petrolíferas estrangeiras (YERGIN, 2020). Enquanto o Iraque, como anfitrião da reunião fundadora da OPEP, buscava consolidar sua posição como líder regional e obter melhores termos em suas concessões petrolíferas (YERGIN, 2020). E por fim, o Kuwait, que entrou principalmente para proteger suas receitas petrolíferas, já que sua economia dependia inteiramente do petróleo (YERGIN, 2020).

Após sua fundação, a OPEP expandiu-se com a entrada de outros países, que listamos abaixo com base nos estudos de Daniel Yergin (2020, p.717-735) sobre a expansão da OPEP, seguindo a mesma lógica que usamos acima com os países fundadores, ao indicar o país, descreveremos brevemente o contexto em que está inserido, a fim de demonstrar o motivo da inserção na Organização.

Em 1961, o Qatar aderiu à OPEP, pois buscava estabilidade nos preços para seus projetos de desenvolvimento nacional. No ano seguinte, em 1962, entrou a Indonésia, o único

membro asiático não árabe inicialmente, mas com reservas petrolíferas relevantes, foi recebido para diversificar a base geográfica da organização.

De acordo com Yergin (2020), no mesmo ano (1962), a Líbia entrou, após sua independência com o objetivo de usar a OPEP para pressionar por melhores termos com as petrolíferas estrangeiras. Os Emirados Árabes Unidos, aderiram à organização em 1967, o país é formado pela federação de emirados e ingressou para coordenar políticas com seus vizinhos. No ano de 1969, a Argélia entrou para OPEP, após vencer guerra pela independência e também enxergou na OPEP, um instrumento de soberania econômica diante de seus recursos petrolíferos. A Nigéria entrou em 1971 com o objetivo de aumentar sua influência no mercado global. Na sequência, em 1973, o Equador aderiu à OPEP, mas se desvinculou em 1992 e depois retornou em 2007. Mas o objetivo sempre foi buscar na OPEP, apoio para desenvolver sua indústria petrolífera. O mesmo ocorreu com o Estado do Gabão, que entrou em 1975 e se desligou em 1995, mas retornou em 2016. Também com o objetivo de utilizar o espaço da OPEP para fortalecer sua posição nas negociações com as petrolíferas. E depois, a partir dos ano 2000, mais adesões de outros países ocorreram. A Angola entrou em 2007 e se desvinculou em 2023, o objetivo para aderir à organização repousou na busca por estabilidade de preços para financiar sua reconstrução pós-guerra. E por fim, a Guiné Equatorial que entrou em 2017 com o objetivo de alcançar reconhecimento internacional de suas reservas e melhores contratos (YERGIN, 2020).

### 3.5.3 Estrutura e funcionamento da OPEP

De acordo com Yergin (2020), a OPEP estabeleceu um sistema de reuniões periódicas para coordenar políticas através de conferências ministeriais, realizadas originalmente em Bagdá (1960), depois em Caracas (1960) e Genebra (1961). Em 1965, a sede permanente foi estabelecida em Viena, Áustria, onde a maioria das reuniões passou a ocorrer. Enquanto nos momentos de crise, são realizadas as reuniões extraordinárias, como durante o embargo de 1973 (Viena) e a crise de reféns em 1975 (também em Viena).

A gestão é realizada pelo Secretariado Geral, um órgão executivo permanente estabelecido em Viena, responsável pela implementação das decisões. Yergin (2020) descreve o funcionamento interno da OPEP como "um delicado equilíbrio entre a soberania nacional e a necessidade de consenso, no qual cada país mantém o controle sobre sua produção, mas busca alinhar-se com as diretrizes coletivas".

A OPEP foi criada em um contexto de tensões geopolíticas (Guerra Fria, conflitos árabes-israelenses e rivalidades entre produtores de petróleo) e precisava de um território neutro para evitar influências de potências como EUA ou URSS sobre as decisões. A escolha de Viena, na Áustria, como sede permanente da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em 1965 foi motivada por uma série de fatores estratégicos, políticos e logísticos. As principais razões que justificaram essa decisão, de acordo com Hurtado (1969, p. 253), foram na posição estratégica da Áustria relativamente aos membros fundadores da OPEP, pois o país, após a Segunda Guerra Mundial, adotou uma política de neutralidade permanente (formalizada em 1955), o que o tornou um local seguro e imparcial para sediar organizações internacionais. Assim, Viena oferecia infraestrutura diplomática e logística adequada para reuniões e negociações entre países membros, muitos dos quais mantinham embaixadas na capital austríaca. Além disso, a cidade já abrigava organizações internacionais, como a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e, posteriormente, a ONU (Escritório das Nações Unidas em Viena).

A Áustria estava geograficamente centralizada entre Europa, Oriente Médio e África, facilitando o deslocamento de representantes dos países membros. Consideravam que Viena possuía (e ainda possui) um aeroporto internacional bem conectado, além de uma rede de transportes eficiente. Ademais, os países membros da OPEP, concordavam que sediar a OPEP em um país não produtor de petróleo (como a Áustria), fora do continente europeu e africano naquele momento (guerra fria), reduzia o risco de interferência direta de nações com grandes interesses no setor (EUA, Reino Unido, entre outros). Também temiam que se a sede fosse em um país membro (como Arábia Saudita ou Venezuela), poderia haver conflitos de influência e desequilíbrio político no interior da organização (HURTADO, 1969).

Inicialmente, a OPEP não tinha sede fixa, realizando reuniões em Bagdá (1960), Caracas (1960) e Genebra (1961). Em 1965, após avaliações, decidiu-se por Viena devido à sua neutralidade, estabilidade política e ambiente diplomático consolidado. A escolha de Viena como sede da OPEP foi uma decisão estratégica que visava garantir neutralidade, segurança e eficiência operacional para a organização.

Desde sua fundação, a Arábia Saudita emergiu como o líder de fato da OPEP, por conta das vastas reservas. Possui cerca de 18% das reservas mundiais comprovadamente, dando-lhe capacidade única de influenciar o mercado. Além de ter capacidade de produção flexível, ou seja, pode aumentar ou reduzir a produção rapidamente para estabilizar preços, atuando como "produtor controlador" da organização. E, por fim, a relação especial com os EUA: apesar de

ser líder da OPEP, a Arábia Saudita mantém uma aliança estratégica com os EUA, equilibrando interesses geopolíticos na região (YERGIN, 2020).

Yergin (2010) identifica quatro objetivos principais da Arábia Saudita na OPEP: 1) Estabilidade de Preços: O Reino busca evitar flutuações bruscas que possam desestabilizar a economia global ou incentivar fontes alternativas de energia; 2) Longevidade do Petróleo: A estratégia saudita visa prolongar a era do petróleo, mantendo preços que não sejam tão altos a ponto de acelerar a transição energética; 3) Influência Geopolítica: A liderança na OPEP fornece à Arábia Saudita um palco global e alavancagem em negociações internacionais e 4) Cooperação com a Rússia: Recentemente, através do formato OPEP+, os sauditas têm aprofundado as parcerias energéticas com a Rússia para gerenciar a oferta global.

### 3.5.5 Impacto e legado da OPEP sob a perspectiva da Arábia Saudita

A criação da OPEP marcou uma virada histórica na geopolítica do petróleo. Como resume Yergin (2010, p. 460), "a OPEP representou o momento em que os países produtores finalmente tomaram as rédeas de seu destino petrolífero, transformando-se de meros espectadores em atores centrais no cenário energético global".

Seu impacto se manifestou em três dimensões principais: econômica - transferência de riqueza sem precedentes para os países membros através do controle dos preços; política: a OPEP tornou-se um instrumento de poder geopolítico, como experimentado durante o embargo de 1973, e estrutural - mudou permanentemente as relações entre Estados e empresas no setor petrolífero, inspirando a criação de outros cartéis de commodities (FUSER, 2005).

Dessa forma, se verifica que a formação da OPEP, em 1960, representou uma revolução silenciosa na ordem energética global. Da reunião fundadora em Bagdá à sua consolidação como força geopolítica em Viena, a organização transformou radicalmente as relações de poder no setor petrolífero. Neste processo, a Arábia Saudita emergiu como o ator central, equilibrando habilmente seus interesses nacionais com a liderança coletiva da organização. A história da OPEP é inseparável da ascensão da Arábia Saudita como potência energética e da complexa geopolítica do petróleo no século XX.

### 3.6 As crises do petróleo de 1973 e 1979: a atuação da Opep e o papel central da Arábia Saudita

As crises do petróleo de 1973 e 1979 representaram momentos decisivos na história econômica e geopolítica global, redefinindo o equilíbrio de poder entre países produtores e consumidores de energia. Como destaca Daniel Yergin (1991), esses eventos marcaram o ápice da influência da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) no cenário internacional, com a Arábia Saudita emergindo como seu principal ator. Neste item, iremos analisar o papel da OPEP nas duas crises de petróleo, em 1973 e 1979 respectivamente, com ênfase na estratégia saudita e nas consequências desses choques para a economia mundial.

De acordo com Hebstreuth (2014, p.26), o Oriente Médio foi escolhido por três razões: por conter quase 50% das reservas comprovadas de petróleo do mundo e pela Arábia Saudita ser o principal produtor mundial; embora alguns membros-chave da OPEP não estejam localizados no Oriente Médio – principalmente a Venezuela –, as representações norte-americanas dos perigos do petróleo estrangeiro historicamente quase sempre se referiram aos "árabes" no Golfo Pérsico; as populações do Oriente Médio há muito tempo figuram na mente norte-americana como o principal outro cultural (inimigo-ameaça) dos EUA.

Para compreender o que significou para os EUA depender dessa região para o fornecimento de uma commodity tão vital quanto o petróleo, a interdependência energética entre os EUA e o Oriente Médio precisa ser conceituada também como um encontro cultural.

#### 3.6.1 A crise do petróleo de 1973: o embargo árabe e a ascensão da OPEP

O contexto geopolítico da primeira crise do petróleo em 1973 está fortemente relacionado com a guerra do Yom Kippur. O conflito iniciou-se em outubro de 1973, quando Egito e Síria lançaram um ataque surpresa contra Israel, a fim de recuperar os territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias, ocorrida em 1967. Diante disso, os EUA e aliados ocidentais apoiaram Israel, desencadeando uma reação imediata dos países árabes membros da OPEP (Emirados Árabes Unidos, Irã; Iraque, Kuwait, Líbia e Argélia) (YERGIN, 2020).

A OPEP, liderada pela Arábia Saudita, decidiu usar o petróleo como arma política, iniciando o chamado embargo petrolífero. A primeira ação foi o corte de produção: estabeleceram a redução de 5% ao mês até que Israel se retirasse dos territórios ocupados. Na sequência, entre 1973 e 1974 foi implementado o embargo total aos EUA, aos países ocidentais europeus (França, Inglaterra, Alemanha, Itália) e outros aliados de Israel. Com o aumento

unilateral de preços, o barril de petróleo saltou de US\$ 3 para US\$ 12 em menos de 8 meses (YERGIN, 1991, p. 607).

Como maior produtor da OPEP, a Arábia Saudita teve um duplo papel: 1) liderar o embargo, coordenando a redução de produção com outros membros árabes e 2) ser o Estímulo moderador pós-crise.

Em 1974, pressionou pelo fim do embargo, temendo danos à economia global, que geraria mais instabilidade nas economias dos países membros e à dependência futura do petróleo no plano global (YERGIN, 1991, p. 612).

Já a crise do petróleo de 1979, ocorreu no mesmo ano da revolução iraniana. Com a queda do Xá Reza Pahlavi, que era aliado dos EUA, o Irã interrompeu a produção de petróleo, com uma queda de 6 milhões para 1,5 milhão de barris/dia, produzindo um vácuo enorme no mercado de produção de petróleo (YERGIN, 2020).

Diferente de 1973, quando o embargo foi de caráter político, a crise de 1979 foi impulsionada pela oferta. Houve grande especulação e os países compradores de petróleo estocaram em larga escala, o que resultou no aumento do preço do barril. A OPEP também falhou, pois não conseguiu organizar rapidamente a substituição da produção iraniana.<sup>18</sup> Os anos seguintes também foram complicados, pois em 1980 inicia-se a guerra Irã-Iraque, conflito que destruiu a infraestrutura petrolífera dos dois países, o que só agravou a escassez (FUSER, 2005).

Yergin (1991) destaca que a Arábia Saudita agiu na OPEP com dois objetivos principais: i) Poder Geopolítico - usou o petróleo para pressionar o Ocidente (1973), mas evitou colapsos prolongados para não prejudicar a demanda futura; ii) Estabilidade Econômica: como maior exportador, dependia de um mercado previsível. Após 1979, passou a defender cotas de produção para evitar quedas bruscas de preço. Conforme Quadro 3, apresentado na íntegra na próxima página, 65.

---

<sup>18</sup> Neste período, o barril atingiu o preço recorde para aquele momento: US\$ 39, que hoje seria o equivalente a US\$ 150. Considerando que, neste ano de 2025, de acordo com o EIA - *Energy Information Administration*, dos EUA, o preço do barril de petróleo é de US\$ 66,47. Link de Acesso: <https://www.eia.gov/>. Acesso 20/05/2025.

**Quadro 3 - Crises do petróleo: 1973 e 1979**

Aspecto	Crise 1973	Crise 1979
Causa	Embargo político (Guerra Árabe-Israelense)	Queda na produção (revolução iraniana)
Papel desempenhado pela OPEP	Coordenação ativa (embargo)	Falha em compensar a oferta
Influência/Papel exercido pela Arábia Saudita	Líder do embargo, depois moderadora	Estabilizadora (aumento de produção)
Resultados para OPEP	OPEP como força geopolítica	Início da fragmentação da OPEP

Elaborado pela autora com base nas informações das obra de Yergin (2020) e Fuser (2005).

As crises de 1973 e 1979 consolidaram a OPEP como ator central no mercado petrolífero, mas também revelaram suas limitações. Enquanto em 1973 a organização demonstrou poder de barganha sem precedentes, em 1979 a falta de coesão interna e fatores externos (como a revolução iraniana) minaram sua capacidade de controle. A Arábia Saudita, como maior produtor e voz moderadora, buscou equilibrar interesses nacionais (preços altos) com estabilidade global (evitar recessões que reduzissem a demanda). Essa estratégia, analisada por Yergin (2020), explica porque o país permaneceu como líder incontestável da OPEP mesmo após as crises.

### **3.7 As relações EUA-Irã: da aliança estratégica à hostilidade pós-revolução islâmica**

After 1945, integrating the vast oil reserves of Saudi Arabia and other Gulf producers into a US-led liberal oil regime became a central tenet of American Cold War strategy. To protect Western access to this oil, Washington forged political alliances with key oil-producing countries in the Gulf – with the House of Saud in Saudi Arabia in the 1940s and later also with the Shah of Iran (HERBSTREUTH, 2014, p.37).<sup>19</sup>

A relação entre os EUA e o Irã passou por uma drástica transformação no século XX, evoluindo de uma estreita parceria estratégica durante o governo do Xá Reza Pahlavi para um conflito aberto após a revolução iraniana de 1979. A aliança entre Irã e EUA no Oriente Médio,

<sup>19</sup> Após 1945, a integração das vastas reservas de petróleo da Arábia Saudita e de outros produtores do Golfo a um regime petrolífero liberal liderado pelos EUA tornou-se um princípio central da estratégia americana da Guerra Fria. Para proteger o acesso ocidental a esse petróleo, Washington forjou alianças políticas com os principais países produtores de petróleo do Golfo – com a Casa de Saud na Arábia Saudita na década de 1940 e, posteriormente, também com o Xá do Irã. (HERBSTREUTH, 2014, p.37, tradução nossa).

iniciada em 1953, foi rompida em 1979, após a Revolução. Em 1953, EUA e Reino Unido orquestraram o golpe que derrubou o primeiro-ministro iraniano Mohammad Mossadegh, que havia nacionalizado a indústria petrolífera iraniana (VITALIS, 2008). O Xá Reza Pahlavi, que o sucedeu, enquanto permaneceu no poder, tornou-se um aliado-chave dos EUA no Oriente Médio, em um contexto de Guerra Fria (FROMKIN, 2011, p. 178). Os EUA viam o Irã como um contrapeso ao nacionalismo árabe e à influência soviética na região. O país recebeu apoio militar e tecnológico massivo, incluindo armamentos avançados e programas nucleares civis (VITALIS, 2008). Além disso, o petróleo iraniano era vital para o Ocidente, já que o Irã era o segundo maior exportador da OPEP, atrás somente da Arábia Saudita. As empresas estadunidenses e britânicas dominavam a extração e comercialização.

Em 1979, uma revolução popular liderada pelo Aiatolá Ruhollah Khomeini, derrubou o Xá, instaurando uma República Islâmica. O novo regime via os EUA como "o Grande Satã", acusando-o de apoiar a opressão do Xá (FROMKIN, 2011, p. 245). Neste ano de 1979, iniciou-se a ruptura entre os dois países, pois em novembro, estudantes iranianos invadiram a embaixada dos EUA em Teerã, tomando 52 diplomatas como reféns por 444 dias (FROMKIN, 2011). Os EUA congelaram ativos iranianos e impuseram as primeiras sanções econômicas. Em 1980, os EUA romperam relações diplomáticas, que permanecem suspensas até meados de 2015, durante o governo Obama. As principais sanções econômicas impostas pelos EUA foram o embargo comercial (desde 1979), proibição de importações de petróleo iraniano e exportação de tecnologia, sanções por apoio ao terrorismo (década de 1990 – Primeira Guerra do Golfo), pois o governo estadunidense acusou o Irã de financiar os grupos revolucionários Hezbollah e Hamas (GAUSE III, 2008).

Neste contexto, os EUA pressionaram membros da OPEP, especialmente a Arábia Saudita a aumentar a produção para compensar o petróleo iraniano. Antes de 1979, os EUA compravam cerca de 800 mil barris/dia do Irã. Como consequência dos conflitos, houve queda nas exportações de petróleo, de 6 milhões de barris/dia (1978) para 1 milhão (1981) (EIA: Administração de Informação sobre Energia - agência governamental dos EUA, 2025). Com a hiperinflação, a recessão tomou conta da economia iraniana, o PIB contraiu-se 50% entre 1979 e 1989 (FROMKIN, p. 312). Após o embargo, Yergin (2020) afirma que os EUA passaram a depender mais da Arábia Saudita, México e Venezuela.

A relação EUA-Irã, outrora uma pedra angular da política dos EUA no Oriente Médio, transformou-se em uma das rivalidades mais duradouras da região. Como analisa Fromkin (2020), a Revolução de 1979 não apenas redesenhou o equilíbrio de poder no Golfo, mas

também redefiniu a geopolítica do petróleo, forçando os EUA a buscar alternativas ao petróleo iraniano.

### **3.8 A transição das relações petrolíferas EUA-Irã e a ascensão da Arábia Saudita como principal fornecedor (1980-1990)**

A Arábia Saudita como novo principal fornecedor dos EUA, aumentou a produção e tornou-se o maior membro produtor da OPEP, elevou sua produção de 8,3 milhões de barris por dia (1978) para 10,3 milhões (1980) (EIA, 1981). Os EUA passaram a importar 2,1 milhões de barris de petróleo por dia da Arábia Saudita em 1980 (contra 1,4 milhões em 1978) – um aumento de 50% (FUSER, 2005).

**Tabela 1 - Dados estatísticos da transição (1978-1985)**

<b>Ano</b>	<b>Importações EUA-Irã (milhões bpd – barris de petróleo por dia)</b>	<b>Importações EUA-Arábia Saudita (milhões bpd – barris de petróleo por dia)</b>
1978	0.8	1.4
1980	0.0	2.1
1985	0.0	1.8

Elaborada pela autora com base nos dados fornecidos pela U.S. Energy Information Administration - EIA, 1985.

Na página seguinte, para melhor visualização, apresenta-se um quadro estatístico baseado nos dados da EIA - agência governamental dos EUA, sobre as importações de petróleo pelos EUA do Irã e da Arábia Saudita entre 1940 e 2015.

**Quadro 4 - Importações de petróleo dos EUA - Irã x Arábia Saudita (1940-2015)**

<b>Década/Ano</b>	<b>Importações EUA-Irã (milhões bpd)</b>	<b>Importações EUA-Arábia Saudita (milhões bpd)</b>	<b>Eventos Relevantes</b>
1940-1950	~0.05 (início das relações)	~0.01 (produção limitada)	EUA apoiam exploração no Irã
1953	0.1	0.2	Golpe político no Irã
1960	0.3	0.5	Fundação da OPEP
1973	0.6	1.2	Embargo do Petróleo (OPEP)
1978	0.8 (pré-revolução)	1.4	Os primeiros sinais da revolução iraniana
1980	0.0 (embargo total)	2.1 (aumento de 50%)	Crise dos Reféns – Embaixada norte-americana no Irã
1985	0.0	1.8	Guerra Irã-Iraque
1990	0.0 (sanções contínuas)	1.5	Guerra do Golfo
2000	0.0	1.6	Ataques terroristas de 11/9/2001
2010	0.0 (sanções reforçadas)	1.2	Acordo Nuclear Iraniano (JCPOA) em discussão
2015	0.0	1.1	Sanções mantidas, mas em negociação

Elaborado pela autora do trabalho com base nos dados fornecidos pela U.S. Energy Information Administration - EIA, Annual Reports.

Os dados da EIA confirmam a drástica transição após 1979. Conforme analisado, antes da revolução iraniana, o Irã era um parceiro estratégico, com exportações significativas para os EUA. Após 1979, a Arábia Saudita tornou-se o fornecedor dominante, enquanto o Irã foi totalmente excluído.

A revolução iraniana de 1979 marcou, portanto, uma virada histórica nas relações petrolíferas globais. Com o colapso das importações iranianas, os EUA redirecionaram sua dependência para a Arábia Saudita, que assumiu o papel de principal estabilizador do mercado (YERGIN,2020). Os EUA aumentaram investimentos em infraestrutura na Arábia Saudita (expansão da Aramco). Em 1981, os dois países firmaram um acordo de segurança energética, garantindo fornecimento estável. Como mostram os dados, as importações americanas de petróleo saudita aumentaram entre 1978-1980, enquanto as compras do Irã foram reduzidas a zero (YERGIN, 2020). Essa transição não apenas redefiniu a geopolítica do petróleo, mas também consolidou a Arábia Saudita como o parceiro energético mais importante dos EUA no Oriente Médio.

### 3.8.1 O consumo e a produção energética dos EUA

Para compreender a dependência dos EUA do petróleo estrangeiro, necessita-se avaliar as capacidades produtivas do país no tocante ao setor energético de forma geral. Neste caso, com especial atenção em relação à sua produção e consumo de combustíveis. Abaixo, apresentamos uma tabela, coletada digitalmente no próprio departamento de Energia do governo norte-americano, que detalha o balanço energético total dos EUA entre os anos de 1950 até 2022. Para efeitos da análise, consideraremos até o ano de 2016, que marca o final do Governo Obama, período em que se encerra nossa análise e repousa a proposta de pesquisa, de que neste íterim (durante o Governo Obama), houve uma inflexão nesta relação de amizade entre Arábia Saudita e Estados Unidos, pelas razões que já estamos indicando e aprofundaremos no próximo capítulo (FUSER, 2005).

Na sequência, apresentamos o gráfico, da mesma fonte do governo dos EUA, a EIA, que trata especificamente da produção de petróleo bruto nos EUA. O gráfico oferece uma visão histórica, com a evolução dessa produção desde meados do século XIX até os anos mais recentes. A curva no gráfico permite observar tendências significativas, como o crescimento inicial, o pico de produção atingido por volta dos anos 1970, o subsequente declínio e a notável recuperação e crescimento observados a partir de meados dos anos 2000, o que contribui com a hipótese defendida nesta tese, de que durante o governo Obama, a aliança entre Arábia Saudita

e EUA sofreu a primeira inflexão, como será analisado no próximo capítulo. Os dados apresentados abaixo, fornecem uma visão geral do balanço energético dos EUA em diferentes tipos de energia ao longo das décadas, enquanto o gráfico seguinte resume a trajetória da produção doméstica de petróleo bruto nos EUA

**Tabela 2 - Consumo e produção de energia (EUA)**

	Production				Trade			Stock Change and Other <sup>d</sup>	Consumption			
	Fossil Fuels <sup>a</sup>	Nuclear Electric Power	Renewable Energy <sup>b</sup>	Total	Imports	Exports	Net Imports <sup>c</sup>		Fossil Fuels <sup>e</sup>	Nuclear Electric Power	Renewable Energy <sup>b</sup>	Total <sup>f</sup>
1950 Total .....	32.553	0.000	1.907	34.460	1.913	1.465	0.448	-1.380	31.615	0.000	1.907	33.527
1955 Total .....	37.347	.000	1.821	39.168	2.790	2.286	.504	-.457	37.380	.000	1.821	39.215
1960 Total .....	39.855	.006	1.830	41.691	4.188	1.477	2.710	-.458	42.091	.006	1.830	43.942
1965 Total .....	47.205	.043	2.008	49.256	5.892	1.829	4.063	-.754	50.515	.043	2.008	52.565
1970 Total .....	59.152	.239	2.289	61.681	8.342	2.632	5.709	-1.354	63.501	.239	2.289	66.036
1975 Total .....	54.697	1.900	2.544	59.141	14.032	2.323	11.709	-1.062	65.323	1.900	2.544	69.788
1980 Total .....	58.979	2.739	3.445	65.164	15.796	3.695	12.101	-1.227	69.782	2.739	3.445	76.038
1985 Total .....	57.502	4.076	4.018	65.595	11.781	4.196	7.584	1.088	66.035	4.076	4.018	74.268
1990 Total .....	58.523	6.104	3.863	68.490	18.817	4.752	14.065	-.299	72.281	6.104	3.863	82.256
1995 Total .....	57.496	7.075	4.295	68.866	22.180	4.496	17.684	2.118	77.162	7.075	4.297	88.668
2000 Total .....	57.307	7.862	4.093	69.262	28.865	3.962	24.904	2.528	84.620	7.862	4.096	96.694
2005 Total .....	54.995	8.161	4.220	67.376	34.659	4.462	30.197	.527	85.623	8.161	4.233	98.101
2010 Total .....	58.159	8.434	5.943	72.536	29.866	8.176	21.690	.916	80.723	8.434	5.896	95.142
2011 Total .....	60.529	8.269	6.404	75.202	28.748	10.373	18.375	-.389	79.263	8.269	6.308	93.966
2012 Total .....	62.298	8.062	6.187	76.547	27.068	11.267	15.801	-.670	77.304	8.062	6.150	91.677
2013 Total .....	64.180	8.244	6.561	78.985	24.623	11.788	12.835	2.433	79.224	8.244	6.587	94.253
2014 Total .....	69.599	8.338	6.833	84.769	23.241	12.270	10.971	-.409	80.017	8.338	6.796	95.332
2015 Total .....	70.171	8.337	6.840	85.347	23.794	12.902	10.892	-1.761	79.090	8.337	6.823	94.478
2016 Total .....	65.442	8.427	7.179	81.048	25.378	14.119	11.259	1.776	78.319	8.427	7.110	94.083
2017 Total .....	68.488	8.419	7.495	84.403	25.458	17.946	7.512	1.971	77.901	8.419	7.374	93.886
2018 Total .....	75.798	8.438	7.736	91.972	24.833	21.224	3.610	1.815	81.281	8.438	7.526	97.396
2019 Total .....	81.405	8.452	7.745	97.601	22.865	23.476	-.610	-.396	80.425	8.452	7.586	96.595
2020 Total .....	76.155	8.251	7.454	91.860	19.988	23.464	-3.476	.487	73.169	8.251	7.290	88.871
2021 Total .....	77.987	8.131	7.808	93.926	21.455	25.071	-3.616	3.054	77.454	8.131	7.645	93.364
2022 Total .....	82.225	8.061	8.324	98.610	21.507	27.335	-5.828	2.057	78.529	8.061	8.107	94.838

Fonte: EIA. Disponível em: < [https://www.eia.gov/totalenergy/data/monthly/pdf/sec1\\_3.pdf](https://www.eia.gov/totalenergy/data/monthly/pdf/sec1_3.pdf) > Acesso em 20-02-2025.

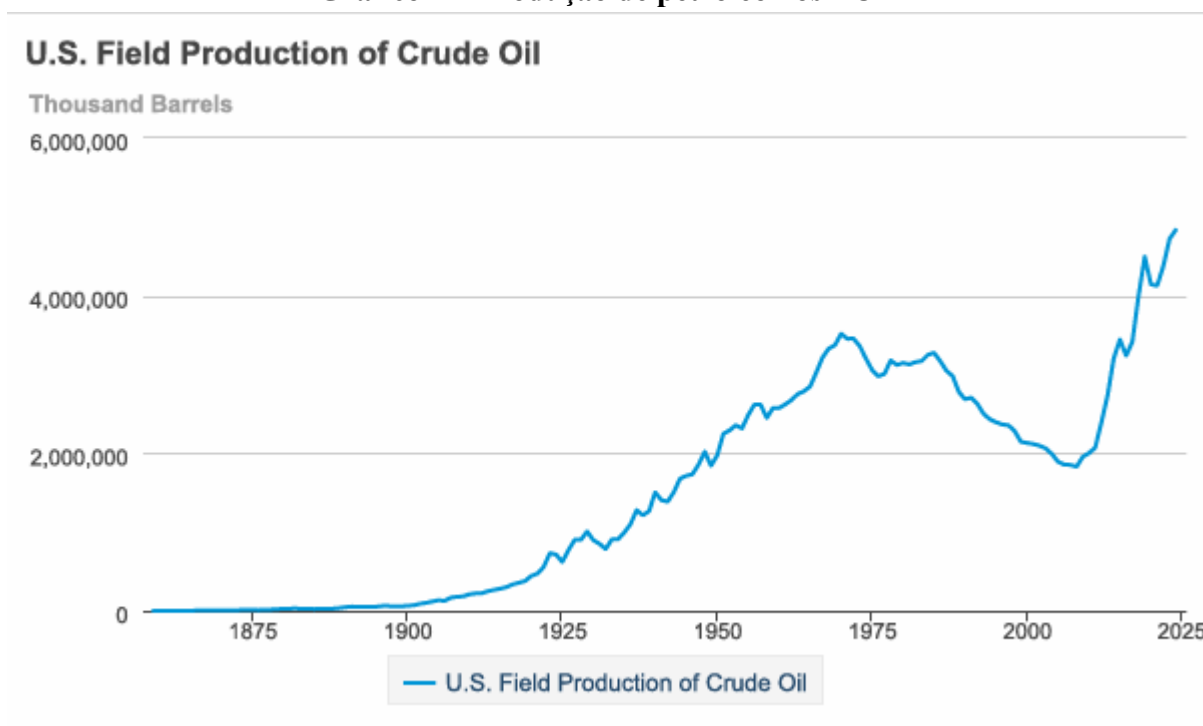
Como se observa, em 1950, a produção total de combustíveis fósseis nos EUA era de 32.553 unidades (os dados energéticos dos EUA frequentemente usam Quadrilhões de BTUs<sup>20</sup>). A produção mostrou um aumento constante nas décadas seguintes. Em 1960, já havia subido para 39.855, e em 1970 atingiu 44.099. O crescimento foi acelerado entre 1970 e 1980, quando a produção saltou para 59.152, representando a ascensão da produção industrial em nível global dos EUA. O crescimento continuou e atingiu 61.681 em 1990. Este período reflete o aumento

<sup>20</sup> Nos EUA, BTU significa 'British Thermal Unit' (Unidade Térmica Britânica) e é a unidade de medida utilizada para quantificar energia.

na exploração e uso de fontes fósseis para atender à crescente demanda energética do país. Após o pico relativo em 1990, a produção de combustíveis fósseis mostrou alguma variação (FUSER, 2005).

Em 2000, houve uma ligeira queda, mas a partir de 2009, houve forte retomada e aceleração no crescimento da produção de combustíveis para gerar energia. Em 2011, a produção já havia subido para 57.376. O crescimento foi contínuo e acentuado nos anos seguintes e em 2016, a produção atingiu 77.588 unidades. Este aumento na última parte do período analisado (2009-2016) é particularmente notável e reflete mudanças na indústria energética, neste caso, especialmente o petróleo, com o desenvolvimento de novas tecnologias de extração por empresas e governo estadunidense e em parcerias com México e Canadá (YERGIN, 2020, p.898).

**Gráfico 1 – Produção de petróleo nos EUA**



Fonte: U.S. Energy Information Administration - EIA<sup>21</sup>

Observa-se, inicialmente, um crescimento gradual e constante na produção, especialmente a partir do início do século XX, refletindo o desenvolvimento da indústria petrolífera no país. A trajetória ascendente atinge um pico expressivo por volta do início da década de 1970, marcando o apogeu da produção de campo de petróleo nos Estados Unidos

<sup>21</sup> Link de Acesso: < [https://www.eia.gov/totalenergy/data/monthly/pdf/sec1\\_3.pdf](https://www.eia.gov/totalenergy/data/monthly/pdf/sec1_3.pdf) > Acesso em 20-02-2025.

naquele período. Contudo, após esse máximo histórico, o gráfico revela um declínio substancial e prolongado na produção, uma tendência que persistiu por várias décadas. Este declínio representa um período de desafios para a produção doméstica de petróleo no país e as crises do petróleo em 1973 e 1979 (YERGIN, 2020; FUSER, 2005).

Contudo, a recuperação e o subsequente crescimento que se iniciam a partir de meados dos anos 2000, é expressiva. Esta fase aponta uma revitalização significativa da produção de petróleo nos EUA, alterando a trajetória de declínio anteriormente estabelecida. Em suma, o gráfico constitui uma representação visual concisa da história da produção doméstica de petróleo bruto dos EUA, destacando os momentos cruciais de crescimento, pico, declínio e ressurgimento, que acontece justamente em meados da primeira para a segunda década dos anos 2000. O que, mais uma vez, corrobora com a hipótese defendida nesta tese, de que durante o governo Obama, a aliança entre Arábia Saudita e EUA sofreu sua primeira inflexão (YERGIN, 2020, 875).

### **3.9 Considerações finais do capítulo**

Neste capítulo, buscamos mostrar a complexa evolução das relações energéticas entre a Arábia Saudita e os EUA, revelando como a busca por controle sobre as vastas riquezas petrolíferas saudita moldou dinâmicas geopolíticas duradouras. Inicialmente, após uma tentativa frustrada com uma empresa britânica, a Arábia Saudita, sob a liderança do Rei Abdulaziz, fez uma escolha estratégica ao se voltar para as companhias petrolíferas estadunidenses. Essa decisão visava equilibrar a hegemonia britânica na região do Golfo e estabelecer a base para futuras relações com os EUA.

A concessão original à *Standard Oil of California* (SoCal), posteriormente expandida para incluir a *The Texas Company* (Texaco), a *Standard Oil of New Jersey* (Exxon) e a *Socony Vacuum* (Mobil), culminou na formação da *Arabian American Oil Company* (Aramco). A descoberta de campos gigantes, como Dammam No. 7 e o vasto campo de Ghawar, solidificou a posição da Aramco como central no abastecimento global de petróleo. Negociações subsequentes, como o Acordo Offshore e a concessão na Zona Neutra com a Getty Oil, revelaram a crescente capacidade do Reino em garantir termos mais favoráveis para si.

Um ponto de virada crucial ocorreu em 1950, quando o Rei Abdulaziz, inspirado por modelos como o da Venezuela, exigiu e obteve um acordo de partilha de lucros paritário (50% para cada) com a Aramco. Este acordo não apenas aumentou significativamente a receita do Estado saudita, mas também se tornou um modelo para outros países produtores na região. O

processo de nacionalização da Aramco, iniciado nos anos 1970 com aquisições graduais de participação (25%, 60%, 100%), culminou em 1988 com a criação da Saudi Aramco, uma empresa totalmente estatal. É importante observar que essa transição foi gradual e negociada, permitindo a manutenção da eficiência operacional e da expertise técnica, em contraste com processos diversos em outros lugares.

Paralelamente à evolução da Aramco, a formação da OPEP em 1960, com a Arábia Saudita como membro fundador, marcou uma mudança estrutural no mercado petrolífero global. Criada em resposta à dominação das "Sete Irmãs" e à decisão unilateral das companhias de reduzir preços, a OPEP permitiu aos países produtores reaverem o controle sobre seus recursos. A escolha de Viena como sede permanente da Organização em 1965 refletiu a busca por um ambiente neutro em meio a tensões geopolíticas.

As crises do petróleo de 1973 e 1979 foram momentos decisivos para mostrar a influência da OPEP e, em particular, o papel central da Arábia Saudita. Em 1973, a Arábia Saudita liderou o embargo petrolífero árabe em resposta ao apoio ocidental a Israel, elevando drasticamente os preços e evidenciando o petróleo como arma política. Em 1979, a crise desencadeada pela revolução iraniana causou uma queda na oferta, e a Arábia Saudita atuou como estabilizadora ao aumentar sua produção. Através dessas crises, a Arábia Saudita consolidou sua posição como líder *de facto* da OPEP, utilizando sua vasta capacidade de produção como "produtor controlador" para influenciar a estabilidade de preços e a longevidade do petróleo.

A revolução iraniana de 1979 também teve impacto profundo nas relações EUA-Arábia Saudita. A derrubada do Xá, um aliado estratégico dos EUA, e as subsequentes sanções contra o Irã, levaram os EUA a interromperem suas importações de petróleo iraniano. Como resultado, os EUA redirecionaram sua dependência para a Arábia Saudita, que se tornou o principal fornecedor para o mercado estadunidense. Os dados estatísticos da EIA confirmam essa drástica transição, com as importações sauditas para os EUA aumentando significativamente após 1979, enquanto as iranianas caíam a zero.

Este panorama histórico revela a formação de uma complexa e interdependente relação estratégica entre os EUA e a Arábia Saudita, ancorada na segurança energética e na geopolítica do petróleo. A Arábia Saudita emergiu como o parceiro energético mais importante dos EUA no Oriente Médio, desempenhando papel crucial na estabilização do mercado global.

No entanto, as bases que sustentavam essa relação começaram a mostrar sinais de mudança nas décadas seguintes. Embora a Arábia Saudita continuasse a ser o principal fornecedor, o horizonte energético interno dos EUA estava prestes a passar por uma

transformação notável. Houve um declínio após o pico dos anos 1970, mas que também aponta para uma recuperação e crescimento significativo a partir de meados dos anos 2000. Este ressurgimento da produção doméstica, que se aceleraria durante o período do Governo Obama, sugere que a dependência americana do petróleo estrangeiro, e consequentemente a dinâmica da relação com a Arábia Saudita, poderia estar à beira de uma inflexão. Dedicaremos o próximo capítulo para explorar como essa mudança no cenário energético interno dos EUA, entre outros fatores, impactou e redefiniu as relações entre os EUA e a Arábia Saudita durante o governo Obama.

## **4 A INFLEXÃO NA ALIANÇA ENTRE ARÁBIA SAUDITA E EUA, DURANTE O GOVERNO OBAMA**

Neste capítulo primeiramente buscaremos analisar a relação do presidente Obama no Oriente Médio, e a contínua instabilidade política nos Estados produtores de petróleo. Também apresentaremos a nova estratégia energética do governo de Barack Obama, a ascensão do xisto, como alternativa ao petróleo importado dos países do Golfo Pérsico. Almeja-se oferecer uma visão clara sobre esse breve período na aliança entre os dois países, em decorrência da busca por mais autonomia no âmbito do provimento energético, considerando a produção nacional de petróleo do xisto, que os EUA esperavam superar a necessidade de importação de petróleo estrangeiro.

Mesmo que essa expectativa não tenha sido superada, pois os EUA continuam dependendo de petróleo estrangeiro, mesmo que majoritariamente do Canadá e México e depois, da Arábia Saudita. A partir destas observações, percebe-se que questões adjacentes foram remodelando a relação de amizade entre as duas nações. O tom que os chefes de Estado de cada país, passam a adotar é muito mais independente, diferente da parceria e concessão tácita que vigoraram nas décadas anteriores, como descrevemos nos capítulos anteriores.

### **4.1 A política externa de Barack Obama para o Oriente Médio (2009-2016)**

A gestão de Barack Obama (2009-2016) em relação ao Oriente Médio constituiu um período complexo, marcado por um padrão de instabilidade regional e ambiguidade na estratégia dos EUA. É consenso na literatura que o Oriente Médio (de forma exemplar, GAUSE III, 2003, VITALIS, 2008, LONG, 2010, FROMKIN, 2011) é uma das regiões mais sensíveis para os EUA. As ações estadunidenses na região alternaram-se entre intervenção militar direta, ingerência político-econômica e esforços diplomáticos, buscando projetar poder e estabelecer um mapa estratégico favorável à hegemonia, como pudemos observar na formação do Estado Saudita e, inclusive, quando estudamos a implantação de um programa de cooperação econômica (Lend Lease) para o país, durante o ano de 1943. Porém, a questão da instabilidade no Oriente Médio foi agravada pelos atentados de 11 de setembro de 2001, que levaram o governo de George W. Bush a desencadear a Guerra contra o terror. (PECEQUILO; FORNER, 2019).

Pecequilo e Forner (2019), afirmam que a retórica de Obama promoveu uma mudança, introduzindo o conceito de "Poder Inteligente" (*Smart Power*), que buscava equilibrar a força

militar, ideológica e institucional, assim como promover uma liderança cooperativa. O governo chegou a declarar o encerramento oficial da guerra ao terror, alterando a nomenclatura das operações para *Overseas Contingency Operations* e preferindo a expressão "guerra contra o extremismo violento".

Um ponto de virada inicial foi o discurso de Obama no Cairo, Egito, em 2009, ao buscar uma reaproximação com o mundo muçulmano, ele se comprometeu com a reconciliação e a democratização regional. Contudo, a postura tornou-se mais cuidadosa a partir de 2011, à luz da Primavera Árabe que começou a desafiar aliados tradicionais dos EUA. Este período abriu caminho para novas crises, como na Síria e Líbia, além de complicar as relações com o Irã e a questão Israel-Palestina, e por fim, testemunhou a ascensão do Estado Islâmico (EI) (GAUSE III, 2017).

A Primavera Árabe, à qual voltaremos adiante, representou um desafio ainda maior. Em países como o Egito, os EUA inicialmente apoiaram a transição política que levou à queda de Hosni Mubarak, mas enfrentaram um revés com o golpe militar subsequente (GAUSE III, 2017). Na Líbia, a intervenção ocidental em 2011, baseada na "Responsabilidade de Proteger", levou à queda de Muammar Gaddafi, mas o país mergulhou em fragmentação e conflitos de milícias, aumentando fluxos de refugiados e fortalecendo grupos extremistas na região (PECEQUILO; FORNER, 2019). A guerra civil na Síria tornou-se um "assunto não resolvido". Apesar de defender a saída de Bashar al-Assad, Obama relutou em intervir militarmente por terra, uma decisão que, embora alinhada com a opinião pública doméstica, foi vista por alguns como fraqueza que permitiu a atuação de outras potências como Irã, Turquia e Rússia (GAUSE III, 2017).

As relações EUA-Israel, apesar de "ruídos" sobre um suposto afastamento, mantiveram sua natureza especial. O processo de paz Israel-Palestina permaneceu estagnado, com a continuidade da política de assentamentos israelenses e o enfraquecimento da Autoridade Nacional Palestina (ANP). Houve divergências entre Obama e Netanyahu, motivadas pelas prioridades estadunidenses na região (como o acordo com o Irã) que afetavam Israel. Contudo, Obama manteve o compromisso com a segurança de Israel, fornecendo mais armas e recursos que seus antecessores, e não apoiou iniciativas significativas para a paz mediada, como o pedido palestino de adesão plena à ONU (GAUSE III, 2017). No fim de seu mandato, os EUA se abstiveram em uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que condenava os assentamentos judeus na Palestina (PECEQUILO; FORNER, 2019).

Em poucas palavras, o legado de Obama no Oriente Médio, de acordo com Pecequilo e Forner (2019), apresenta uma combinação de continuidade e mudança. Houve continuidade no

sentido de não promover um pleno desengajamento, mantendo efetivos militares através de acordos bilaterais, e “declarar guerra” (PECEQUILO; FORNER, 2019, p.114) contra a expansão do grupo terrorista Estado Islâmico (EI) em meio à fragmentação regional. As descontinuidades incluem a mudança na retórica da guerra ao terror, o incremento novas de táticas, como o uso de drones e uma nova abordagem em relação ao Irã. Apesar dos ajustes estratégicos e táticos, o Oriente Médio permaneceu um pivô geopolítico prioritário para os EUA. No entanto, as estratégias adotadas não resultaram em estabilidade regional, não impedindo a propagação da violência e seus subprodutos, como a crise dos refugiados.

#### **4.2 A relação estratégica entre EUA e Arábia Saudita sob a presidência de Barack Obama (2009-2016): entre a continuidade e as tensões emergentes**

A relação bilateral entre EUA e Arábia Saudita, analisada no período de 2001 a 2016, é descrita como um elemento-chave na defesa dos interesses estratégicos estadunidenses no Oriente Médio. Segundo Gastaldi e Mendonça (2019), essa importância deriva da capacidade produtiva e de exportação de petróleo da Arábia Saudita, seu papel como comprador significativo de armamentos dos EUA e sua posição na balança de poder regional. Os autores argumentam que a Arábia Saudita atua como um pilar fundamental para o exercício do poder global dos EUA, mantendo uma relação de interdependência estrutural. A presidência de Barack Obama (2009-2016), inserida nesse contexto temporal, foi marcada por uma dinâmica complexa que, embora mantendo os laços estratégicos tradicionais, presenciou o surgimento de tensões e divergências significativas, influenciadas por transformações no panorama energético global e mudanças geopolíticas.

Um dos eixos centrais da relação, a dimensão energética, passou por mudanças profundas durante o governo Obama. Historicamente, a aliança se baseava na dependência dos EUA do petróleo saudita como fornecedor estável. Contudo, a ascensão do xisto nos EUA, como alternativa ao petróleo importado dos países do Golfo Pérsico alterou drasticamente essa dinâmica. Entre 2009 e 2016, a produção de petróleo de xisto nos EUA teve um crescimento exponencial, levando a uma redução significativa na dependência de importações (GAUSE III, 2017). Embora a Arábia Saudita tenha mantido uma participação relativamente estável nas importações americanas, principalmente para refinarias adaptadas ao seu óleo pesado, sua importância relativa diminuiu. Essa nova realidade energética foi percebida como conferindo a Obama "maior margem de manobra geopolítica", permitindo, por exemplo, a imposição de sanções ao petróleo iraniano sem temor de escassez global (GASTALDI; MENDONÇA, 2019).

O eixo da segurança e a venda de armamentos permaneceram como pilares robustos da relação. Os EUA permaneceram como o principal fornecedor de armamento avançado para a Arábia Saudita. Entre 2014 e 2018, o país foi o maior cliente da indústria de armas estadunidenses, adquirindo 22% das exportações totais dos EUA e representando 68% das importações sauditas nesse período (GATALDI; MENDONÇA, 2019). Durante o mandato de Obama, foram realizadas vendas de armas totalizando mais de US\$ 115 bilhões. Esta dinâmica reforça a dependência no setor, na qual o Reino Saudita desempenha um papel relevante na compra de excedentes do complexo industrial-militar estadunidense.

Apesar da continuidade nos pilares tradicionais, o governo Obama enfrentou tensões crescentes com Riade. As divergências sobre a relação com o Irã, especialmente após a assinatura do acordo nuclear (JCPOA) em 2015, foram fontes primárias de atrito. A Arábia Saudita percebeu a aproximação diplomática de Obama com Teerã como uma ameaça aos seus interesses de segurança regional, sentindo-se traída. A Primavera Árabe também gerou respostas divergentes; enquanto os EUA apoiaram cautelosamente movimentos democráticos em alguns países, a Arábia Saudita priorizou a manutenção da estabilidade regional, apoiando regimes autoritários. Diferenças sobre a política para a Síria, com a Arábia Saudita criticando a relutância de Obama em intervir com força contra Bashar al-Assad, também tensionaram os laços (GAUSE III, 2017). Essas divergências políticas e a percepção de um certo "desengajamento" dos EUA na região, simbolizado pelo "pivô para a Ásia", e a retirada de tropas do Iraque em 2011, geraram dúvidas entre os sauditas sobre a confiabilidade norte-americana (GAUSE III, 2017).

Nesse contexto, a questão dos direitos humanos, embora levantada em caráter privado por Obama, era frequentemente subordinada aos imperativos estratégicos. Barack Obama (CNN 2015 *apud* Gastaldi, Medonça, 2019), ao abordar essa complexidade, declarou: "Por vezes, temos que equilibrar nossa necessidade de falar com eles sobre questões de direitos humanos com as preocupações imediatas que temos em termos de combate ao terrorismo ou de lidar com a estabilidade regional." Essa fala, citada no artigo de Gastaldi e Mendonça (2019), ilustra a *realpolitik* que moldava a abordagem de Obama em relação ao Reino Saudita. Apesar das tensões, áreas de cooperação, como o combate ao Estado Islâmico (EI) e o apoio logístico à coalizão liderada pela Arábia Saudita na Guerra do Iêmen, continuaram a existir.

Em síntese, a era Obama representou uma fase de transição nas relações EUA-Arábia Saudita. A interdependência estrutural baseada em petróleo e armas, permaneceu como alicerce, mas as transformações energéticas globais e as divergências geopolíticas introduziram novas complexidades e tensões. Embora a aliança tenha sobrevivido, o período semeou incertezas e

preparou o terreno para recalibrações futuras, com a Arábia Saudita buscando maior autonomia e diversificando seus laços, por isso, percebemos a relação entre ambos como inflexão, já que essa condição jamais foi experimentada ao longo da histórica parceria entre os dois países. Para facilitar a compreensão sobre as sutilezas de tais mudanças, avaliaremos alguns movimentos diplomáticos conforme exposto nos itens a seguir.

### **4.3 A visita de Barack Obama à Arábia Saudita em 2014 sob a lente saudita**

A fonte para a análise deste momento está no relatório<sup>22</sup> sobre a visita do presidente estadunidense à Arábia Saudita, disponibilizado pelo Centro Árabe para pesquisa e estudo de políticas (ACRPS - Arab Center for Research and Policy Studies), localizado em Doha, no Catar e a íntegra do relatório está disponível no endereço virtual, conforme nota de rodapé. Ao utilizarmos esse relatório ao longo deste item, usaremos o padrão NOME/ANO, ACRPS, que é a abreviatura oficial do centro de pesquisa e o ano de publicação do relatório, que foi o mesmo da visita: ACRPS, 2014.

A visita de Barack Obama a Riade, em 28 de março de 2014, para encontrar o Rei Abdullah bin Abdulaziz, ocorreu em um contexto de tensão crescente nas relações bilaterais que marcou os três anos anteriores. Essa deterioração foi multifacetada, originando-se na falta de confiança saudita na proteção militar americana após as revoluções da Primavera Árabe. O Reino Saudita deixou claro seu descontentamento sobre a maneira como os EUA abandonaram rapidamente seu antigo aliado egípcio, Hosni Mubarak, em 2011, percebendo na atitude uma indicação da capacidade da administração estadunidense em abandonar aliados próximos na região, de acordo com o relatório sobre a visita presidencial (ACRPS, 2014). Além disso, a Arábia Saudita manifestou desagrado com a posição dos EUA sobre os protestos no Bahrein em 2011, que o Reino e outras nações do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) viram como incitação iraniana à comunidade muçulmana xiita no Golfo, levando a uma intervenção militar liderada por sauditas para reprimir os protestos, ignorando a condenação dos EUA (GAUSE III, 2017)

Outro fator de atrito foi a hesitação americana em apoiar a Revolução Síria, o único levante popular apoiado pelo Reino Saudita (apoio este relacionado à sua luta contra o Irã, e não à crença nas demandas revolucionárias sírias). A neutralidade de Obama, diante do caos

---

<sup>22</sup>Relatório Obamas's visit to Saudi Arabia. Assesment Report. ACRPS, abril, 2014. Link de acesso ao documento: <[https://www.dohainstitute.org/en/lists/ACRPS-PDFDocumentLibrary/Obamas\\_Visit\\_to\\_Saudi\\_Arabia.pdf](https://www.dohainstitute.org/en/lists/ACRPS-PDFDocumentLibrary/Obamas_Visit_to_Saudi_Arabia.pdf)> Acesso em 17-01-2025. O documento na íntegra encontra-se em Anexos, identificado como ANEXO 'O'.

instaurado na Síria, alimentou ainda mais o desagrado saudita, particularmente após sua administração falhar em implementar um ataque punitivo contra as forças do regime sírio depois que estas violaram abertamente a "linha vermelha" de Washington contra o uso de armas químicas (ACRPS, 2014). As tensões atingiram o auge em novembro anterior, quando os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, juntamente com a Alemanha (P5+1), chegaram a um acordo transitório com o Irã para impor restrições ao seu programa nuclear em troca do relaxamento do bloqueio imposto ao país. Este acordo surpreendeu a Arábia Saudita, pois foi resultado de meses de negociações secretas entre os EUA e o Irã (YERGIN, 2020).

A descoberta de petróleo e gás em solo estadunidense, combinada com a consequente diminuição da dependência dos EUA do petróleo do Golfo, também influenciou na relação entre os dois países. Do ponto de vista saudita, a eventual autossuficiência dos EUA em petróleo poderia levar a um declínio na proteção militar na região, deixando os países aliados expostos, estratégica e militarmente, à influência iraniana. (YERGIN, 2020). A crise ucraniana e a anexação da Crimeia pela Rússia em março anterior, apesar dos avisos norte-americanos e europeus, aumentaram ainda mais os temores de que os EUA estivessem gradualmente se retirando da cena global sob a administração Obama, cuidando pouco dos interesses e preocupações de segurança de seus aliados, e abandonando um perigoso vácuo de poder. Este cenário foi visto como remanescente do que aconteceu com o Iraque após a retirada dos EUA no final de 2011, deixando-o aberto à influência iraniana – o principal inimigo geoestratégico da Arábia Saudita.

A visita de Obama a Riade ocorreu nesse contexto, reconhecendo os medos do Reino, os EUA pareciam empenhados em reafirmar sua lealdade à Arábia Saudita, mas não pareciam prontos para abandonar suas políticas sob quaisquer questões com as quais a Arábia Saudita discordava. De acordo com uma declaração da Casa Branca sobre a visita (ACRPS, 2014), o objetivo principal era discutir questões de segurança que eram mais urgentes para a região, incluindo as negociações nucleares com o Irã e a "guerra civil" na Síria, e que Obama não abordaria questões de liberdade religiosa e direitos humanos.

Gause III (2017), afirma que em relação ao Irã, funcionários da Casa Branca afirmaram que a visita reafirmou a importância das relações saudita-americanas e assegurou à Arábia Saudita que os EUA impediriam o Irã de possuir armas nucleares. Eles também reconheceram as atividades desestabilizadoras do Irã na região, tentando apaziguar os sauditas explicando que as negociações nucleares eram separadas dessas outras atividades regionais (ACRPS, 2014). O presidente insistiu que os EUA não se retirariam do Oriente Médio, nem o deixariam exposto a

outra potência, mas manteve a insistência em prosseguir com as negociações e a abertura que ele adotara com a nova administração iraniana, liderada pelo Presidente Hassan Rouhanib (GAUSE III, 2017).

Sobre a Síria, Gause III (2017), relembra que o Conselheiro Adjunto de Segurança Nacional dos EUA, Benjamin Rhodes, declarou que a administração Obama estava considerando expandir um programa para ajudar as forças de oposição síria "moderadas", fortalecer sua posição contra o regime e as correntes jihadistas. Rhodes observou que os EUA reforçaram sua coordenação e trabalho com a Arábia Saudita sobre a questão síria, e outros funcionários disseram que os dois países concordavam sobre a necessidade de uma transição política na Síria e apoio aos oponentes "moderados" de Assad. No entanto, o principal ponto de discórdia continuou sendo a recusa dos EUA em permitir que a Arábia Saudita fornecesse mísseis antiaéreos aos combatentes "moderados". Obama já havia expressado antes da visita a baixa probabilidade de sua administração mudar sua política para a crise síria, sugerindo que o conflito poderia durar "outra década"(ACRPS, 2014).

No que tange ao Egito, os EUA afirmaram seu interesse em alcançar a estabilidade e minimizar as disputas surgidas desde a derrubada de Hosni Mubarak. Embora os EUA não considerassem estritamente a derrubada de Morsi pelo exército egípcio como um golpe militar (para evitar o fim da ajuda militar), expressaram desagrado com o tratamento violento da Irmandade. Essa postura provocou a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos a fornecerem grande assistência financeira ao golpe e apoiar a candidatura de Abdul Fattah al-Sisi (GAUSE III, 2017). As divergências sobre o Egito diminuíram após a aceitação implícita dos EUA da candidatura "civil" de al-Sisi, com os EUA apenas exigindo que o Cairo se comprometesse com um roteiro que incluísse todos os segmentos da sociedade egípcia (GAUSE III, 2017).

O relatório (ACRPS, 2014) deixava claro que a disputa com os EUA girava em torno da preocupação de Riade com a retirada dos EUA de várias arenas internacionais, no entorno dos países árabes. A Arábia Saudita temia que o acordo dos EUA com o Irã fosse lhe prejudicar e via a hesitação dos EUA na Síria como evidência de fraqueza, aumentando a ansiedade sobre o compromisso de Washington com a segurança de seus aliados e a capacidade de depender do poder preventivo americano (GAUSE III, 2017). O rápido abandono de aliados pela administração Obama durante a Primavera Árabe, apenas reforçou essas suspeitas. A visita presidencial serviu como uma tentativa de acalmar os medos, reafirmar o compromisso dos EUA com a segurança da região do Golfo e a prevenção do controle iraniano. No entanto, não houve sinais de que os EUA adotariam políticas diferentes em relação ao Irã ou a seus aliados, especialmente na Síria (GAUSE III, 2017). Assim, a Arábia Saudita e os EUA teriam que

conviver com suas diferenças para manter a relação como aliados. No ano seguinte, em 2015, como veremos adiante, houve uma troca de mensagens entre o presidente estadunidense e o rei saudita, evidenciando o período de inflexão na relação, pois, os dois países começam a divergir e manifestar o esfriamento da parceria histórica.

#### **4.4 Análise da troca de mensagens entre o presidente Obama e o rei Salman (setembro de 2015)**

A troca de mensagens (Troca de mensagens - ANEXO L) entre o presidente Obama e o rei Salman bin Abdulaziz ocorrida em setembro de 2015, após a visita diplomática à Casa Branca, insere-se em um período complexo e tenso nas relações entre os dois aliados tradicionais. Além do discurso (Íntegra do discurso - ANEXO M) proferido pelo vice príncipe herdeiro Mohammed bin Salman bin Abdulaziz Al Saud, que naquele momento (2016) acumulava as funções de vice primeiro-ministro e ministro de defesa. Ao analisar as declarações dos dois líderes, pode-se perceber a sutileza da inflexão na aliança histórica, até então definida como relação especial (GAUSE III, 2019; VITALIS, 2006; POLLACK, 2002)

Gause III (2017) destaca que o presidente Obama iniciou suas declarações declarando o "grande prazer" em receber o rei Salman e a natureza "de longa data", "profunda e duradoura" da amizade entre os EUA e a Arábia Saudita. Ele reconheceu o "momento desafiador nos assuntos mundiais, particularmente no Oriente Médio" e listou uma série de questões de segurança, de preocupação mútua que seriam discutidas posteriormente, incluindo o caso do Iêmen (restaurar governo funcional e aliviar situação humanitária), Síria (chegar a um processo de transição política para acabar com o conflito), e a cooperação na luta contra o terrorismo, contra grupos como o Estado Islâmico. Obama também mencionou a importância de implementar o acordo nuclear com o Irã para garantir que este não viesse a ter arma nuclear, ao mesmo tempo em que se contrapõe às suas atividades desestabilizadoras na região (ANEXO L).

Além das questões de segurança, ele incluiu na agenda, a economia mundial e energia, além do aprofundamento da cooperação em áreas como educação, produção de energia limpa, ciência e as questões acerca das mudanças climáticas, ligando-as à prosperidade e oportunidade para os jovens sauditas. A postura de Obama, conforme suas declarações, foi de reafirmação dos laços, reconhecimento dos desafios compartilhados e delineamento de uma agenda ampla, com o objetivo de mostrar a relevância contínua da parceria (GAUSE III, 2017). Porém, deixa claro que o governo dos EUA não iria ceder, continuaria negociando pacificamente a questão

nuclear com o Irã, sinalizando uma possível trégua, inclusive; mesmo que tal postura representasse a completa insatisfação da monarquia saudita.

We continue to cooperate extremely closely in countering terrorist activity in the region and around the world, including our battle against ISIL. And we'll discuss the importance of effectively implementing the deal to ensure that Iran does not have a nuclear weapon, while counteracting its destabilizing activities in the region.<sup>23</sup> (OBAMA, B., 2015)

O rei Salman, por sua vez, iniciou sua mensagem destacando a visita como um "símbolo da profunda e forte relação", mencionou o caráter "histórico" desses laços, remetendo ao encontro entre o rei Abd al-Aziz e o presidente Roosevelt, em 1945. Enfatizou que a relação seguia benéfica "não apenas para nossos dois países, mas para o mundo inteiro e para nossa região", sublinhando a necessidade de "afirmar" e "aprofundar" essa relação e cooperação "em todos os campos" (ANEXO L).

Um ponto que pode ser interpretado como uma sutil expressão de ceticismo, ou a afirmação de uma postura mais independente por parte da Arábia Saudita, reside na fala do rei Salman sobre a economia. Ele declarou:

As you know, Mr. President, our economy is a free economy, and therefore we must allow opportunities for businesspeople to exchange opportunities, because if people see that there are common interests, they will further themselves the relations between them. And our relationship must be beneficial to both of us, not only on the economic field but on the political and military and defense field, as well<sup>24</sup>. (ABDULAZIZ, 2015, sublinhado nosso para enfatizar a inflexão na fala do rei)

Em um contexto em que as relações energéticas tradicionais EUA-Arábia Saudita passavam por uma transformação estrutural devido à expansão do xisto nos EUA, que reduziu a dependência americana do petróleo importado (e, conseqüentemente, segundo a percepção saudita, a proteção militar americana), a menção à "economia livre" pode ser vista menos como uma descrição literal e mais como um indicativo. Poderia sugerir que, assim como a "economia

---

<sup>23</sup> Continuamos a cooperar estreitamente no combate à atividade terrorista na região e em todo o mundo, incluindo nossa luta contra o Estado Islâmico. E discutiremos a importância de implementar o acordo de forma eficaz para garantir que o Irã não tenha armas nucleares, ao mesmo tempo em que neutralizamos suas atividades desestabilizadoras na região. (OBAMA, B., 2015, tradução nossa) Link de Acesso à mensagem na íntegra: <Remarks by President Obama and His Majesty King Salman bin Abd alAziz of Saudi Arabia Before Bilateral Meeting | whitehouse.gov>. Acesso em: 16-01-2025.

<sup>24</sup> Como sabe, Senhor Presidente, a nossa economia é uma economia livre e, portanto, devemos permitir que os empresários troquem oportunidades, porque se as pessoas perceberem que existem interesses comuns, fortalecerão as relações entre si. E a nossa relação deve ser benéfica para ambos, não apenas no campo econômico, mas também no político, militar e de defesa. (ABDULAZIZ, 2015, tradução nossa). Link de Acesso ao documento na íntegra: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/09/04/remarks-president-obama-and-his-majesty-king-salman-bin-abd-alaziz-saudi> Acesso em: 16-01-2025.

livre" dos EUA segue seus próprios interesses (levando, por exemplo, ao aumento da produção doméstica de petróleo e à revogação da proibição de exportação), a Arábia Saudita também orientaria suas relações econômicas (e, por extensão, estratégicas) com base em seus próprios interesses e na busca por "interesses comuns" tangíveis, não se limitando apenas a laços históricos ou expectativas unilaterais de proteção (ANEXO L).

Essa interpretação se alinha com a análise mais ampla apresentada nas fontes - discurso proferido pelo príncipe saudita Mohammed bin Salman bin Abdulaziz Al Saud 26 de abril de 2016 (ANEXO M) e texto acadêmico escrito por Gregory Gause III em 2015<sup>25</sup> - de que, durante o governo Obama, a Arábia Saudita começou a buscar maior autonomia, aprofundando laços com outras potências, como China, por exemplo e adotando uma política externa mais independente<sup>26</sup>.

The third pillar is transforming our unique strategic location into a global hub connecting three continents, Asia, Europe and Africa. Our geographic position between key global waterways, makes the Kingdom of Saudi Arabia an epicenter of trade and the gateway to the world. Our country is rich in its natural resources. We are not dependent solely on oil for our energy needs. Gold, phosphate, uranium, and many other valuable minerals are found beneath our lands (SALMAN, 2016, sublinhado nosso para enfatizar a inflexão na fala do Ministro).<sup>27</sup>

As divergências sobre o acordo nuclear com o Irã (visto como ameaça por Riade) e a política dos EUA na Síria (hesitação em intervir fortemente contra Assad, frustrando os sauditas) contribuíram para o descontentamento saudita e a percepção de um "desengajamento" dos EUA na região. A rápida retirada dos EUA do Iraque e a resposta americana à Primavera Árabe (percebida como abandono de aliados como Mubarak) reforçaram a ansiedade saudita sobre a confiabilidade de Washington (GAUSE III, 2016). Nesse contexto, a fala do rei Salman (ANEXO L), enfatizando o benefício mútuo, a cooperação em "todos os campos" (incluindo militar e defesa) e a orientação por "interesses comuns", pode ser lida como uma forma de

<sup>25</sup> GAUSE III, G. The Foreign Policy of Saudi Arabia, In: HINNEBUSCH, The Foreign Policies of Middle East States. London: Lynne Rienner Publishers, 2014.

<sup>26</sup> Em 2023, o presidente chinês, Xi Jinping, visitou a Arábia Saudita e, “durante a coletiva de imprensa, fez questão de dizer que ali começava uma nova era nas relações bilaterais” (CASTRO, 2023). Durante a visita presidencial, foram firmados contratos com investimentos em infraestrutura (aeroportos, portos, ferrovias, entre outras instalações), além do parque industrial (Jizan) no valor US\$ 50 bilhões. Além disso, os sauditas (ARAMCO) “assumiram o compromisso de enviar 690 mil barris de petróleo por dia para China, que, em troca, levará a tecnologia 5G de telefones celulares para o reino”. Esse acordo foi firmado entre a empresa chinesa de telecomunicações Huawei e a saudita Aramco e intermediado pelos governos chinês e saudita (Idem).

<sup>27</sup> “O terceiro pilar é transformar nossa localização estratégica única em um polo global que conecta três continentes: Ásia, Europa e África. Nossa posição geográfica entre as principais hidrovias globais torna o Reino da Arábia Saudita um epicentro do comércio e a porta de entrada para o mundo. Nosso país é rico em recursos naturais. Não dependemos apenas do petróleo para nossas necessidades energéticas. Ouro, fosfato, urânio e muitos outros minerais valiosos são encontrados em nossas terras.”(SALMAN, 2016, tradução nossa)

sinalizar que a Arábia Saudita estava ciente das mudanças na dinâmica bilateral e regional e agiria para garantir sua própria segurança e prosperidade, potencialmente diversificando parcerias ou agindo de forma mais independente, se e quando necessário (GAUSE III, 2016).

Apesar das tensões e da busca por autonomia saudita, a reunião também destacou áreas de cooperação contínua e de evolução da relação. Gause III (2017) destaca que Obama mencionou explicitamente a discussão sobre energia, a cooperação em energia limpa, ciência e mudança climática. Embora o relatório da visita de 2014 e as mensagens de 2015 não detalhem a cooperação em energia limpa em profundidade, essa parceria nas áreas de dessalinização da água do mar, envolvendo transferência de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento conjunto e investimentos mútuos, tem sido fundamental para a segurança hídrica saudita e o avanço tecnológico global (GAUSE III, 2016). A Arábia Saudita tem investido em projetos de energia solar para alimentar suas plantas de dessalinização, com apoio tecnológico dos EUA. Isso aponta que, mesmo em um cenário de mudança nas relações petrolíferas tradicionais, a parceria busca novas áreas de interesse mútuo, alinhadas com os objetivos sauditas de diversificação econômica e desenvolvimento.

Em suma, as declarações de Obama e Salman em setembro de 2015, lidas no contexto mais amplo das relações EUA-Arábia Saudita no governo Obama conforme delineado pelas fontes, revelam uma relação fundamentalmente estratégica e histórica, mas marcada por tensões palpáveis e interesses, por vezes, divergentes (ANEXO L). A ênfase de Obama na continuidade e na amplitude da cooperação contrasta com a fala mais direta do rei Salman sobre a necessidade de aprofundar a relação "em todos os campos" e a observação sobre a "economia livre", que pode ser interpretada como um sinal sutil da determinação saudita em buscar seus próprios interesses e maior autonomia em um cenário de incerteza sobre o compromisso e as prioridades de segurança dos EUA.

Embora a cooperação em áreas como contraterrorismo e na última década, energia limpa/tecnologia permaneça relevante, a reunião de 2015 reflete uma aliança em reconfiguração, na qual a Arábia Saudita, diante das complexidades regionais e da evolução da política externa norte-americana, busca assertivamente garantir sua posição e segurança de forma mais independente relativamente aos EUA. As diferenças persistentes sobre o Irã e a Síria continuariam a desafiar a relação, forçando ambos os países a "conviver com suas diferenças para manter a relação como aliados" (GAUSE III, 2017).

A questão da busca por mais autonomia energética dos EUA foi abordada na troca de mensagens, considerando a produção de petróleo e gás do xisto em território estadunidense. No próximo item, iremos abordar essa questão, com o intuito de reconhecer o processo de

construção e consolidação da força produtiva dos EUA para produzir energia, a partir do xisto e não somente do petróleo.

#### **4.5 A ascensão do xisto como alternativa ao petróleo importado do Golfo Pérsico: a maior variável explicativa para a inflexão na aliança EUA e Arábia Saudita**

A virada do século testemunhou uma transformação profunda no cenário energético global, impulsionada pelo surgimento da "era do xisto" nos EUA. Daniel Yergin (2020), analisou a ascensão do xisto neste país em sua obra intitulada *The New Map*, e afirma que isso redefiniu a posição energética e geopolítica do país, mudando paradigmas estabelecidos e alterando fluxos de comércio e poder. A exploração do xisto resultou de décadas de persistência e inovação, culminando em um boom de produção com consequências para a economia e a política externa estadunidense.

As estimativas de recursos recuperáveis nos EUA aumentaram significativamente, levando a projeções de reservas suficientes para "um século", como declarado pelo presidente Barack Obama em 2011 (YERGIN, 2020). A produção de gás cresceu tão rapidamente que trouxe uma queda acentuada nos preços. Esta abundância e o baixo custo subsequente mudaram fundamentalmente a matriz energética dos EUA (YERGIN, 2020). O setor de energia elétrica foi o mais afetado, com o gás natural substituindo o carvão como fonte dominante, impulsionando uma redução nas emissões de dióxido de carbono para níveis do início dos anos 1990 (YANOSEK, 2017).

Após o sucesso com o gás, a mesma abordagem foi aplicada à extração de petróleo de xisto, desempenhando um papel crucial na superação do ceticismo da indústria sobre a capacidade do petróleo de fluir através da rocha densa. A combinação de fraturamento hidráulico e perfuração horizontal abriu vastas novas áreas produtoras, como a formação Bakken, em Dakota do Norte e, notavelmente, a bacia Permian, no Texas e Novo México, convertendo-as na segunda maior área produtora de petróleo do mundo (YERGIN, 2020). Essa explosão na produção de petróleo de xisto impulsionou os EUA ao maior produtor de petróleo do mundo em 2018, ultrapassando a Arábia Saudita e a Rússia (YERGIN, 2020).

Sob a administração Obama, a extensão da ascensão do xisto como alternativa ao petróleo importado dos países do Golfo Pérsico tornou-se inegável. Embora a aprovação inicial de projetos de infraestrutura, como terminais de gás natural, tenha enfrentado obstáculos regulatórios e políticos, especialmente a oposição de alguns setores da indústria que temiam o aumento dos preços domésticos, a evidência da crescente abundância e dos baixos preços do

gás superou essas preocupações (YERGIN, 2020). A transição dos EUA de um potencial importador de gás natural para um novo exportador de gás foi um marco.

Um dos desenvolvimentos mais significativos durante o governo Obama, diretamente ligado à era do xisto, foi o debate e eventual fim da proibição de exportação de petróleo bruto dos EUA, que vigorava desde a crise do petróleo dos anos 1970 (YERGIN, 2020). Com o aumento massivo da produção de petróleo de xisto, a lógica da proibição, concebida em um tempo de escassez e dependência de importação, ficou obsoleta. A revogação da proibição foi aprovada pelo Congresso em dezembro de 2015, como parte de um acordo bipartidário, abrindo caminho para os EUA transformarem-se em um dos maiores exportadores de petróleo bruto do mundo (YANOSSEK, 2017).

Em suma, a era do xisto, impulsionada pela inovação tecnológica e pela persistência, transformou radicalmente a posição energética dos EUA durante o período 2009-2016, na administração Obama. O governo dos EUA não investiu diretamente na exploração de petróleo de xisto, isso foi feito pela indústria (YERGIN, 2020). No entanto, as consequências dessa revolução industrial sobre o xisto transformaram o tema em uma prioridade política. Durante o governo Obama, a crescente produção de xisto forçou o debate sobre as políticas de exportação, culminando na revogação da proibição de exportação de petróleo bruto em 2015, uma ação governamental significativa que consolidou a posição dos EUA como um grande *player* no mercado global de petróleo (YERGIN, 2020). Tal feito corrobora com a hipótese defendida nesta tese, qual seja: durante o Governo Obama, houve a inflexão da aliança especial com a Arábia Saudita e a produção de xisto é a principal variável para explicar o esfriamento das relações.

#### **4.6 A aproximação do governo dos EUA (Barack Obama) com o Irã por intermédio do Acordo nuclear**

A relação diplomática entre EUA e Irã permaneceu estagnada por um longo período, até que em março de 2013, o governo Obama iniciou uma série de conversas bilaterais secretas com oficiais iranianos em Omã (STERIO, M., 2016). Embora as informações públicas sobre a natureza exata dessas conversas fossem limitadas, o objetivo presumido da administração Obama era estabelecer a comunicação com a liderança iraniana, pavimentando o caminho para negociações formais de desarmamento nuclear, que estavam agendadas após as eleições iranianas de junho de 2013.

Um ponto de virada significativo ocorreu com a eleição de Hassan Rouhani, um político mais moderado e pragmático, como presidente do Irã em junho de 2013. Apenas três dias após sua posse, em agosto de 2013, Rouhani solicitou a retomada de negociações com o Ocidente sobre o programa nuclear iraniano. Em setembro de 2013, o Presidente Obama e Rouhani tiveram uma conversa telefônica, marcando o primeiro contato de alto nível entre líderes dos EUA e do Irã desde 1979 (GAUSE III, 2017). Além disso, o Secretário de Estado John Kerry encontrou-se com o ministro das Relações Exteriores iraniano, Mohammad Javad Zarif, sinalizando o início de negociações e uma possível cooperação entre os dois países (STERIO, M., 2016).

Essa série de aproximações culminou na assinatura de um acordo provisório sobre o programa nuclear iraniano, o Plano de Ação Conjunto, em 24 de novembro de 2013, em Genebra, Suíça. Os signatários incluíam os mesmos atores que posteriormente seriam parte do acordo final: EUA, Rússia, Grã-Bretanha, França, China, União Europeia e Irã. Este acordo provisório previa uma suspensão de curto prazo de partes do programa nuclear do Irã em troca da diminuição de sanções econômicas, enquanto os países trabalhavam para um acordo de longo prazo. O Acordo Provisório foi formalmente implementado em 20 de janeiro de 2014.

Após o acordo provisório, todas as partes relevantes concordaram em continuar as conversas com o objetivo de alcançar um acordo no longo prazo. Um acordo inicial foi alcançado em 2 de abril de 2015, em Lausanne, Suíça, no qual o Irã concordou provisoriamente em aceitar restrições em seu programa nuclear por pelo menos uma década e em se submeter a um regime de inspeções internacionais aprimorado (STERIO, M., 2016). As negociações finais e mais conflituosas, ocorreram ao longo de dezessete dias em Viena, resultando no acordo atual, assinado em 14 de julho de 2015.

#### 4.6.1 O acordo nuclear com o Irã (*Joint Comprehensive Plan of Action - JCPOA*)

O acordo histórico, conhecido como *Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA)*<sup>28</sup>, foi assinado em 14 de julho de 2015, em Viena, pelo Irã, EUA, Grã-Bretanha, França, Alemanha, China, Rússia e o Alto Representante da União Europeia para Assuntos Estrangeiros e Política de Segurança. É um documento extenso, com mais de cem páginas e cinco anexos, notável pelo seu nível de detalhe e minúcia sem precedentes em comparação com outros acordos de não proliferação nuclear históricos.

---

<sup>28</sup> Link de acesso ao Acordo: <https://2009-2016.state.gov/e/eb/tfs/spi/iran/jcpoa/>. Acesso em 18-04-2024.

A essência do acordo *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA) reside na obrigação do Irã de conter seu programa nuclear em troca do levantamento de sanções impostas pelas Nações Unidas contra o país. Os principais compromissos do Irã no Acordo tratavam da redução do estoque de urânio enriquecido. Neste ponto, o Irã concordou em diminuir seu estoque de urânio levemente enriquecido em 98%, uma redução que se manteria por quinze anos. Sobre o nível de enriquecimento, pelo mesmo período de quinze anos, o Irã será limitado a enriquecer urânio a 3,67%, uma porcentagem suficiente para energia nuclear civil e pesquisa, mas insuficiente para a construção de armas nucleares (JCPOA, 2015). Enquanto sobre as centrífugas, o Irã concordou em colocar mais de dois terços de suas centrífugas em armazenamento e limitar qualquer capacidade de enriquecimento apenas à planta de Natanz, que será monitorada pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Essa limitação permanecerá por dez anos (JCPOA, 2015). Acerca das novas instalações de enriquecimento, o JCPOA, 2015, demonstra que o Irã se comprometeu a não construir novas instalações de enriquecimento de urânio por quinze anos.

No campo de pesquisa e desenvolvimento, o Irã continua com os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento em enriquecimento, mas estes serão restritos à instalação de Natanz e sujeitos a limitações específicas pelos primeiros oito anos (JCPOA, 2015). Outro compromisso assumido pelo governo iraniano diz respeito ao fim do enriquecimento de urânio na instalação de Fordow, por pelo menos quinze anos. No lugar, Fordow será convertida em um centro de física e tecnologia nuclear. A localização subterrânea de Fordow havia sido motivo de preocupação internacional devido à crença de que o Irã estaria enriquecendo urânio clandestinamente no local (idem). Para assegurar o compromisso com o governo norte-americano, o Irã implementaria um acordo de Protocolo Adicional, que continuaria indefinidamente, enquanto o Irã permanecer parte do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Essa aceitação era crucial para a continuidade das provisões de monitoramento e verificação após a implementação completa do acordo nuclear (JCPOA, 2015).

Por fim, o regime de inspeção e verificação da AIEA também foi detalhado pelo governo Obama e o Irã concordou com um regime abrangente de inspeção e verificação pela Agência. A AIEA teria acesso contínuo de monitoramento aos locais nucleares declarados do Irã, como Natanz e Fordow. A equipe de inspeção da AIEA seria ampliada de 50 para 150 inspetores. O acordo JCPOA, 2015, também autorizava a AIEA a usar tecnologias de monitoramento sofisticadas, incluindo selos de fibra óptica que enviam informações eletronicamente, imagens de satélite infravermelhas para detectar locais secretos, sensores ambientais para detectar sinais

mínimos de partículas nucleares, câmeras resistentes a violação e radiação, programas computadorizados de contabilidade para detectar anomalias, e grandes conjuntos de dados sobre importações iranianas para monitorar itens de dupla utilização. Além dos locais declarados, os inspetores da AIEA também poderão solicitar acesso a instalações nucleares não declaradas (JCPOA, 2015).

De acordo com Milena Sterio (2016), o acordo prevê um procedimento de resolução de disputas, caso uma parte suspeite que o Irã não esteja cumprindo os termos. Se houver uma disputa sobre o cumprimento das obrigações por parte do Irã, o Conselho de Segurança da ONU votaria uma resolução para manter o levantamento das sanções. O que o governo Obama chamou de "*snap-back* sanctions" (sanções de retorno automático) implica que, se o Conselho de Segurança não agir em 30 dias após uma parte (não o Irã) levantar uma questão, todas as sanções relacionadas ao programa nuclear do Irã anteriores ao JCPOA(2015) seriam automaticamente reimpostas. Isso confere aos EUA e aos estados da UE no P5+1 a capacidade de vetar o alívio contínuo das sanções, enquanto a Rússia e a China não podem vetar o retorno ao estado anterior. Em troca de seu cumprimento, o Irã se beneficiaria da suspensão e término de várias sanções econômicas e nucleares. Nenhuma nova sanção nuclear ou medida restritiva das Nações Unidas ou da União Europeia seria imposta. Após a AIEA emitir um relatório verificando a implementação das medidas nucleares pelo Irã, as sanções da ONU e algumas sanções da UE seriam encerradas ou suspensas.

Os EUA também prometeram parar de impor sanções relacionadas ao programa nuclear contra o Irã, no primeiro semestre de 2016 (JCPOA, 2015). Mais significativamente para o Irã, com o levantamento dessas sanções, o país estaria em posição de recuperar aproximadamente US\$ 100 bilhões de seus ativos congelados em bancos estrangeiros. É importante notar que sanções relacionadas a tecnologias de mísseis balísticos, permaneceriam por mais oito anos, e sanções semelhantes sobre vendas de armas convencionais por cinco anos (STERIO, M., 2016). Além disso, outras sanções dos EUA contra o Irã, relacionadas a abusos de direitos humanos, mísseis e apoio ao terrorismo, não seriam afetadas pelo acordo e provavelmente permaneceriam em vigor.

Milena Sterio (2016) indica que as principais vantagens do Acordo Nuclear com o Irã, se implementado com sucesso, incluiriam o aumento do tempo de "*break-out*" do Irã para um ano, a submissão do país a vários programas de inspeção e verificação pela comunidade internacional nos quinze anos seguintes. Embora alguns argumentem que o acordo apenas adia a capacidade do Irã de fabricar uma arma nuclear por quinze anos, outros enfatizam que este resultado é mais vantajoso do que a situação pré-acordo, na qual o Irã poderia estar a poucos

meses de ter uma arma nuclear (STERIO, M., 2016). A esperança era que o Irã cessasse totalmente e indefinidamente a produção de armas nucleares, encorajado pelas inspeções e pelo levantamento das sanções.

O Conselho de Segurança da ONU e a União Europeia aprovaram o Acordo. O presidente Obama o assinou como um Ato Executivo, defendeu o acordo afirmando que ele tornaria "a América e o mundo mais seguros e protegidos" (GAUSE III, 2017). O sucesso deste acordo, que visa conter a capacidade do Irã de desenvolver armas nucleares nos próximos quinze anos, poderia levar à segurança global, paz no Oriente Médio e não proliferação nuclear. Se isso se concretizasse, o Acordo representaria a mais significativa conquista de política externa de Obama, e ele seria visto como uma pedra angular de seu legado, mas não se concretizou (GAUSE III, 2017). Ele próprio argumentou que o sucesso do acordo deveria ser avaliado não pela transformação final do regime iraniano, mas pelo objetivo mais modesto de impedir o Irã de desenvolver uma arma nuclear (STERIO, M., 2016).

Esta ação de política externa dos EUA de aproximação com o Irã, contribuiu para o momento de inflexão nas relações com a Arábia Saudita, e evidência o afastamento diplomático entre as duas nações, conforme defendemos.

#### **4.7 Outra evidência do afastamento diplomático entre Arábia Saudita e EUA: os processos das vítimas do 11 de setembro de 2001 contra o Estado saudita**

A Lei de Justiça Contra Patrocinadores do Terrorismo – JASTA 2015 (ANEXO N), conhecida como S.2040, é uma legislação que altera o código judicial federal dos EUA com o objetivo de reduzir o escopo da imunidade soberana estrangeira de um estado estrangeiro perante os tribunais dos EUA.

Especificamente, a JASTA autoriza a jurisdição de tribunais federais sobre uma ação cível contra um Estado estrangeiro nos seguintes cenários: a) por lesão física a uma pessoa ou propriedade, ou morte, que ocorra no interior dos EUA; b) como resultado de um ato de terrorismo internacional e c) como resultado de um delito cometido em qualquer lugar por um funcionário, agente ou empregado de um Estado estrangeiro agindo no escopo de seu emprego (ANEXO N). É importante ressaltar duas nuances sobre a lei: o chamado terrorismo internacional não inclui um ato de guerra, e a jurisdição do tribunal federal não se estende a uma ação por delito baseada em uma omissão ou em um ato que seja meramente negligente.

A JASTA também permite que um cidadão norte-americano entre com uma ação cível contra um Estado estrangeiro por lesão física, morte ou dano resultante de um ato de terrorismo

internacional cometido por uma organização terrorista conhecida. Além disso, a lei impõe responsabilidade civil a uma pessoa que conspire para cometer ou ajude e incentive (fornecendo assistência substancial de forma consciente) um ato de terrorismo internacional cometido, planejado ou autorizado por uma organização terrorista designada.

A lei estabelece jurisdição exclusiva dos tribunais federais para tais ações cíveis. Ela também autoriza o Departamento de Justiça (DOJ) a intervir em processos cíveis para buscar uma suspensão, que pode ser concedida por um tribunal, se o Departamento de Estado certificar que os EUA estão engajados em discussões de boa-fé com o Estado estrangeiro para resolver as reivindicações cíveis (ANEXO N).

As emendas desta lei se aplicam a ações cíveis pendentes ou iniciadas a partir da sua promulgação, e que surjam de lesões a pessoas, propriedades ou negócios ocorridos em ou após 11 de setembro de 2001.

A JASTA é de particular relevância para a Arábia Saudita devido ao contexto dos ataques de 11 de setembro de 2001. Dos 19 terroristas identificados nos ataques, 15 eram sauditas<sup>29</sup>. Embora o governo da Arábia Saudita tenha negado repetidamente qualquer participação oficial e sua cumplicidade nunca tenha sido formalmente provada ou acusada, a lei permite que as vítimas dos ataques de 11 de setembro processem Estados estrangeiros que não são designados patrocinadores estatais do terrorismo. A Arábia Saudita não é um país designado pelos EUA como patrocinador estatal do terrorismo. Portanto, a JASTA abre um caminho legal para que as famílias das vítimas do 11 de setembro busquem compensação diretamente do governo saudita, o que antes não era possível devido à imunidade soberana. A Arábia Saudita já havia alertado que, se a lei entrasse em vigor, o país poderia retirar "dezenas de bilhões de dólares" de investimentos dos EUA.

Specifically, it authorizes federal court jurisdiction over a civil claim against a foreign state for physical injury to a person or property or death that occurs inside the United States as a result of: 1) an act of international terrorism, and 2) a tort committed anywhere by an official, agent, or employee of a foreign state acting within the scope of employment. (...) A U.S. national may file a civil action against a foreign state for physical injury, death, or damage as a result of an act of international terrorism committed by a designated terrorist organization.<sup>30</sup> (JASTA S.2040, sublinhado nosso para enfatizar o estado de inflexão)

---

<sup>29</sup> Memorial do 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque. Link de acesso: <https://www.911memorial.org/911-faqs>. Acesso em 05-04-2024.

<sup>30</sup> Autoriza especificamente, a jurisdição do tribunal federal sobre uma ação civil contra um estado estrangeiro por lesão corporal a uma pessoa ou propriedade ou morte ocorrida dentro dos EUA como resultado de: (1) um ato de terrorismo internacional e (2) um ato ilícito cometido em qualquer lugar por um funcionário, agente ou empregado de um estado estrangeiro agindo no âmbito de seu emprego. (...) Um cidadão americano pode entrar com uma

O Presidente Barack Obama expressou profunda simpatia pelas famílias das vítimas dos ataques de 11 de setembro de 2001, assim como profundo apreço pelo desejo de buscar justiça. Ele destacou os esforços de sua administração para perseguir a Al-Qaeda, aprimorar o tratamento para socorristas e sobreviventes, e desclassificar informações da investigação do Congresso para as famílias e o público. No entanto, ele vetou (ANEXO O) a S.2040 (JASTA) por acreditar que a lei não protegeria os americanos de ataques terroristas nem melhoraria a eficácia da resposta a tais ataques, e seria prejudicial aos interesses nacionais dos EUA de forma mais ampla. Obama argumentou que a JASTA retiraria questões de apoio ao terrorismo por governos estrangeiros das mãos de profissionais de segurança nacional e política externa, colocando-as nas mãos de litigantes privados e tribunais. Ele explicou que a designação de um governo estrangeiro como patrocinador do terrorismo é um processo federal rigoroso, feito após uma cuidadosa revisão por profissionais de segurança nacional, política externa e inteligência, resultando na perda de imunidade soberana e imposição de sanções (ANEXO O).

Em contraste, a JASTA permitiria que a imunidade soberana fosse removida baseando-se apenas em alegações de litigantes privados de que a conduta de um governo estrangeiro no exterior teve alguma conexão com um grupo ou pessoa que realizou um ataque terrorista nos EUA. Isso poderia levar a decisões baseadas em informações incompletas e a diferentes tribunais chegando a conclusões diversas sobre a culpabilidade de governos estrangeiros, o que não seria uma forma eficaz ou coordenada de responder a tais indicações (GAUSE III, 2023).

O presidente Obama alertou que a JASTA perturbaria os princípios internacionais de imunidade soberana estabelecidos há muito tempo, o que teria sérias implicações para os interesses nacionais dos EUA se aplicado globalmente (GAUSE III, 2023). Ele concluiu que a JASTA não contribuiria para os objetivos de fornecer justiça às vítimas do terrorismo ou proteger os EUA de futuros ataques, e minaria os interesses centrais dos EUA (GAUSE III, 2023). Por estas razões, ele vetou o projeto de lei. Apesar de seus argumentos, o Congresso dos EUA derrubou o veto em 28 de setembro de 2016, permitindo que a lei entrasse em vigor e mais uma vez, alimentou a inflexão nas relações diplomáticas entre os EUA e Arábia Saudita.

---

ação civil contra um estado estrangeiro por lesão corporal, morte ou dano como resultado de um ato de terrorismo internacional cometido por uma organização terrorista designada. (JASTA S.2040, 2015, tradução nossa)

#### 4.8 Considerações finais do capítulo

Nesse capítulo, buscamos analisar a relação entre Arábia Saudita e EUA durante a presidência de Barack Obama (2009-2016), que revela um período complexo de transição e inflexão em uma aliança historicamente estratégica. Embora os pilares tradicionais de cooperação em segurança, notadamente a venda massiva de armamentos americanos e a colaboração em contraterrorismo tenham se mantido robustos, a relação foi marcada por tensões crescentes e divergências estratégicas que reconfiguraram a dinâmica bilateral.

O fator mais transformador e, de fato, a principal variável explicativa para esse esfriamento nas relações foi a busca por mais autonomia no campo energética, impulsionada pela ascensão do xisto como alternativa ao petróleo importado do Golfo Pérsico. O boom na produção de petróleo e gás de xisto entre 2009 e 2015 reduziu significativamente a dependência dos EUA de importações estrangeiras, alterando o cenário energético global, mas é importante ressaltar que esse objetivo ao fim e ao cabo, não foi alcançado, pois os EUA ainda dependem fortemente do petróleo estrangeiro e não alcançou a independência e autonomia almejadas ao longo do Governo Obama (YERGIN, 2020). Ainda que a Arábia Saudita tenha mantido um papel como fornecedor de petróleo pesado para refinarias específicas nos EUA, sua importância relativa diminuiu. Essa nova realidade energética conferiu a Obama maior margem de manobra geopolítica, permitindo, por exemplo, a imposição de sanções ao Irã com menor temor de escassez. Do ponto de vista saudita, esse potencial de autossuficiência energética dos EUA levantou temores de um declínio na proteção militar americana na região como um pilar central da aliança histórica. A revogação da proibição de exportação de petróleo bruto dos EUA em 2015, resultado direto do aumento da produção de xisto, foi uma ação governamental significativa que consolidou essa nova posição estadunidense e contribuiu para a inflexão na aliança.

Paralelamente, e atuando como um fator primário de atrito a abordagem do governo Obama em relação ao Irã gerou profunda insatisfação em Riade. A busca de Obama pelo engajamento diplomático para conter o programa nuclear iraniano culminou no acordo nuclear de 2015. A Arábia Saudita percebeu essa aproximação como uma ameaça direta aos seus interesses de segurança regional e sentiu-se "traída". Apesar das preocupações sauditas, Obama manteve sua insistência em prosseguir com as negociações e a abertura com Teerã, o que intensificou as tensões.

Outros fatores contribuíram para a inflexão, como as respostas divergentes à Primavera Árabe, com a Arábia Saudita desgostosa com o abandono de aliados tradicionais como Hosni

Mubarak e a postura estadunidense sobre os protestos no Bahrein. A política de Obama para a Síria, particularmente sua relutância em intervir militarmente contra Bashar al-Assad após o uso de armas químicas, foi criticada por Riade, que apoiava a oposição. A percepção saudita de um “desengajamento” dos EUA na região, simbolizada pelo “pivô para a Ásia” e a retirada do Iraque em 2011, gerou dúvidas sobre a confiabilidade estadunidense e temores de um vácuo de poder, cenário que os sauditas viram se concretizar no Iraque pós-retirada, aberto à influência iraniana (Idem).

As visitas e trocas diplomáticas, como a visita de Obama a Riade em 2014, que ocorreu em um contexto de "tensão crescente" e "falta de confiança saudita", e a troca de mensagens com o rei Salman em 2015 ilustram essa dinâmica. Enquanto Obama buscava reafirmar a longa e profunda amizade e a continuidade da cooperação, as declarações do rei Salman, como a ênfase na Arábia Saudita como uma "economia livre" que busca "interesses comuns", podem ser interpretadas como um sinal sutil da determinação saudita em orientar suas relações estratégicas com base em seus próprios interesses e na busca por maior autonomia diante da incerteza sobre as prioridades e o compromisso dos EUA na região (ANEXO N).

Apesar das tensões, áreas de cooperação persistiram e até novas emergiram. O combate ao terrorismo, especialmente contra a Al-Qaeda e o Estado Islâmico, continuou a ser um pilar, assim como a venda de armas. Os EUA também ofereceram apoio logístico limitado na intervenção saudita no Iêmen. Notavelmente, a cooperação em áreas como energia limpa e dessalinização da água do mar aponta que a parceria buscou novos horizontes, alinhados com os objetivos sauditas de diversificação. Questões de direitos humanos foram levantadas privadamente por Obama, mas frequentemente subordinadas aos imperativos estratégicos, e a dinâmica pessoal entre Obama e os líderes sauditas foi percebida como mais fria.

Em suma, a era Obama marcou uma fase de transição e reconfiguração na aliança EUA-Arábia Saudita. Embora a interdependência estratégica baseada em segurança tenha permanecido, as transformações profundas no panorama energético global devido à ascensão do xisto como alternativa ao petróleo importado dos países do Golfo Pérsico e as divergências geopolíticas, primariamente sobre o Irã, introduziram novas complexidades e tensões que levaram a Arábia Saudita a buscar maior autonomia e a diversificar seus laços.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica das relações entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos, conforme explorado ao longo deste texto, revela a construção e a manutenção de uma aliança estratégica duradoura que, embora resiliente, passou por um período de significativa inflexão durante a presidência de Barack Obama (2009-2016). A análise buscou afirmar a hipótese de que a aliança bilateral foi marcada pela continuidade em seus pilares fundamentais ao longo de décadas, mas que a era Obama introduziu uma reconfiguração dessa dinâmica, sendo a busca pela independência energética almejada pelos EUA, com a ascensão do xisto como alternativa ao petróleo importado dos países do Golfo Pérsico, tornou-se a uma forte variável explicativa para tal mudança ou inflexão na relação de continuidade entre os dois países.

Inicialmente, a formação do Estado saudita moderno no início do século XX e sua projeção internacional foram influenciadas pela busca por reconhecimento e autonomia em um cenário regional dominado, em grande parte, pela influência britânica. A relação com a Grã-Bretanha, embora marcada por tratados e apoio inicial, como durante a Revolta dos Ikhwan, começou a esfriar a partir da década de 1930 devido a disputas fronteiriças, o descontentamento saudita com a influência britânica e a divergência sobre a questão da Palestina. Neste contexto, emergiu a aproximação com os EUA.

O primeiro contato formal entre o Rei Abdulaziz Ibn Saud e o governo dos EUA, notadamente através de telegramas sobre a questão da Palestina na década de 1930, sinalizou o início de um diálogo estratégico. Essa relação formalizou-se e aprofundou-se de maneira decisiva durante a Segunda Guerra Mundial, ancorada em interesses mútuos. Os EUA reconheceram a importância estratégica da Arábia Saudita, especialmente devido ao petróleo. A inclusão do Reino Saudita no programa americano de cooperação econômica e militar, o Lend-Lease, e o histórico encontro entre o Presidente Roosevelt e o Rei Abdulaziz a bordo do USS Quincy em 1945, construíram as bases de uma aliança que se tornaria duradoura. Este encontro simbolizou o entendimento tácito de segurança regional e acesso ao petróleo.

A dimensão energética, centrada na exploração das vastas reservas sauditas, tornou-se um pilar central da aliança. A concessão inicial à Standard Oil of California (SoCal) em 1933, que evoluiu para a Arabian American Oil Company (Aramco) com a participação de outras grandes companhias americanas, marcou a entrada dos EUA no setor petrolífero saudita. A descoberta de campos gigantes como Dammam No. 7 e Ghawar solidificou a posição da Aramco e a importância da Arábia Saudita para o abastecimento global. O processo gradual de nacionalização da Aramco, iniciado com o acordo de partilha de lucros 50/50 em 1950 e

culminando na criação da Saudi Aramco em 1988, demonstrou a crescente soberania saudita sobre seus recursos, mas a transição negociada permitiu a manutenção da eficiência e da relação com as antigas parceiras americanas.

Paralelamente, a formação da OPEP em 1960, com a Arábia Saudita como membro fundador e líder de facto, conferiu aos países produtores um poder de barganha sem precedentes. As crises do petróleo de 1973 e 1979 evidenciaram a influência da OPEP e o papel estabilizador da Arábia Saudita no mercado global. A revolução iraniana em 1979, em particular, levou os EUA a redirecionarem sua dependência do petróleo, com as importações iranianas caindo a zero e as importações sauditas dobrando entre 1978 e 1980, consolidando a Arábia Saudita como o principal fornecedor americano.

Este cenário de interdependência estratégica baseada em segurança em troca de petróleo e estabilidade regional permaneceu dominante até o início do século XXI. No entanto, a presidência de Barack Obama introduziu uma inflexão significativa nessa aliança. Embora a cooperação em segurança e a venda de equipamento militar norte-americanos tenham se mantido robustas, diversos fatores geraram tensões crescentes e divergências estratégicas.

Originalmente, a explicação para essa inflexão, conforme a hipótese proposta, foi a ascensão do xisto nos EUA, como alternativa ao petróleo importado dos países do Golfo Pérsico e a busca por mais autonomia energética, com relação ao petróleo, pois México e Canadá passam a ocupar uma posição de destaque no fornecimento de petróleo e posteriormente, as outras questões adjacentes, como a aproximação do governo norte-americano com o Irã. O expressivo aumento na produção doméstica de petróleo e gás de xisto, especialmente notório entre 2009 e 2015, reduziu a dependência dos EUA de importações estrangeiras. Essa nova realidade energética concedeu à administração Obama uma "maior margem de manobra geopolítica".

Do ponto de vista saudita, a autossuficiência norte-americana levantou temores de um declínio no compromisso de segurança dos EUA na região. A revogação da proibição de exportação de petróleo bruto dos EUA em 2015, resultado direto do aumento da produção de xisto, foi um ato governamental que consolidou essa nova posição americana e contribuiu para a percepção saudita de mudança na dinâmica da aliança.

Além da transformação energética, outros fatores atuaram como fontes primárias de atrito durante o governo Obama. A abordagem de Obama em relação ao Irã, buscando engajamento diplomático que culminou no acordo nuclear de 2015 e foi vista pela Arábia Saudita como uma ameaça direta aos seus interesses de segurança regional, gerando um sentimento de "traição". As respostas divergentes à Primavera Árabe, com os sauditas

criticando o abandono de aliados como Hosni Mubarak, a postura americana em relação aos protestos no Bahrein, e a política para a Síria, onde a relutância de Obama em intervir militarmente foi vista como fraqueza por Riade, também tensionaram os laços. A percepção saudita de um "desengajamento" dos EUA, simbolizado pelo "pivô para a Ásia" e a retirada do Iraque, alimentou dúvidas sobre a confiabilidade americana e temores de um vácuo de poder que seria preenchido pela influência iraniana.

As interações diplomáticas, como a visita de Obama a Riade em 2014, ocorrida em um contexto de "tensão crescente" e "falta de confiança saudita", e a troca de mensagens com o Rei Salman em 2015, ilustram a dinâmica dessa inflexão. Enquanto Obama buscava reafirmar a "longa data", "profunda e duradoura" amizade e a continuidade da cooperação, as declarações do Rei Salman, como a ênfase na Arábia Saudita como uma "economia livre" e na busca por "interesses comuns" e "benefício mútuo", podem ser interpretadas como um sinal sutil da determinação saudita em orientar suas relações estratégicas com base em seus próprios interesses e na busca por maior autonomia.

Apesar das tensões e da busca por autonomia saudita, áreas de cooperação persistiram, como o combate ao terrorismo e a venda de armas. Novas áreas, como a cooperação em energia limpa e dessalinização, também emergiram, indicando uma busca por diversificação nos pilares da parceria. No entanto, a dinâmica pessoal entre Obama e os líderes sauditas foi percebida como mais fria, e as questões de direitos humanos, embora mencionadas privadamente, foram subordinadas aos imperativos estratégicos.

Em suma, a era Obama representou uma fase de transição e reconfiguração na aliança EUA-Arábia Saudita. A interdependência estratégica baseada em segurança sobreviveu, mas as transformações profundas no panorama energético global impulsionadas pela ascensão do xisto como alternativa ao petróleo importado dos países do Golfo Pérsico e as divergências geopolíticas significativas, primariamente sobre a política em relação ao Irã, introduziram novas complexidades e tensões que levaram a Arábia Saudita a buscar maior assertividade, autonomia e a diversificar seus laços. O período de 2009 a 2016 corrobora com a hipótese da pesquisa, demonstrando que a aliança, embora historicamente contínua em seus alicerces de segurança e energia, sofreu uma notável inflexão durante o governo Obama, impulsionada de maneira significativa pela busca pela independência energética almejada pelos EUA. Essa inflexão reconfigurou a dinâmica bilateral, exigindo que ambos os países aprendessem a gerir seus interesses em um cenário regional e global em rápida mudança, sem perder a referência de amizade e cooperação.

## REFERÊNCIAS

CIMBALA, Stephen J.; SARKESIAN, Sam C.; Williams e John Allen. **U.S. National Security: policymakers, processes, and politics**. 3° ed. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc., 2002.

COLGAN, F. **Fueling the Fire: Pathways from Oil to War**. *International Security* 38, no. 2 (2013): 147-180. <https://muse-jhu-edu.ez87.periodicos.capes.gov.br/> (accessed September 17, 2019).

FEDERAL TRADE OF COMMISSION (Estados Unidos). *The impact of outages on prices and investment in the US oil refining industry*. Publicado em junho de 2014. Disponível em: <<https://www.ftc.gov/system/files/documents/reports/impact-outages-prices-investment-usoil-refining-industry/wp322.pdf>>. Acesso em 20 julho 2018.

FEDERAL TRADE OF COMMISSION (Estados Unidos). *The Petroleum Industry: Mergers, Structural Change, and Antitrust Enforcement*. Publicado em Agosto 2004. Disponível em: <https://www.ftc.gov/sites/default/files/documents/reports/petroleum-industry-mergersstructural-change-and-antitrust-enforcement-report-staff-federaltrade/040813mergersinpetrolberpt.pdf>. Acesso em 20 Julho 2018.

FROMKIN, David. **A Paz para Acabar com Todas as Pazes: A Criação do Oriente Médio Moderno**. Tradução de Eduardo Krieger. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GASTALDI, Fernanda Castro; MENDONÇA, Filipe. **Petróleo, armas e dinheiro: A Arábia Saudita e o poder global dos Estados Unidos (2001-2018)**. *Oikos*, v.18, n.2, p.55-65, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52011>. Acesso em: 30.mai.2025.

GAUSE III, F. Gregory. **Ideologies, Alignments, and Underbalancing in the New Middle East Cold War**. *Journal Cambridge Univesity Press. Political Science & Politics. Volume 50 Issue 3. Junho 12, 2017, pp.672-675.* Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096517000373>. Acesso em 15 julho 2018.

GAUSE III, G. **Fresh Prince: The Schemes and Dreams of Saudi Arabia's Next King**. *Foreign Affairs*, Vol. 97, No. 3, 2018.

GAUSE III, G. **Revolution and threat perception: Iran and the Middle East**, *International Politics*, Vol. 52, No. 5, 2015.

GAUSE III, G. **Saudi Arabia in the New Middle East**. *Council on Foreign Relations Special Report No. 63*, December, 2011.

GAUSE III, G. **The Future of U.S.-Saudi Relations**. *Foreign Affairs*, Vol. 95, No. 4, 2016.

GAUSE III, G. **The Kingdom and the Power**. *Foreign Affairs*, February, 2023. <https://www.foreignaffairs.com/united-states/gregory-gause-kingdom-and-power-us-saudi-relationship>.

GAUSE III, G. **What Saudis Really Think about Iran.** *Foreign Policy*, May 6, 2010.

GERI, Laurance R.; MCNABB, DAVID E. **Energy policy in the U.S.: Politics, Challenges, and prospects for change.** Nova Iorque: Taylor & Francis Group, 2011.

GHOLAMNEZHAD, Abdolhamid. **Critical Choices for OPEC Members and the United States.** *The Journal of Conflict Resolution* 25, no. 1 (1981): 115-43.

GRAMER, Robbie. **Saudi Arabia now controls the largest oil refinery in North America.** *Foreign Policy*, Maio 03, 2017. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2017/05/03/saudi-arabia-now-controls-the-largest-oil-refinery-in-north-america-energy-middle-east-aramco/>. Acesso em 27 julho 2018.

HEINBERG, Richard. **The party's over: Oil, war and the of industrial societies.** 4º ed. Canadá: Transcontinental Printing, 2004.

HERBSTREUTH, Sebastian. **Constructing Dependency: The United States and the Problem of Foreign Oil.** *Millennium* 43, no. 1. September: 24–42, 2014.

HURTADO, Emilio Sanz. **Economia y política del petróleo.** Guadiana de Publicaciones. Biblioteca Universitária de Economia, 1969.

LEVI, Michael. Think Again: **The American Energy Boom.** *Foreign Policy*, Junho 18, 2012. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2012/06/18/think-again-the-american-energy-boom/>. Acesso em: 19 julho 2018.

LONG, D.E.; MAISEL, S. **The kingdom of Saudi Arabia.** Gainesville: University Press of Florida, 2010.

MORGAN, Tim. **Perfect storm energy, finance and the end of growth.** London, 2013. Disponível em: <http://www.wachstumsforum.ch/economics/e/perfect-storm.pdf>. Acesso em 19 julho 2018.

ODEL, Peter R. **Geografia econômica do petróleo – A terra e o homem.** Tradução Jairo José Farias. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1966.

PATTERSON, Ron. **Just How Good Are The EIA's Predictions?.** *Peak Oil Barrel*. April 7, 2014. Disponível em: <http://peakoilbarrel.com/just-good-eias-predictions/#more-2397>. Acesso em 19 julho 2018.

PECEQUILO, Cristina S.; FORNER, Clarissa N. **Barak Obama e o Oriente Médio: um panorama crítico (2009/2017).** *Carta Internacional*, 12(2), p.101-125, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21530/ci.v12n2.2017.656>

PIPER, Alan. **Energy (Oil).** Library Binding, 1980.

POLLACK, K.M. **Arabs at War: Military Effectiveness, 1948–1991** (Lincoln: University of Nebraska Press, 2002). *International Journal of Middle East Studies*. 2004.

QASEN, Islam Yasmin. **Neorientier theory: the case of Saudi Arabia (1950-2000).** Tese de Doutorado – Faculty or School, Leiden University, Fevereiro de 2010. Disponível em:

<<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/14746>>. Acesso em 20 julho 2018.

ROSS, Michael L. **A maldição do petróleo – Como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações**. Tradução: Giselle Viegas. 1<sup>o</sup> ed. Porto Alegre: Sanskrito, 2015.

RUPPERT, Michael C. **A presidential energy policy: twnty-five points addressing the Siamese Twins of Energy and Money**. Los Angeles: New World Digital Publishing, 2009.

SHAFFER, Brenda. **Energy politics**. Filadélfia: Universidade da Pensilvânia, 2009.

SILVERFARB, Daniel. **Great Britain, Iraq, and Saudi Arabia: The Revolt of the Ikhwan, 1927-1930**. *The International History Review*, vol. 4, no. 2, 1982, pp. 222–48. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/40105200>. Accessed 23 July 2025.

VITALIS, R. **America's Kingdom: Mythmaking on the Saudi Oil Frontier**. In: *Stanford Studies in Middle Eastern and Islamic Societies and Cultures* (Stanford, Calif, Stanford University Press, 2008).

YERGIN, Daniel. **O petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. Tradução Leila Marina U. Di Natale, Maria Cristina Guimarães, Maria Christina L. de Góes; edição Max Altman - 8<sup>o</sup> ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

YOM, Sean L.; GAUSE III, Gregory. **Resilient Royals: how arab monarchies Hang On**. *Journal do Democracy*, Baltimore, v.23, n.4, p.74-88, 2012. Disponível em: [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/15-arab-monarchies\\_gauseyom.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/15-arab-monarchies_gauseyom.pdf). Acesso em 20 julho 2018.

**ANEXO A - ÍNTEGRA DO PRIMEIRO TELEGRAMA ENVIADO PELO REI DA ARÁBIA SAUDITA  
- ABDUL AZIZ ES SAUD PARA O PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS NO ANO DE 1938**

The King of Saudi Arabia (Abdul Es Saud) to President Roosevelt

Mr. President: We have been informed of what has been published regarding the position of the Government of the United States of America concerning support of the Jews in Palestine. In view of our confidence in your love of right and justice, and the attachment of the free American People to the fundamental democratic traditions based upon the maintenance of right and justice and succor for defeated peoples, and in view of the friendly relations existing between our Kingdom and the Government of the United States, we wish to draw your attention, Mr. President, to the cause of the Arabs in Palestine and their legitimate rights, and we have full confidence that our statement will make clear to you and the American People the just cause of the Arabs in those Holy Lands.

It has appeared to us from the account which has been published of the American position that the case of Palestine has been considered from a single point of view: the point of view of the Zionist Jews; and the Arab points of view have been neglected. We have observed as one of the effects of the widespread Jewish propaganda that the democratic American People has been grossly misled, and it has resulted in considering support for the Jews in crushing the Arabs in Palestine as an act of humanity. Although such an action is a wrong directed against a peaceful people dwelling in their country, they have not ceased to have confidence in the fairness of general democratic opinion in the world at large and in America particularly. I am confident that if the rights of the Arabs in Palestine were clear to you, Mr. President, and to the American People, you would give them full support.

The argument on which the Jews depend in their claims regarding Palestine is that they settled there for a time in the olden days and that they have wandered in various countries of the world, and that they wish to create a gathering-place for themselves in Palestine where they may live freely. And for their action they rely upon a promise they received from the British Government, namely: the Balfour Declaration.

As for the historical claim of the Jews, there is nothing to justify it, because Palestine was and has not ceased to be occupied by the Arabs through all the periods and progression of history, and its sovereign was their sovereign. If we except the interval when the Jews were established there, and a second period when the Roman Empire ruled there, the ruler of the Arabs has been the ruler of Palestine from the oldest times to our own day. The Arabs, through the entire course of their existence have been the keepers of the Holy Places, the magnifiers of their situation, the respecters of their sanctity, maintaining their affairs with all faithfulness and devotion. When the Ottoman Government extended over Palestine, Arab influence was dominant, and the Arabs never felt that the Turks were a colonizing power in their country, owing to:

1. The oneness of the religious bond;
2. The feeling of the Arabs that they were partners of the Turks in government;
3. The local administration of government being in the hands of the sons of the land itself.

From the foregoing it is seen that the Jewish claim of rights in Palestine in so far as it rests upon history has no reality, for if the Jews dwelt in Palestine for a certain period as possessors, surely the Arabs have dwelt there a far longer time, and it is impossible to consider the annexation of

a country by a people as a natural right justifying their claim thereto. If this principle be now held in esteem, then it is the right of every people to reclaim the country it formerly occupied by force for a certain time. This would bring about astonishing changes in the map of the world, and would be irreconcilable with right, with justice, or with equity.

Now regarding the other claim of the Jews, they take unto themselves the sympathy of the world because they are scattered and persecuted in various countries, and they would like to find a place in which to take shelter in order to be safe from the injustice they encounter in many countries.

The important thing in this matter is to discriminate between the cause of Judaism and Islam [*anti-Semitism*] in the world, as contrasted with the cause of political Zionism. The intention was sympathy for scattered Jews. But Palestine is a small country. It has already received such a great number of them as to exceed comparison with any country in the world, taking account of the limited area of Palestine as compared with the lands of the earth where the Jews dwell. There is no power to remedy the straitness of Palestine in order to make room for all the Jews of the world, even supposing it were empty of its inhabitants, the Arabs (as Mr. Malcolm MacDonald said in a speech which he delivered recently in the British House of Commons). If the principle be accepted that the Jews now in Palestine are to remain there, then that little country has already performed a greater human justice than any other. You will see, Mr. President, that it is not just that the governments of the world—including the United States—have closed their doors against the immigration of the Jews and impose on Palestine, a small Arab country, the task of sustaining them.

But if we look at the matter from the standpoint of political Zionism this point of view resembles [*represents*] a wrong and unjust way. Its aim is to ruin a peaceable and tranquil people and to drive them from their country by various means, and to feed the political greed and personal ambition of a few Zionists. As to the reliance of the Jews upon the Balfour Declaration, surely that Declaration has brought the limit of oppression and iniquity to a peaceful and tranquil country. It was given by a government which at the time of the gift did not possess the right to impose it upon Palestine. Similarly, the opinion of the Arabs of Palestine was not taken in this regard nor with regard to the arrangement of the Mandate which was imposed upon them, as has been made clear also by Malcolm MacDonald, British Minister of Colonies, and this in spite of promises given by the Allies, including America, that they would have the right of self-determination. It is important for us to mention that Balfour's promise was preceded by another promise from the British Government with the knowledge of the Allies regarding the rights of the Arabs in Palestine and in other Arab countries.

From this it will be clear to you, Mr. President, that the historical pretext of the Jews is unjust and it is impossible to consider it. Their plea from the standpoint of humanity has been fulfilled more by Palestine than by any other country, and Balfour's promise on which they depend is contrary to right and justice and inconsistent with the principle of self-determination. The ambition of the Zionists renders the Arabs in all countries apprehensive, and causes them to resist it.

The rights of the Arabs in Palestine do not admit of discussion because Palestine has been their country since the oldest times, and they did not leave it nor did others drive them out. Places flourished there, Arab in civilization, to an extent calling for admiration, for the reason that they

were Arab in origin, in language, in situation, in culture; and of this there is no uncertainty or doubt. The history of the Arabs is full of just laws and useful works.

When the World War broke out, the Arabs sided with the Allies hoping to obtain their independence, and they were wholly confident that they would achieve it after the World War for the following reasons:

1. Because they participated in the War by action, and sacrificed their lives and property;
2. Because it was promised them by the British Government through notes exchanged between its representative at the time, Sir Henry McMahon, and the Sherif Hussein;
3. Because of your predecessor, the Great President Wilson who decided upon the participation of the United States of America in the War on the side of the Allies in support of high human principles, of which the most important was the right of self-determination;

Because the Allies declared in November 1919 [1918], following their occupation of the countries, that they entered them in order to free them and to give the people their liberty and independence.

Mr. President, if you will refer to the report submitted by the Commission of Investigation which your predecessor, President Wilson, sent to the Near East in 1919, you will find the demands which the Arabs in Palestine and Syria made when they were questioned as to what future they asked for themselves.

But unfortunately the Arabs found after the War that they were abandoned, and the assurances given did not materialize. Their lands have been divided and distributed unjustly. Artificial frontiers resulted from these divisions which are not justified by the facts of geography, nationality, or religion. In addition to this, they found themselves facing a very great danger: the incursion upon them of the Zionists, who became the possessors of their best lands.

The Arabs protested strongly when they learned of the Balfour Declaration, and they protested against the organization of the Mandate. They announced their rejection and their non-acceptance from the first day. The stream of Jewish immigration from various countries to Palestine has caused the Arabs to fear for their lives and their destiny; consequently numerous outbreaks and disturbances in Palestine took place in 1920, 1921, and 1929, but the most important outbreak was that of 1936, and its fire has not ceased to blaze to this hour.

Mr. President, the Arabs of Palestine and behind them the rest of the Arabs—or rather, the rest of the Islamic World—demand their rights, and they defend their lands against those who intrude upon them and their territories. It is impossible to establish peace in Palestine unless the Arabs obtain their rights, and unless they are sure that their countries will not be given to an alien people whose principles, aims and customs differ from theirs in every way. Therefore we beseech and adjure you Mr. President, in the name of Justice and Freedom and help for weak peoples for which the noble American People is celebrated, to have the goodness to consider the cause of the Arabs of Palestine, and to support those who live in peace and quiet despite attack from these homeless groups from all parts of the world. For it is not just that the Jews be sent away from all the various countries of the world and that weak, conquered Palestine should, against its will, suffer this whole people. We do not doubt that the high principles to which the American People adhere, will cause them to yield to right and grant support for justice and fair play.

Written in our Palace at Ar Riad on the seventh day of the month of Shawal, in the year 1357 of the Hejira, corresponding to November 29, 1938, A. D.<sup>31</sup>

Abdul Aziz Es Saud

---

<sup>31</sup> EUA. Ministério das Relações Exteriores. Documentos diplomáticos. Oriente Médio e África, Volume IV. Riade, 29 de novembro de 1938. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1938v02/d819>. Acesso em 09-05-2025

**ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DO DIÁLOGO ENTRE O PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS  
FRANKLIN D. ROOSEVELT E O REI DA ARÁBIA SAUDITA ABDULAZIZ AL SAUD DURANTE O  
PRIMEIRO ENCONTRO PRESENCIAL EM 1945**

February 23, 1945

THE PRESIDENT: The conference hours at Yalta were not bad. We met in the afternoons, sometimes at four, sometimes at five, and continued through until eight or eight-thirty. It was tiring—a bit of a strain presiding over a thing like that. You have to keep awake all the time. On the general run of the picture, I think the public was quite right; also the press at home—virtually unanimously good—saying it was a great achievement. You get that not only from the first reading but from subsequent readings. It's an extraordinary thing that there was so much unanimity in the whole of the Conference.

Q. Is there any one accomplishment of the Conference that stands out in your mind above the others?

THE PRESIDENT: I was going to mention that. Speaking in terms of years, it has been nearly four years that we have been in the war, six years the war itself has been going on, and there was absolutely nothing to hang your hat on in those early days. Then every few months since, we have made progress along one line or other.

This war is global from the geographical point of view. It involves every Nation in the world; you can see the number of subjects that are involved. There has not been a period of six months going by without some marked step toward a better world. The first few months were devoted to seeing that you would not get licked. The military were doing very well.

This United Nations thing goes back a long way—goes back to just about the time we got in the war, and was based on the very simple theory that we could not have that happen again. And more and more Nations have been coming to that idea. We have moved definitely forward without much loss of time. That is why I say there is not any one thing in the Conference that stands out. They are all tied up together.

Q. Do you conscientiously believe that the Conference can be the foundation of world peace for more than the generation of the men who are building that peace?

THE PRESIDENT: I can answer that question if you can tell me who your descendants will be in the year 2057.

Q. Can we look forward?

THE PRESIDENT: We can look as far ahead as humanity believes in this sort of thing. The United Nations will evolve into the best method ever devised for stopping war, and it will also be the beginning of something else to go with it.

Last year I flew to Teheran—across Persia. Persia probably is the poorest country in the world. In the early days, Persia was a pretty well-wooded country. The Turks cut down all the woods. It has been a woodless country since. Ninety seven percent of the people of Persia are tenants. Only one or two percent of the whole Nation owns land or property. The only part where they live in Persia is in river bottoms.

Really, the people of Persia have no money. They can barely get enough to eat. The soil is all eroded—boulders where there should be fields. There's no rainfall, because it has absolutely no moisture; the sun can't draw any out of the land, and the moisture in the land runs off in a few hours' time. Persia has no purchasing power in the world except for certain things God gave it, like oil. It is neither sustaining nor has it any money to buy things.

Of course, the obvious thing for Persia to do is to improve its own country. Reforestation is the best hope, and the Nation then might sustain itself, its whole standard of civilization would be a great deal higher. It could make more things than it could sell, buy many things it could not make.

The same thing is true about Iraq, Arabia, Lebanon, Syria, Palestine, and Turkey. They've got no purchasing power to do anything with. Their only purchasing instrument is oil. Their people are not educated, do not get enough to eat, cannot cope with health problems. We talked quite a lot about this at the Conference.

Now, of course, all that is tied up more or less with peace. A country that isn't moving forward with civilization is always more of a potential war danger than a country that is making progress. I even talked to Ibn Saud about that—mentioned the fact that I was a tree farmer.

One of his sons was very much impressed, expressed his amazement. He said, "I am a farmer too."

Ibn Saud said, "I am too old to be a farmer. I would be much interested to try it, if I wasn't too old to take it up."

Take the Arabian, for instance. If you want to start a farm, you might build a dam, or start a pond or lake, but it would all evaporate overnight, the air is so dry. But there is plenty of water lying fifty or sixty feet below the ground. Now, if you can keep it below the ground to prevent evaporation, and put in pumps run by oil, you can get it out of the ground and do your irrigating at a very low cost.

This is just an example of how to do the same thing from a different angle.

Q. Wouldn't that be a long-time proposition?

THE PRESIDENT: Growing trees is a long-time proposition.

Q. Do you mean that the Conference looked ahead over a great many years?

THE PRESIDENT: Sure, we are looking at the human race, which we hope won't end in fifty years.

Q. Is there anything you could say in the way of what new aspirations you have for lasting peace, as a result of this Conference?

THE PRESIDENT: Well, I don't think there is anything to add to Dumbarton Oaks. What I am trying to do is add to the machinery which could protect all people, and give the people in the many little Nations a chance to be heard, as well as the large Nations. I hope in time all Nations will be members of the Assembly. Arabia is small in extent of population and territory. They ought to have a chance to tell other Nations what they need. But it is awfully difficult to handle things of moment that come up through the large body.

All the little Nations who haven't got it want this, that, or the other thing. They would constitute a part of the security council available all the time, constantly meeting for three purposes: to work out many things, like pumping water out of the ground. That would encourage a larger number of people to discuss matters like that between themselves—put them in touch with the right people—financial men—from other Nations.

The second point would be to eliminate causes of friction referred by them through the various channels which are provided in the covenant.

The third thing would be to prevent war, step on war before it got started. That causes a need for force enough to save them from war, and is a project for those best able to carry on war: the five big Nations with the greatest possibilities along those lines of prevention, who are to be the permanent members of the security council.

Q. You said you hope that in time all Nations would be members?

THE PRESIDENT: Yes.

Q. Do you look forward to the time when Germany and Japan would purge themselves sufficiently to become members?

THE PRESIDENT: I hope so.

Q. On that line, do you think Germany and Japan in the foreseeable future should ever be permitted to rearm?

THE PRESIDENT: No. I hope for armament to be decreased all along the line, including even the Big Five.

Q. How soon?

THE PRESIDENT: I am not a crystal gazer.

Q. But as to Germany and Japan, other than in the foreseeable future, do you think they should be kept disarmed?

THE PRESIDENT: I went to school in Germany under the old Emperor William I. The railroad employees were not in uniform. The school children were not in uniform, did not march all the time. It was not a military-minded Nation then. That was way back in 1888 or '89. I was in school off and on until 1896.

The young Kaiser came in in 1889. At the time I left Germany, the railroad employees all over Germany were in uniform. The school children were in uniform. They were taught to march. And if you were living in a boarding house and needed more coal you would call up Darmstadt, the provincial capital. By the time I left, you were calling up Berlin if you needed more coal. That made all the difference in the world. The Government was more centralized. German family life was a decent family life. Gradually they got militaristic.

Now, if a Nation can do that in fifty years, why couldn't you move in the opposite direction? Why can't you move in a non-militaristic method?

Q. Until they definitely move in the other direction, do you think the United Nations will see to it they don't arm in the meantime?

THE PRESIDENT: I agree absolutely. That is part of the agreement.

Q. How about Japan, on the same question?

THE PRESIDENT: I have no personal experience in Japan. I cannot answer it by observation. But after all, Japan until 1856 was closed to any outsider, closed for many centuries. But if they could militarize and become a great modern military Nation by 1903—the year of the War with Russia—if they could do that from 1856 to 1903, then they can go the other way, too. It largely depends on what leadership they have and what their objective is.

Q. Have you got any idea that you can tell us, about the occupation of Germany? Do you favor a long-term occupation by American troops?

THE PRESIDENT: I suggest that the first thing for us to do is to win the war. We cannot crystal-gaze. We have not won the war yet.

There hasn't been any announcement of the different zones that the various forces will occupy. I don't know whether the original zoning plan was announced yet or not.

The original zoning plan, roughly—this is old, not true now—was that Russia would occupy eastern Germany, England would occupy western and northwestern Germany, and that we would occupy the area from the turn of the Rhine at Mainz, south to and including Baden, Bavaria, and Wurttemberg with a supply corridor to the sea at Bremen. But that was complicated, and has not yet been settled.

We talked about having the French come in for a zone. The delineation of this zone would change either our zone or the British. The French will be consulted before it is finally settled.

Q. I wondered if you were looking forward to a meeting with Chiang and the Prime Minister later in the year?

THE PRESIDENT: Not yet. I will probably go out to San Francisco on the 25th of April, or at the end of the conference. Just to say "howdy do," that is all.

Q. Do you think there is any chance the Prime Minister will come?

THE PRESIDENT: No. I will only be acting as host. I do not want to project myself into that conference. It is a United Nations conference. . . .

Q. Can you say anything about the importance of the Pacific War? The American people have been wholly preoccupied with the war in Europe—the Russian drive, and the Western Front. Do you think the country realizes they face a long, hard war in the Pacific?

THE PRESIDENT: That's a hard thing to say. They blow hot and then cold. A certain element, particularly the Hearst press, for example, are still yelling about our using the wrong strategy,

that we should take the American troops out of Germany and put them in the Pacific. But our strategy is clear: first clean up Germany, and then go after Japan just as hard as we and the British can possibly do so.

We are either hot or cold. I think it is important to emphasize that industrially at home. Yes, a lot of people will feel that the war is won when Germany collapses. Of course, it's not true.

Q. De Gaulle has announced that French Indo-China is to be soon liberated. By whom, Mr. President?

THE PRESIDENT: For two whole years I have been terribly worried about Indo-China. I talked to Chiang Kai-shek in Cairo, Stalin in Teheran. They both agreed with me. The French have been in there some hundred years. The Indo-Chinese are not like the Chinese.

The first thing I asked Chiang was, "Do you want Indo-China?"

He said, "It's no help to us. We don't want it. They are not Chinese. They would not assimilate into the Chinese people."

I said, "What are you going to advocate? It will take a long time to educate them for self-government."

He said they should not go back to the French, that they have been there over a hundred years and have done nothing about educating them, that for every dollar they have put in, they have taken out ten, and that the situation there is a good deal like the Philippines were in 1898.

With the Indo-Chinese, there is a feeling they ought to be independent but are not ready for it. I suggested at the time, to Chiang, that Indo-China be set up under a trusteeship—have a Frenchman, one or two Indo-Chinese, and a Chinese and a Russian because they are on the coast, and maybe a Filipino and an American—to educate them for self-government. It took fifty years for us to do it in the Philippines. Stalin liked the idea. China liked the idea. The British don't like it. It might bust up their empire, because if the Indo-Chinese were to work together and eventually get their independence, the Burmese might do the same thing to England. The French have talked about how they expect to recapture Indo-China, but they haven't got any shipping to do it with. It would only get the British mad. Chiang would go along. Stalin would go along. As for the British, it would only make the British mad. Better to keep quiet just now.

Q. Is that Churchill's idea on all territory out there, he wants them all back just the way they were?

THE PRESIDENT: Yes, he is mid-Victorian on all things like that.

Q. You would think some of that would be knocked out of him by now.

THE PRESIDENT: I read something Queen Wilhelmina said about the Dutch East Indies. She's got a very interesting point of view. I think it was a public statement concerning the plans about her islands; they differ so from the British plans. The Javanese are not quite ready for self-government, but very nearly. Java, with a little help by other Nations, can probably be ready for independence in a few years. The Javanese are good people—pretty civilized country. The Dutch marry the Javanese, and the Javanese are permitted to join the clubs. The British would not permit the Malaysians to join their clubs.

The Queen's idea for some of the Dutch possessions is eventually to give them their independence. When Java is ready for independence, give her help and make her a member of a federation. Sumatra the same.

I asked her, "What about Borneo?"

She said, "We don't talk about that very much. They are still head-hunters. It might be one hundred years before we could educate and civilize the Borneo head-hunter." I said, "What about New Guinea?"

She threw up both hands and said New Guinea has the lowest form of human life in the world, their skulls have least developed, and they understand civilization probably less than any part of the world. British New Guinea and Papua are probably two hundred years behind the rest of

the world.

Q. This idea of Churchill's seems inconsistent with the policy of self-determination?

THE PRESIDENT: Yes, that is true.

Q. He seems to undercut the Atlantic Charter. He made a statement the other day that it was not a rule, just a guide.

THE PRESIDENT: The Atlantic Charter is a beautiful idea. When it was drawn up, the situation was that England was about to lose the war. They needed hope, and it gave it to them. We have improved the military situation since then at every chance, so that really you might say we have a much better chance of winning the war now than ever before.

And when I get back to Washington, I suppose people like Krock will write nasty articles about how I always get scooped. That is perfectly true. But I think it is much better to get scooped than to talk all the time. Then there's the time element. The Prime Minister goes before Commons the day he gets home- breaks loads of stuff. People like Krock don't like it.

Do you remember the speech the Prime Minister made about the fact that he was not made the Prime Minister of Great Britain to see the empire fall apart?

THE PRESIDENT: Dear old Winston will never learn on that point. He has made his specialty on that point. This is, of course, off the record.<sup>32</sup>

The American Presidency Project.

---

<sup>32</sup> EUA. Ministério das Relações Exteriores. Documentos diplomáticos. Oriente Médio e África, Volume IV. Canal de Suez, Egito, 14 de fevereiro de 1945. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/excerpts-from-the-press-conference-aboard-the-uss-quincy-en-route-from-yalta>. Acesso em 09-05-2025.

## ANEXO C – TELEGRAMA

*The Appointed Minister Resident in Saudi Arabia (Moose) to the Secretary of State*

Jidda, July 14, 1943 - 6 p.m.

[Received July 14 - 1:37 p.m.]

No minimum can be set but 15,000,000 rials already mentioned are urgently needed. By assay one rial weighs 11.635 grams and contains 909.15 parts silver per thousand.

British plan to supply local government with credits of 225,000 pounds sterling during each of next 6 months. Saudi budget for 1943 contemplated 25,000,000 rials expenditures to be supplied by British in silver or alternatively in gold at rate of 50 rials to invite commitment [*sic*] British have already supplied 5,000,000 rials and 200,000 sovereigns while a third 100,000 sovereigns is expected shortly two further shipments each 100,000 sovereigns will certainly be requested by Saudi Government, one to make up remainder of estimate and another to compensate for loss by exchange of gold at unfavorable rate now approximating 39 rials to sovereign. It is likely that if 15,000,000 rials were supplied to Saudi Government British would suspend shipments of gold.

On April 24 oil company offered Saudi Government rupees equivalent to \$1,000,000 half payable in dollars if such payment would effectively aid solution of Saudi currency problem. Offer still stands but has not been accepted because Saudi Government has had little opportunity to spend rupees.

Rupees circulate at Dhahran at a discount of about 27% off rials. Company desires to use rials but if they are unobtainable it expects to import 450,000 rupees which added to 350,000 now on hand will meet requirements for last half 1943.<sup>33</sup>

Moose

---

<sup>33</sup> EUA. Ministério das Relações Exteriores. Documentos diplomáticos, Jedá, 14 de julho de 1943. Oriente Médio e África, Volume IV. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1943v04/d922>. Acesso em 09-05-2025.

**ANEXO D – TELEGRAMA**

*The Chargé in Saudi Arabia (Shullaw) to the Secretary of State*

Jidda, April 24, 1943 - 10 a.m.

[Received April 25 - 2:40 p.m.]

Reference my 29, April 21, 6 p.m. British Chargé today told me that Saudi Government had informed him of intention to request gold under Lend-Lease from the United States to meet present difficult financial situation.

We duly expressed the opinion that if we should supply gold the same problem would arise as that presently facing British in currency issue plan. Namely, flight of gold to neighboring countries, particularly Iraq and Turkey, where gold in terms of sterling is more valuable.

Chargé went on to say he had estimated 600,000 sovereigns required to cover rial note issue during first year until confidence established. Entire amount not required immediately but to be supplied as note issue expanded. Possible flight of gold to Iraq and Turkey difficult to control because of inadequate border patrol and serious consideration because of danger gold is already reaching Axis through these channels. Wikeley mentioned that estimated 95,000 sovereigns smuggled into Iraq in last 4 months and of this it is probable considerable amount is from Saudi Arabia. London, he said, was studying methods of safeguarding gold covering proposed currency issue.<sup>34</sup>

Repeated to Cairo.  
Shullaw

---

<sup>34</sup> EUA. Ministério das Relações Exteriores. Documentos diplomáticos, Jeda, 24 de abril de 1943. Oriente Médio e África, Volume IV. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1943v04/d908>. Acesso em 09-05-2025.

## ANEXO E – TELEGRAMA

*Memorandum of Conversation, by Mr. W. Leonard Parker of the Division of Near Eastern Affairs*

[Washington,] July 17, 1943.

Participants: Mr. Gunter, Treasury Department.

Mr. Murray, PA/M.

Mr. Livesey, FD.

Mr. Corliss, FD.

Mr. Ailing, NE.

Mr. Merriam, N.E.

Mr. Parker, NE.

Following a recent discussion with Dr. White of the Treasury Department in which it was decided that the Treasury would send Mr. Gunter to Saudi Arabia, Mr. Gunter called at the Department in order to discuss matters relating to his proposed trip to Saudi Arabia.

It was pointed out at the beginning of the conversation that there are two major problems involved: (1) the possibility of making silver available to the Saudi Arabian Government in order to alleviate a shortage of coins; and (2) the long-range problem of assisting the Saudi Arabian Government to establish a sound and workable fiscal system.

Mr. Murray explained the great political and strategic importance of the oil resources in Saudi Arabia, pointing out the necessity of maintaining a sound economic system inside Saudi Arabia in order that these oil resources may continue to be available. It was brought out that in order to furnish silver under lend-lease procedure there must be a guarantee that the silver will be returned in kind. In view of the potential wealth accruing to the Saudi Arabian Government from oil royalties, it was considered probable that the Saudi Arabian Government would be able to return the silver in due course. However, it was agreed that the best we could expect would be a guarantee to return the silver on the part of King Ibn Saud. His guarantee, we may assume, would not be given lightly. Mr. Livesey said that in connection with the transactions involving the lend-leasing of silver, it had been stipulated that the Congressional Special Silver Committee must be consulted. He suggested that in taking the matter up informally with the Committee, the Treasury and Lend-Lease must be, and apparently now are, in a position to say that no doubt is felt of the ability of Saudi Arabia to return the equivalent amount of silver after the War. In connection with the return of silver in kind, it was decided that the small amount of concentrates produced by the Saudi Arabian Mining Syndicate would not be in sufficient quantity to assist materially in making arrangements for a return of silver in kind.

Mr. Murray then referred to previous British proposals, first, to establish a bank of issue in Saudi Arabia and, later, to set up a Saudi Arabian currency board in London. Mr. Murray expressed the opinion that the United States should have something to say about such matters, in view of the large economic interests of this country in Saudi Arabia arising out of the American oil concession. It was agreed that consideration should be given to the advisability and feasibility of assisting the Saudi Arabian Government to establish a bank or suitable financial institution in Saudi Arabia and that, if done, this should be with American rather than British advice and assistance. Mr. Livesey remarked that the establishment of a bank might be aided by a larger importation of goods into Saudi Arabia. Mr. Murray stated that we have

realized the importance of goods to Saudi Arabia and that it would be highly desirable to make available to Saudi Arabia rice, wheat, cotton goods, coffee and sugar. He said he wondered whether the clearing of the Mediterranean would permit greater shipments of goods to Saudi Arabia. If goods could be sent, Saudi Arabian financial difficulties would be aided materially thereby. Mr. Gunter expressed agreement that shipments of goods would offer the best solution of the problem. Mr. Murray remarked that the problem is relatively simple because the Saudi Arabs need so comparatively few goods. He stated that he wondered whether it would not be possible to rectify the balance by getting some more goods in. Mr. Gunter remarked that the use of goods would facilitate the use of paper currency if paper currency should be adopted. Mr. Murray remarked that the use of goods would help to bring in revenue and mentioned that the pilgrim traffic, reestablished, would serve as a source of revenue to buy goods.

At this point Mr. Murray stated that the President has expressed a personal interest in improving the standard of living in Saudi Arabia and that the President desires that the oil resources of Saudi Arabia redound to the benefit of the people of that country. Mr. Murray said, furthermore, that King Ibn Saud desires to change over from a Bedouin to an agricultural economy.

Returning to a discussion of the silver question Mr. Livesey stated that Mr. Gunter should be in a position not to hedge with King Ibn Saud but should be authorized to inform the King that we would accept his guarantee that the silver would be returned. It was agreed that this question should be decided before Mr. Gunter's departure. It was the consensus of opinion that in view of the probable size of future oil royalties there was not much need to worry about securing a return of the silver. Mr. Ailing remarked that the California Arabian Standard Oil Company is of the opinion that it can take out of Saudi Arabia all the oil it can sell during the remaining sixty-year period of the concession.

At this point Mr. Ailing mentioned parenthetically the need in Ethiopia for Maria Theresa silver dollars. Mr. Murray spoke of the President's interest in Ethiopia and referred to Mr. Deressa's memorandum on Ethiopia which had greatly interested the President.

The discussion then returned to a consideration of Saudi Arabian matters. Referring to the British proposals for the establishment of a currency board in London, Mr. Parker remarked that plans which had been suggested for solving financial problems in Saudi Arabia did not contemplate developments likely to take place in Saudi Arabia in the near future. In as much as greatly increased oil revenues may assist materially in modernizing this Bedouin country, the furnishing of silver may be regarded only as a "shot in the arm". We should not lose sight of the long-range problem of assisting the Saudi Arabian Government to establish a sound monetary system.

Mr. Livesey expressed the opinion that the Legation at Jidda should be informed immediately to use its influence to keep the Saudi Arabian situation liquid and not to permit the Saudi Arabian Government to tie itself up financially with some other country before we have a chance to take action. It was agreed that a telegram to this effect should be sent to the Legation. With regard to a bank in Saudi Arabia, it was pointed out that large contemplated increases in the American and Saudi Arabian staffs of the oil companies would create a number of customers for a bank. It was the consensus of opinion that there has been an over-emphasis on the difficulties involved in issuing paper currency in Saudi Arabia.

Mr. Murray advised Mr. Gunter to keep in very close touch with the State Department representatives during his trip and suggested that while passing through Cairo he consult with Mr. Kirk and Mr. Hare. It was suggested also that he discuss with Mr. Moffat the possibility of getting more goods into Saudi Arabia. Mr. Gunter was advised also to cooperate very closely indeed with Mr. Moose while he is in Saudi Arabia and also to seek an opportunity to obtain such factual information regarding the financial situation as may be secured from officials of the California Arabian Standard Oil Company and other informed business sources.

It is expected that Mr. Gunter will call upon Ibn Saud, accompanied by Mr. Moose. Although Mr. Gunter will not have the authority to enter into any agreement with the King, nevertheless it is expected that he will ascertain just what arrangements would be agreeable to the King and obtain precise, factual information about the financial needs of Saudi Arabia. It was understood that before proceeding from Saudi Arabia to other countries Mr. Gunter would render a full and complete report to Washington.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> EUA. Ministério das Relações Exteriores. Documentos diplomáticos, Washington, 17 de julho de 1943. Oriente Médio e África, Volume IV. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1943v04/d924>. Acesso em 09-05-2025.

**ANEXO F - TELEGRAMA****The Department of State to the British Embassy  
Aide-Mémoire**

Reference is made to the Embassy's *aide-mémoire* of October 30, 1943, suggesting that one or more high-ranking American officials proceed to London to participate in an informal exchange of views regarding Middle Eastern questions. A reply to this communication will be made in the near future.

It is believed that, irrespective of such arrangements as may be made for an exchange of views on questions affecting the Middle East in general, immediate consideration should be given to ways and means whereby the Government of the United States and of the United Kingdom may assist the Government of Saudi Arabia in the solution of pressing fiscal and currency problems with which it is confronted. In view of the urgency of these problems and in the belief that their solution is not dependent upon an exchange of views regarding questions pertaining to the Middle East in general, it is suggested that the technical aspects of these problems be discussed informally in Washington in the near future by officials of the Government of the United States and of the United Kingdom having a special knowledge of financial matters.

It would be appreciated if the Government of the United Kingdom would provide an expression of its opinion in regard to this suggestion.<sup>36</sup>

Washington , November 29, 1943.

---

<sup>36</sup> EUA. Ministério das Relações Exteriores. Documentos diplomáticos, Washington, 29 de novembro de 1943. Oriente Médio e África, Volume IV. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1943v04/d979>. Acesso em 09-05-2025.

**ANEXO G – TELEGRAMA**

Memorandum by Lieutenant Colonel Roger W. Jones to Mr. W. Leonard Parker, of the  
Division of Near Eastern Affairs

Washington, 27 October, 1943.

The following message has been received from General Crain, U.S. Executive of the London Munitions Assignments Board. The message was shown to the U.S. Embassy before transmission. Identifying numbers are: London 5972, and War Department CM-IN-15203, 25 October 1943.

*Paraphrase.*

On 3 August 1943, the State Department was informed by the Foreign Office of views respecting munitions for Saudi Arabia. There have been furnished to Ibn Saud by U.K. 50 reconnaissance cars from obsolete Middle East stocks; 100 M 1919 A4 machine guns, (Canadian made) and modified for 303 cartridges; 2,500 303 rifles and 125 Bern machine guns. As requested in your instructions 9 October, I have requested that the transfer be suspended pending receipt of instructions. The British propose following solution: U.S.A. to furnish Arabians with one-half of the machine guns and 5,000 303 rifles from U.S. or U.S. controlled production. In effect, this will divide equipment equally between the two countries except as to reconnaissance cars and 1919 A4 machine guns. If U.S. accepts, U.K. can turn over to the Commanding General in Cairo 5,000 303 rifles for delivery to Ibn Saud on U.S. account. The British desire to keep at a minimum equipment placed in Saudi Arabia.<sup>37</sup>

Roger W. Jones

---

<sup>37</sup> EUA. Ministério das Relações Exteriores. Documentos diplomáticos, Washington, 27 de outubro de 1943. Oriente Médio e África, Volume IV. Disponível em:  
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1943v04/d968>. Acesso em 09-05-2025.

**ANEXO H – TELEGRAMA**

The First Secretary of the British Embassy (Hayter) to the Chief of the Division of Near Eastern Affairs (Alling)

Washington, December 4, 1943.

Dear Mr. Alling: It might perhaps be useful if I put on record my recollection of the conclusions of our meeting yesterday on the subject of arms for Saudi Arabia. I think we agreed that:

- (1) we should go 50/50 on the provision of arms to Saudi Arabia,
  - (2) there is an optimum amount of arms for Saudi Arabia, the guide being that there should be sufficient for the maintenance of internal security but no more,
  - (3) it is necessary to determine this optimum, but this cannot be done until we know the result of the Royce Mission to Jedda,
  - (4) General Royce will be informed of the British Government's view that assignments to Saudi Arabia in 1943 should not exceed 50 light reconnaissance cars, 500 light machine guns and 10,000 rifles,
  - (5) General Royce might be invited to consult British Headquarters in the Middle East before making his final report to Washington, in the hope that an agreed opinion could be sent,
  - (6) meanwhile there would be a moratorium on assignments or offers of arms to Saudi Arabia.
- I shall be grateful if you will let me know whether the above correctly represents your opinion of what passed at our meeting. We are asking London to confirm that this is their wish.<sup>38</sup>

Yours sincerely,  
W. G. Hayter

---

<sup>38</sup> EUA. Ministério das Relações Exteriores. Documentos diplomáticos, Washington, 04 de dezembro de 1943. Oriente Médio e África, Volume IV. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1943v04/d981>. Acesso em 09-05-2025.

**ANEXO I – TELEGRAMA**

Memorandum of Conversation, by Mr. W. Leonard Parker of the Division of Near Eastern Affairs

[Washington,] July 17, 1943.

Participants: Mr. Gunter, Treasury Department.

Mr. Murray, PA/M.

Mr. Livesey, FD.

Mr. Corliss, FD.

Mr. Ailing, NE.

Mr. Merriam, N.E.

Mr. Parker, NE.

Following a recent discussion with Dr. White of the Treasury Department in which it was decided that the Treasury would send Mr. Gunter to Saudi Arabia, Mr. Gunter called at the Department in order to discuss matters relating to his proposed trip to Saudi Arabia.

It was pointed out at the beginning of the conversation that there are two major problems involved: (1) the possibility of making silver available to the Saudi Arabian Government in order to alleviate a shortage of coins; and (2) the long-range problem of assisting the Saudi Arabian Government to establish a sound and workable fiscal system.

Mr. Murray explained the great political and strategic importance of the oil resources in Saudi Arabia, pointing out the necessity of maintaining a sound economic system inside Saudi Arabia in order that these oil resources may continue to be available. It was brought out that in order to furnish silver under lend-lease procedure there must be a guarantee that the silver will be returned in kind. In view of the potential wealth accruing to the Saudi Arabian Government from oil royalties, it was considered probable that the Saudi Arabian Government would be able to return the silver in due course. However, it was agreed that the best we could expect would be a guarantee to return the silver on the part of King Ibn Saud. His guarantee, we may assume, would not be given lightly. Mr. Livesey said that in connection with the transactions involving the lend-leasing of silver, it had been stipulated that the Congressional Special Silver Committee must be consulted. He suggested that in taking the matter up informally with the Committee, the Treasury and Lend-Lease must be, and apparently now are, in a position to say that no doubt is felt of the ability of Saudi Arabia to return the equivalent amount of silver after the War. In connection with the return of silver in kind, it was decided that the small amount of concentrates produced by the Saudi Arabian Mining Syndicate would not be in sufficient quantity to assist materially in making arrangements for a return of silver in kind.

Mr. Murray then referred to previous British proposals, first, to establish a bank of issue in Saudi Arabia and, later, to set up a Saudi Arabian currency board in London. Mr. Murray expressed the opinion that the United States should have something to say about such matters, in view of the large economic interests of this country in Saudi Arabia arising out of the American oil concession. It was agreed that consideration should be given to the advisability and feasibility of assisting the Saudi Arabian Government to establish a bank or suitable financial institution in Saudi Arabia and that, if done, this should be with American rather than British advice and assistance. Mr. Livesey remarked that the establishment of a bank might be aided by a larger importation of goods into Saudi Arabia. Mr. Murray stated that we have

realized the importance of goods to Saudi Arabia and that it would be highly desirable to make available to Saudi Arabia rice, wheat, cotton goods, coffee and sugar. He said he wondered whether the clearing of the Mediterranean would permit greater shipments of goods to Saudi Arabia. If goods could be sent, Saudi Arabian financial difficulties would be aided materially thereby. Mr. Gunter expressed agreement that shipments of goods would offer the best solution of the problem. Mr. Murray remarked that the problem is relatively simple because the Saudi Arabs need so comparatively few goods. He stated that he wondered whether it would not be possible to rectify the balance by getting some more goods in. Mr. Gunter remarked that the use of goods would facilitate the use of paper currency if paper currency should be adopted. Mr. Murray remarked that the use of goods would help to bring in revenue and mentioned that the pilgrim traffic, reestablished, would serve as a source of revenue to buy goods.

At this point Mr. Murray stated that the President has expressed a personal interest in improving the standard of living in Saudi Arabia and that the President desires that the oil resources of Saudi Arabia redound to the benefit of the people of that country. Mr. Murray said, furthermore, that King Ibn Saud desires to change over from a Bedouin to an agricultural economy.

Returning to a discussion of the silver question Mr. Livesey stated that Mr. Gunter should be in a position not to hedge with King Ibn Saud but should be authorized to inform the King that we would accept his guarantee that the silver would be returned. It was agreed that this question should be decided before Mr. Gunter's departure. It was the consensus of opinion that in view of the probable size of future oil royalties there was not much need to worry about securing a return of the silver. Mr. Ailing remarked that the California Arabian Standard Oil Company is of the opinion that it can take out of Saudi Arabia all the oil it can sell during the remaining sixty-year period of the concession.

At this point Mr. Ailing mentioned parenthetically the need in Ethiopia for Maria Theresa silver dollars. Mr. Murray spoke of the President's interest in Ethiopia and referred to Mr. Deressa's memorandum on Ethiopia which had greatly interested the President.

The discussion then returned to a consideration of Saudi Arabian matters. Referring to the British proposals for the establishment of a currency board in London, Mr. Parker remarked that plans which had been suggested for solving financial problems in Saudi Arabia did not contemplate developments likely to take place in Saudi Arabia in the near future. In as much as greatly increased oil revenues may assist materially in modernizing this Bedouin country, the furnishing of silver may be regarded only as a "shot in the arm". We should not lose sight of the long-range problem of assisting the Saudi Arabian Government to establish a sound monetary system.

Mr. Livesey expressed the opinion that the Legation at Jidda should be informed immediately to use its influence to keep the Saudi Arabian situation liquid and not to permit the Saudi Arabian Government to tie itself up financially with some other country before we have a chance to take action. It was agreed that a telegram to this effect should be sent to the Legation. With regard to a bank in Saudi Arabia, it was pointed out that large contemplated increases in the American and Saudi Arabian staffs of the oil companies would create a number of customers for a bank. It was the consensus of opinion that there has been an over-emphasis on the difficulties involved in issuing paper currency in Saudi Arabia.

Mr. Murray advised Mr. Gunter to keep in very close touch with the State Department representatives during his trip and suggested that while passing through Cairo he consult with Mr. Kirk and Mr. Hare. It was suggested also that he discuss with Mr. Moffat the possibility of getting more goods into Saudi Arabia. Mr. Gunter was advised also to cooperate very closely indeed with Mr. Moose while he is in Saudi Arabia and also to seek an opportunity to obtain such factual information regarding the financial situation as may be secured from officials of the California Arabian Standard Oil Company and other informed business sources.

It is expected that Mr. Gunter will call upon Ibn Saud, accompanied by Mr. Moose. Although Mr. Gunter will not have the authority to enter into any agreement with the King, nevertheless it is expected that he will ascertain just what arrangements would be agreeable to the King and obtain precise, factual information about the financial needs of Saudi Arabia. It was understood that before proceeding from Saudi Arabia to other countries Mr. Gunter would render a full and complete report to Washington.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> EUA. Ministério das Relações Exteriores. Documentos diplomáticos, Washington, 17 de julho de 1943. Oriente Médio e África, Volume IV. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1943v04/d922>. Acesso em 09-05-2025.

**ANEXO J – TELEGRAMA**

Memorandum of Conversation, by Mr. Paul F. McGuire of the Office of the Adviser on International Economic Affairs (Feis)

[Washington,] September 17, 1943.

Participants: Mr. D. H. Robertson—Representing the British Treasury.

Mr. W. G. Hayter—First Secretary, British Embassy.

Messrs. Bernstein, Mikesell, Friedman and Glendinning, United States Treasury.

Messrs. Livesey, Parker and McGuire, Department of State.

Mr. Moose, the American Minister Resident at Jidda, had informed the Department that Mr. Jordan, newly appointed British Minister Resident at Jidda, was paying a visit to King Ibn Saud to present his credentials and was taking with him a draft law presumably embodying previous British proposals for establishment of a paper currency system in Saudi Arabia under the supervision of a currency board with headquarters in London. The British Minister would be in Riyadh approximately one week before Moose and Gunter, American Treasury representative, were to visit the King to discuss financial matters. To avoid any appearance of conflict between British and American aims, it was decided that a meeting should be held with British officials in Washington, at which we would make clear, in a tactful manner, that we desired, and expected, to work jointly with the British on any plan for establishing a permanent currency system for Saudi Arabia

At the meeting, Mr. Parker made a simple statement of our desire to work out a mutually satisfactory plan, and the British representatives said that they fully understood, and that they would inform the British Treasury.

Mr. Robertson said that while he was not well enough informed to speak with authority until he heard from London, he had understood that action on paper currency was not urgent in view of the provision of Saudi Arabia's silver needs for the balance of this year under Lend-Lease, and he thought that the British Minister's discussions with the King would be of an exploratory nature only.

Mr. Bernstein said that he would be glad to arrange further conversations as soon as the British were ready to discuss the details of the plan, and that we would be giving consideration to the matter in the meantime.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> EUA. Ministério das Relações Exteriores. Documentos diplomáticos, Washington, 17 de agosto de 1943. Oriente Médio e África, Volume IV. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1943v04/d956>. Acesso em 09-05-2025.

**ANEXO K – TELEGRAMA**

The Secretary of State to the Minister Resident in Saudi Arabia (Moose)

Washington, August 3, 1943—9 p.m.

In as much as the extension of American financial aid to Saudi Arabia will involve financial operations on the part of the Treasury Department, the Treasury desires to secure first-hand information from one of its own experts who is thoroughly familiar with Treasury procedure and governing domestic law. The Department has been gratified by the Treasury's interest in Saudi Arabian financial matters and, aware of the Treasury's responsibility for the wise and prudent administration of public funds consonant with the national interest, desires to cooperate fully in assisting the Treasury to discharge this responsibility.

The extension of financial assistance to Saudi Arabia necessarily will involve certain guarantees and assurances on the part of the Saudi Arabian Government which it is believed the Saudi Arabian Government will not find unduly onerous. These matters, however, appear to involve decisions which only King Ibn Saud himself can make. It is considered desirable, therefore, that Mr. Gunter, who is conversant with the type of guarantees and assurances which the Treasury regards as necessary, should discuss the matters personally with the King and that you accompany him on his visit to lend advice and assistance.

Matters relating to a suitable gift for the King are being made the subject of a separate telegram from the Department.

As you know, foreign economic interests in Saudi Arabia are overwhelmingly American in character. In view of that fact and having in mind proposals which have been made in the past for the establishment of a branch of Barclay's Bank in Jidda and of a Saudi Arabian currency board in London, the Department desires you to ensure that Saudi Arabia does not involve itself in long-term financial arrangements with other countries before Gunter's conversation with the King and the formulation of a suitable plan for the extension of financial aid by this Government.

Since Gunter has been instructed to submit his report by telegraph before departing from Saudi Arabia, it is not believed that his investigation will occasion undue delay in the formulation of such a plan.<sup>41</sup>

Hull

---

<sup>41</sup> EUA. Ministério das Relações Exteriores. Documentos diplomáticos, Washington, 03 de agosto de 1943. Oriente Médio e África, Volume IV. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1943v04/d934>. Acesso em 09-05-2025

**ANEXO L – TROCA DE MENSAGENS ENTRE O PRESIDENTE OBAMA E O REI SAUDITA SALMAN BIN ABDULAZIZ AL SAUD (04-09-2014)**

PRESIDENT OBAMA: Well, it's a great pleasure to welcome His Majesty, King Salman, to the Oval Office. This is the latest of several meetings that I've had with His Majesty. And the fact that he has chosen to take this first visit to the United States is indicative of the longstanding friendship between the United States and Saudi Arabia.

This is obviously a challenging time in world affairs, particularly in the Middle East, and so we expect this to be a substantive conversation across a wide range of issues. We share a concern about Yemen and the need to restore a functioning government that is inclusive and that can relieve the humanitarian situation there.

We share concerns about the crisis in Syria, and we'll have the opportunity to discuss how we can arrive at a political transition process within Syria that can finally end the horrific conflict there.

We continue to cooperate extremely closely in countering terrorist activity in the region and around the world, including our battle against ISIL. And we'll discuss the importance of effectively implementing the deal to ensure that Iran does not have a nuclear weapon, while counteracting its destabilizing activities in the region.

We'll also have an opportunity to discuss the world economy and energy issues. And I look forward to continuing to deepen our cooperation on issues like education and clean energy and science and climate change because His Majesty is interested, obviously, ultimately in making sure that his people, particularly young people, have prosperity and opportunity into the future. And we share those hopes and those dreams for those young people, and I look forward to hearing his ideas on how we can be helpful.

So, Your Majesty, welcome, and let me once again reaffirm not only our personal friendship but the deep and abiding friendship between our two peoples.

HIS MAJESTY KING SALMAN: (As interpreted.) Thank you, Mr. President, and thank you for allowing us to enjoy your hospitality. I intended to make my first official visit to the United States as a symbol of the deep and strong relationship that we have with the United States that's indeed historical relations that go back to the day when King Abd alAziz met with President Roosevelt in 1945.

Our relationship is beneficial not only to our two countries, but to the entire world and to our region. And this is significant, and we must always affirm that and deepen such relations. We always emphasize that we want to deepen our relations and further our cooperation in all fields. As you know, Mr. President, our economy is a free economy, and therefore we must allow opportunities for businesspeople to exchange opportunities, because if people see that there are common interests, they will further themselves the relations between them. And our relationship must be beneficial to both of us, not only on the economic field but on the political and military and defense field, as well.

Once again, Mr. President, I'm happy to come to a friendly country to meet a friend. And we want to work together for world peace. Our region must achieve stability, which is essential for the prosperity of its people. And in our country, thank God we are prosperous, but we want

prosperity for the entire region. And we are willing to cooperate with you in order to achieve that.

Thank you, Mr. President, for your hospitality. And I look forward to seeing you in Riyadh and seeing American officials coming to see us in Riyadh, and also Saudi officials coming to the United States.<sup>42</sup>

PRESIDENT OBAMA: Thank you very much, everybody.

END

---

<sup>42</sup> EUA. Arquivos da Presidência. Governo Obama, Whashington, 04 de setembro de 2014. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/09/04/remarks-president-obama-and-his-majesty-king-salman-bin-abd-alaziz-saudi>>. Acesso em 12-06-2025.

## **ANEXO M – DISCURSO PRINCIPE MOHAMMED BIN SALMAN BIN ABDULAZIZ AL SAUD**

IT IS MY PLEASURE TO PRESENT SAUDI ARABIA'S VISION FOR THE FUTURE. IT IS AN AMBITIOUS YET ACHIEVABLE BLUEPRINT, WHICH EXPRESSES OUR LONG-TERM GOALS AND EXPECTATIONS AND REFLECTS OUR COUNTRY'S STRENGTHS AND CAPABILITIES. ALL SUCCESS STORIES START WITH A VISION, AND SUCCESSFUL VISIONS ARE BASED ON STRONG PILLARS.

His Royal Highness Prince Mohammed bin Salman bin Abdulaziz Al Saud, Crown Prince, Prime Minister, and Chairman of the Council of Economic and Development Affairs

The first pillar of our vision is our status as the heart of the Arab and Islamic worlds. We recognize that Allah the Almighty has bestowed on our lands a gift more precious than oil. Our Kingdom is the Land of the Two Holy Mosques, the most sacred sites on earth, and the direction of the Kaaba (Qibla) to which more than a billion Muslims turn at prayer.

The second pillar of our vision is our determination to become a global investment powerhouse. Our nation holds strong investment capabilities, which we will harness to stimulate our economy and diversify our revenues.

The third pillar is transforming our unique strategic location into a global hub connecting three continents, Asia, Europe and Africa. Our geographic position between key global waterways, makes the Kingdom of Saudi Arabia an epicenter of trade and the gateway to the world.

Our country is rich in its natural resources. We are not dependent solely on oil for our energy needs. Gold, phosphate, uranium, and many other valuable minerals are found beneath our lands. But our real wealth lies in the ambition of our people and the potential of our younger generation. They are our nation's pride and the architects of our future. We will never forget how, under tougher circumstances than today, our nation was forged by collective determination when the late King Abdulaziz Al-Saud – may Allah bless his soul – united the Kingdom. Our people will amaze the world again.

We are confident about the Kingdom's future. With all the blessings Allah has bestowed on our nation, we cannot help but be optimistic about the decades ahead. We ponder what lies over the horizon rather than worrying about what could be lost.

The future of the Kingdom, my dear brothers and sisters, is one of huge promise and great potential, God willing. Our precious country deserves the best. Therefore, we will expand and further develop our talents and capacity. We will do our utmost to ensure that Muslims from around the world can visit the Holy Sites.

We are determined to reinforce and diversify the capabilities of our economy, turning our key strengths into enabling tools for a fully diversified future. As such, we will transform Aramco from an oil producing company into a global industrial conglomerate. We will transform the Public Investment Fund into the world's largest sovereign wealth fund. We will encourage our major corporations to expand across borders and take their rightful place in global markets. As we continue to give our army the best possible machinery and equipment, we plan to manufacture half of our military needs within the Kingdom to create more job opportunities for citizens and keep more resources in our country.

We will expand the variety of digital services to reduce delays and cut tedious bureaucracy. We will immediately adopt wide-ranging transparency and accountability reforms and, through the body set up to measure the performance of government agencies, hold them accountable for any shortcomings. We will be transparent and open about our failures as well as our successes, and will welcome ideas on how to improve.

All this comes from the directive of the Custodian of the Two Holy Mosques, King Salman bin Abdulaziz Al-Saud, may Allah protect him, who ordered us to plan for a future that fulfills your ambitions and your aspirations.

In line with his instructions, we will work tirelessly from today to build a better tomorrow for you, your children, and your children's children.

Our ambition is for the long term. It goes beyond replenishing sources of income that have weakened or preserving what we have already achieved. We are determined to build a thriving country in which all citizens can fulfill their dreams, hopes and ambitions. Therefore, we will not rest until our nation is a leader in providing opportunities for all through education and training, and high quality services such as employment initiatives, health, housing, and entertainment.

We commit ourselves to providing world class government services which effectively and efficiently meet the needs of our citizens. Together we will continue building a better country, fulfilling our dream of prosperity and unlocking the talent, potential, and dedication of our young men and women. We will not allow our country ever to be at the mercy of a commodity price volatility or external markets.

We have all the means to achieve our dreams and ambitions. There are no excuses for us to stand still or move backwards.

Our Vision is a strong, thriving, and stable Saudi Arabia that provides opportunity for all. Our Vision is a tolerant country with Islam as its constitution and moderation as its method. We will welcome qualified individuals from all over the world and will respect those who have come to join our journey and our success.

We intend to provide better opportunities for partnerships with the private sector through the three pillars: our position as the heart of the Arab and Islamic worlds, our leading investment capabilities, and our strategic geographical position. We will improve the business environment, so that our economy grows and flourishes, driving healthier employment opportunities for citizens and long-term prosperity for all. This promise is built on cooperation and on mutual responsibility.

This is our "Saudi Arabia's Vision for 2030." We will begin immediately delivering the overarching plans and programs we have set out. Together, with the help of Allah, we can strengthen the Kingdom of Saudi Arabia's position as a great nation in which we should all feel an immense pride.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Arábia Saudita. Ministério das Relações Exteriores. Arquivos. Disponível em: <https://www.vision2030.gov.sa/en/leadership-messages>. Acesso em 12-06-2025.

## ANEXO N - S.2040 - LEI DE JUSTIÇA CONTRA PATROCINADORES DO TERRORISMO

Public Law No: 114-222 (09/28/2016)

(This measure has not been amended since it was passed by the Senate on May 17, 2016. The summary of that version is repeated here.)

Justice Against Sponsors of Terrorism Act

(Sec. 3) This bill amends the federal judicial code to narrow the scope of foreign sovereign immunity (i.e., a foreign state's immunity from the jurisdiction of U.S. courts).

Specifically, it authorizes federal court jurisdiction over a civil claim against a foreign state for physical injury to a person or property or death that occurs inside the United States as a result of: (1) an act of international terrorism, and (2) a tort committed anywhere by an official, agent, or employee of a foreign state acting within the scope of employment.

International terrorism does not include an act of war. Federal court jurisdiction does not extend to a tort claim based on an omission or an act that is merely negligent.

A U.S. national may file a civil action against a foreign state for physical injury, death, or damage as a result of an act of international terrorism committed by a designated terrorist organization.

(Sec. 4) The bill amends the federal criminal code to impose civil liability on a person who conspires to commit or aids and abets (by knowingly providing substantial assistance) an act of international terrorism committed, planned, or authorized by a designated terrorist organization.

(Sec. 5) It establishes exclusive federal court jurisdiction over civil claims under this bill.

It authorizes the Department of Justice (DOJ) to intervene in civil proceedings to seek a stay. A court may grant the stay if the Department of State certifies that the United States is engaged in good-faith discussions with the foreign state to resolve the civil claims.

(Sec. 7) This bill's amendments apply to a civil claim: (1) pending on or commenced on or after enactment; and (2) arising out of an injury to a person, property, or business on or after September 11, 2001.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> EUA. Congresso dos Estados Unidos. Arquivos do Senado. Governo Obama, Washington, 23 de setembro, 2016. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/114th-congress/senate-bill/2040>. Acesso 12-02-2020.

**ANEXO O – MENSAGEM DE VETO DO PRESIDENTE OBAMA AO SENADO  
SOBRE A S.2040**

**The White House**

Office of the Press Secretary

For Immediate Release

September 23, 2016

Veto Message from the President -- S.2040

TO THE SENATE OF THE UNITED STATES:

I am returning herewith without my approval S. 2040, the "Justice Against Sponsors of Terrorism Act" (JASTA), which would, among other things, remove sovereign immunity in U.S. courts from foreign governments that are not designated state sponsors of terrorism.

I have deep sympathy for the families of the victims of the terrorist attacks of September 11, 2001 (9/11), who have suffered grievously. I also have a deep appreciation of these families' desire to pursue justice and am strongly committed to assisting them in their efforts.

Consistent with this commitment, over the past 8 years, I have directed my Administration to pursue relentlessly al-Qa'ida, the terrorist group that planned the 9/11 attacks. The heroic efforts of our military and counterterrorism professionals have decimated al-Qa'ida's leadership and killed Osama bin Laden. My Administration also strongly supported, and I signed into law, legislation which ensured that those who bravely responded on that terrible day and other survivors of the attacks will be able to receive treatment for any injuries resulting from the attacks. And my Administration also directed the Intelligence Community to perform a declassification review of "Part Four of the Joint Congressional Inquiry into Intelligence Community Activities Before and After the Terrorist Attacks of September 11," so that the families of 9/11 victims and broader public can better understand the information investigators gathered following that dark day of our history.

Notwithstanding these significant efforts, I recognize that there is nothing that could ever erase the grief the 9/11 families have endured. My Administration therefore remains resolute in its commitment to assist these families in their pursuit of justice and do whatever we can to prevent another attack in the United States. Enacting JASTA into law, however, would neither protect Americans from terrorist attacks nor improve the effectiveness of our response to such attacks. As drafted, JASTA would allow private litigation against foreign governments in U.S. courts based on allegations that such foreign governments' actions abroad made them responsible for terrorism-related injuries on U.S. soil. This legislation would permit litigation against countries that have neither been designated by the executive branch as state sponsors of terrorism nor taken direct actions in the United States to carry out an attack here. The JASTA would be detrimental to U.S. national interests more broadly, which is why I am returning it without my approval.

First, JASTA threatens to reduce the effectiveness of our response to indications that a foreign government has taken steps outside our borders to provide support for terrorism, by taking such matters out of the hands of national security and foreign policy professionals and placing them in the hands of private litigants and courts.

Any indication that a foreign government played a role in a terrorist attack on U.S. soil is a matter of deep concern and merits a forceful, unified Federal Government response that considers the wide range of important and effective tools available. One of these tools is designating the foreign government in question as a state sponsor of terrorism, which carries with it a litany of repercussions, including the foreign government being stripped of its sovereign immunity before U.S. courts in certain terrorism-related cases and subjected to a

range of sanctions. Given these serious consequences, state sponsor of terrorism designations are made only after national security, foreign policy, and intelligence professionals carefully review all available information to determine whether a country meets the criteria that the Congress established.

In contrast, JASTA departs from longstanding standards and practice under our Foreign Sovereign Immunities Act and threatens to strip all foreign governments of immunity from judicial process in the United States based solely upon allegations by private litigants that a foreign government's overseas conduct had some role or connection to a group or person that carried out a terrorist attack inside the United States. This would invite consequential decisions to be made based upon incomplete information and risk having different courts reaching different conclusions about the culpability of individual foreign governments and their role in terrorist activities directed against the United States -- which is neither an effective nor a coordinated way for us to respond to indications that a foreign government might have been behind a terrorist attack.

Second, JASTA would upset longstanding international principles regarding sovereign immunity, putting in place rules that, if applied globally, could have serious implications for U.S. national interests. The United States has a larger international presence, by far, than any other country, and sovereign immunity principles protect our Nation and its Armed Forces, officials, and assistance professionals, from foreign court proceedings. These principles also protect U.S. Government assets from attempted seizure by private litigants abroad. Removing sovereign immunity in U.S. courts from foreign governments that are not designated as state sponsors of terrorism, based solely on allegations that such foreign governments' actions abroad had a connection to terrorism-related injuries on U.S. soil, threatens to undermine these longstanding principles that protect the United States, our forces, and our personnel.

Indeed, reciprocity plays a substantial role in foreign relations, and numerous other countries already have laws that allow for the adjustment of a foreign state's immunities based on the treatment their governments receive in the courts of the other state. Enactment of JASTA could encourage foreign governments to act reciprocally and allow their domestic courts to exercise jurisdiction over the United States or U.S. officials -- including our men and women in uniform -- for allegedly causing injuries overseas via U.S. support to third parties. This could lead to suits against the United States or U.S. officials for actions taken by members of an armed group that received U.S. assistance, misuse of U.S. military equipment by foreign forces, or abuses committed by police units that received U.S. training, even if the allegations at issue ultimately would be without merit. And if any of these litigants were to win judgments -- based on foreign domestic laws as applied by foreign courts -- they would begin to look to the assets of the U.S. Government held abroad to satisfy those judgments, with potentially serious financial consequences for the United States.

Third, JASTA threatens to create complications in our relationships with even our closest partners. If JASTA were enacted, courts could potentially consider even minimal allegations accusing U.S. allies or partners of complicity in a particular terrorist attack in the United States to be sufficient to open the door to litigation and wide-ranging discovery against a foreign country -- for example, the country where an individual who later committed a terrorist act traveled from or became radicalized. A number of our allies and partners have already contacted us with serious concerns about the bill. By exposing these allies and partners to this sort of litigation in U.S. courts, JASTA threatens to limit their cooperation on key national security issues, including counterterrorism initiatives, at a crucial time when we are trying to build coalitions, not create divisions.

The 9/11 attacks were the worst act of terrorism on U.S. soil, and they were met with an unprecedented U.S. Government response. The United States has taken robust and wide-ranging actions to provide justice for the victims of the 9/11 attacks and keep Americans safe,

from providing financial compensation for victims and their families to conducting worldwide counterterrorism programs to bringing criminal charges against culpable individuals. I have continued and expanded upon these efforts, both to help victims of terrorism gain justice for the loss and suffering of their loved ones and to protect the United States from future attacks. The JASTA, however, does not contribute to these goals, does not enhance the safety of Americans from terrorist attacks, and undermines core U.S. interests. For these reasons, I must veto the bill.<sup>45</sup>

BARACK OBAMA  
THE WHITE HOUSE,  
September 23, 2016.

---

<sup>45</sup> EUA. Arquivos da Presidência. Governo Obama, Washington, 23 de setembro de 2016. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/09/23/veto-message-president-s2040>. Acesso em 18-02-2020.